

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA - UNIFOR- MG
BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
JUCÉLIA APARECIDA FURTADO**

**ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ADVINDOS COM A
IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO RAINFOREST ALLIANCE: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA FAZENDA QUE PRODUZ E BENEFICIA CAFÉ NA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

FORMIGA – MG

2011

JUCÉLIA APARECIDA FURTADO

**ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ADVINDOS COM A
IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO RAINFOREST ALLIANCE: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA FAZENDA, QUE PRODUZ E BENEFICIA CAFÉ NA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Engenharia de Produção do UNIFOR-MG, como requisito para obtenção do título de bacharel em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Marcelo Carvalho Ramos.

FORMIGA - MG

2011

JUCÉLIA APARECIDA FURTADO

ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ADVINDOS COM A
IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO RAINFOREST ALLIANCE: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA FAZENDA, QUE PRODUZ E BENEFICIA CAFÉ NA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Engenharia de
Produção do UNIFOR-MG, como requisito
para obtenção do título de bacharel em
Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Marcelo Carvalho
Ramos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcelo Carvalho Ramos
Orientador

UNIFOR-MG

Formiga, 29 de junho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que sempre esteve ao meu lado, nas alegrias e tristezas, nas vitórias e derrotas.

A minha mãe pelas orações e pelo amor incondicional.

Agradeço as minhas irmãs, Izabel Cristina, Luíza da Consolação e Joana Paula pela torcida e incentivo.

Ao meu namorado Wellington, pela compreensão, amor e carinho, e por sempre estar presente, nos momentos em que mais precisei.

Ao meu amigo José Ronaldo pelas experiências compartilhadas que foram essenciais para realização desse trabalho.

Aos amigos da faculdade Cláudio, Charles, Danilo, Lucas, João Paulo, Jhones, Maique, Miquéias, Luis Fernando, Gabriel e especialmente a Grasielle Cristina pelo exemplo de força, perseverança e dedicação.

Ao meu orientador Marcelo Carvalho Ramos pelos ensinamentos.

Aos amigos de trabalho, que contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial a Wesley Crisóstomo e Luana Santos pelo apoio.

Agradeço a Bruno Vaz por permitir a efetivação desse estudo.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para concretização deste trabalho.

Dedicado à minha mãe, Joana Darc ' e à minhas
irmãs Isabel, Joana Paula e Luíza.

RESUMO

Os impactos socioambientais advindos com a implantação da certificação Rainforest Alliance da Rede de Agricultura Sustentável – RAS em uma Fazenda no Centro-Oeste de Minas Gerais foi o tema principal dessa pesquisa. Para tanto se realizou um estudo exploratório, quali-quantitativo em que se utilizou como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários, análise comparativa de relatórios de auditorias realizadas pelo IMAFLORA nos 2009 e 2010 e através de observações de campo. No total foram aplicados 25 questionários para trabalhadores de todos os níveis hierárquicos da Fazenda, incluindo os prestadores de serviço. A certificação socioambiental é uma ferramenta para distinguir produtos e produtores de acordo com valores e critérios propostos. A adoção dos critérios previstos na Norma RAS, podem ser utilizados como mecanismos de acesso e incentivo às mudanças de qualidade na agricultura em direção à sustentabilidade. A primeira fazenda de café a ser certificada Rainforest Alliance no Brasil ocorreu em 2003, a partir de então está em plena acessão no país. Ao incorporar as normas de certificação nas propriedades, os produtores sobrepõem à produção agrícola, ideais de desenvolvimento sustentável, que se revertem em benefícios econômicos. Se comparado aos processos produtivos convencionais, a produção certificada tem como diferencial a valorização e a promoção do desenvolvimento do ser humano e observando sempre a conservação da biodiversidade. Os produtos vendidos com a certificação Rainforest, transmite ao consumidor a garantia de que o produto adquirido foi produzido obedecendo a padrões de qualidade e sustentabilidade, inspirando a confiança do consumidor, que sabe que os produtos com o selo promovem condições de trabalho saudáveis, seguras e decentes e também o sucesso a longo prazo da fazenda certificada.

Palavras-chave: Certificação; Rainforest Alliance; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The impacts socioambientais when they resulted with the introduction of the certification Rainforest Alliance of the Net of Sustainable Agriculture – RAS in a Farm in the Middle West of Minas Gerais was the principal subject of this inquiry. Para so much happened a study exploratório, quali-quantitative in what it was used like instruments of collection when of the application of questionnaires, comparative analysis of reports of auditing carried out by the IMAFLORA were given in the 2009 and 2010 and through observations of field. In the total 25 questionnaires were applied for workers of all the hierarchical levels of the Farm, including the prestadores of service. The certification socioambiental is a tool to distinguish products and producers in accordance with values and proposed criteria. The adoption of the criteria predicted in the Standard FROGS, they can be used like mechanisms of access and incentive to the quality changes in the agriculture towards the sustentabilidade. The first farm of coffee to Rainforest Alliance be certified in Brazil took place in 2003, from then it is in full accession in the country. While incorporating the standards of certification in the properties, the producers put on top of the agricultural production, ideals of sustainable development, which are reverted for economical benefits. If compared to the productive conventional processes, the certified production takes as a differential the increase in value and the promotion of the development of the human being and always observing the conservation of the biodiversidade. The products sold with the certification Rainforest, it brings to a consumer the guarantee of which the acquired product was produced obeying to quality standards and sustentabilidade, inspiring the confidence of the consumer, who knows that the products with the stamp promote healthy, safe and decent conditions of work and also the success in the long term of the certified farm.

key words: Certification; Rainforest Alliance; Sustentabilidade.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: O Conceito de Produção Responsável	29
FIGURA 02: Componentes e arranjo institucional de um sistema de certificação	31
FIGURA 03: Selo Rainforest Alliance	41
FIGURA 04: APP onde o café foi erradicado.....	75
FIGURA 05: Espécie nativa plantada	75
FIGURA 06: Área de APP em estágio avançado de recuperação.....	76
FIGURA 07: Represa protegida pela APP	76
FIGURA 08: Lagoa de decantação das águas residuárias.....	77
FIGURA 09: Sistema de reciclagem da água	78
FIGURA 10: Área de deposição temporária de resíduos.....	79
FIGURA 11: Efluente bruto.....	80
FIGURA 12: Efluente tratado.....	80
FIGURA 13: Caixa separadora de água e óleo	81
FIGURA 14: Ônibus equipado	83
FIGURA 15: Funcionária utilizando todos os EPI's.....	84
FIGURA 16: Placas de segurança.....	85
FIGURA 17: Sistema de combate à incêndio	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Características dos principais sistemas de certificação aplicados na agropecuária	36
QUADRO 2: Qualificação do nível de cumprimento dos critérios da Norma RAS...44	
QUADRO 3: Resumo dos princípios da Norma de Agricultura Sustentável	47
QUADRO 4: Critérios críticos da Norma RAS	49
QUADRO 5: Mudanças em comparação com a auditoria anterior.....	59
QUADRO 6: Comparativo de não-conformidade modificadas com referência nas auditorias de 2009 para 2010.....	64
QUADRO 7: Novas não-conformidades com referência na auditoria de 2010.....	71
QUADRO 8: Área total do empreendimento.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Distribuição da área em produção de café no estado de MG	22
GRÁFICO 02: Participação dos principais produtos exportados em 2008	23
GRÁFICO 03: Áreas Certificadas pela RAS.....	50
GRÁFICO 04: Distribuição de áreas certificadas pelos diversos Cultivos Certificados pela RAS	51
GRÁFICO 05: Evolução da certificação RAS no Brasil	52
GRÁFICO 06: Comparativo das não-conformidades modificadas	71
GRÁFICO 07: Acumulado de horas de Treinamento durante os anos	73
GRÁFICO 08: Comparativo do desempenho socioambiental entre os anos de 2009 e 2010	86
GRÁFICO 09: Sexo.....	87
GRÁFICO 10: Idade.....	88
GRÁFICO 11: Escolaridade	89
GRÁFICO 12: Profissão	90
GRÁFICO 13: Relação Jurídica	91
GRÁFICO 14: Jornada diária	92
GRÁFICO 15: Tempo de atuação no setor agrícola	92
GRÁFICO 16: Motivação para atuar no setor agrícola.....	93
GRÁFICO 17: Tempo de permanência na Fazenda	94
GRÁFICO 18: Conhecimento sobre a certificação Rainforest Alliance	95
GRÁFICO 19: Melhorias no ambiente de trabalho	96
GRÁFICO 20: Melhorias no processo produtivo	97
GRÁFICO 21: Sistema de gestão social e ambiental.....	99
GRÁFICO 22: Conservação dos ecossistemas	100
GRÁFICO 23: Proteção da vida silvestre	101
GRÁFICO 24: Conservação dos recursos hídricos.....	102
GRÁFICO 25: Tratamento justo e boas condições de trabalho	103
GRÁFICO 26: Saúde e segurança ocupacional.....	105
GRÁFICO 27: Relação com a comunidade.....	106
GRÁFICO 28: Manejo integrado do cultivo	107
GRÁFICO 29: Manejo e conservação do solo	108
GRÁFICO 30: Gerenciamento integrado de resíduos.....	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Problema	18
1.2	Justificativa	18
1.3	Hipótese	19
2	OBJETIVOS	20
2.1	Objetivo Geral.....	20
2.2	Objetivos Específicos	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1	O panorama da Cafeicultura no Brasil.....	21
3.2	O panorama da Cafeicultura no Estado de Minas Gerais.....	21
3.3	O Desenvolvimento Sustentável e o Agronegócio.....	23
3.4	Certificação Socioambiental	25
3.5	Os Benefícios Tangíveis e intangíveis como Atributos de Valorização do Café Certificado.....	26
3.6	Definição dos Padrões e Elementos que Compõem a Estrutura Básica da Certificação Socioambiental.....	29
3.6.1	Princípios.....	30
3.6.2	Critérios	30
3.6.3	Indicadores	30
3.6.4	Credenciador	30
3.7	Classificação da Certificação Socioambiental	31
3.8	A Certificação Socioambiental e o Desenvolvimento de Padrões como Instrumentos Operacionais.....	32
3.9	Os Sistemas e as Tendências das Certificações voltadas às questões Socioambientais aplicadas à Cafeicultura Brasileira	33
3.9.1	Certificação Fair Trade ou Comércio Justo	37
3.9.2	Certificação Orgânica	38
3.9.3	Certificação Utz Kapeh	39
3.9.4	Certificação Café do Cerrado	39
3.9.5	Certificação Socioambiental da Rainforest Alliance	40
3.9.6	Rede de Agricultura Sustentável	40
3.9.7	Rainforest Alliance Certified.....	41

3.9.8	IMAFLORA	42
3.9.9	Estrutura e uso da Norma.....	43
3.9.10	A Norma RAS com seus Princípios e Critérios	45
3.9.11	Certificação de Grupos de Rede de Agricultura Sustentável.....	49
3.9.12	A Certificação da Rede Agricultura Sustentável no Brasil	50
4	METODOLOGIA	54
4.1	Tipo de Pesquisa	54
4.2	Fontes de Informações	55
4.3	Objeto de Estudo	56
4.4	Instrumentos de Coleta de Dados	57
4.5	Análise e Interpretação dos Dados.....	57
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	58
5.1	Análise dos Relatórios das Auditorias Realizadas pelo IMAFLORA na Propriedade Objeto deste Estudo	59
5.2	Impactos da Certificação Rainforest Alliance sobre o aspecto de treinamento e Capacitação dos Trabalhadores.....	72
5.3	Impactos da Certificação sobre os aspectos de preservação do Meio Ambiente	73
5.3.1	Preservação da Biodiversidade e Conservação dos Recursos Hídricos	73
5.3.2	Manejos e Resíduos.....	78
5.4	Os Impactos da Certificação sobre o Bem Estar dos Trabalhadores	81
5.4.1	Condições Especiais Trabalhistas	81
5.4.2	Segurança do Trabalho	82
5.5	Análise Comparativa do Desempenho Socioambiental da Fazenda entre os anos de 2009 e 2010.....	85
5.6	Análise do Perfil dos Trabalhadores	87
5.7	Análise da Percepção dos entrevistados com Relação à Interferência da Certificação no Processo Produtivo da Fazenda.....	95
5.8	Análise da Percepção dos entrevistados quanto à Aplicação dos dez princípios da Certificação na Fazenda	98
5.8.1	Sistema de Gestão Social e Ambiental.....	99
5.8.2	Conservação dos Ecossistemas.....	100
5.8.3	Proteção da Vida Silvestre	100
5.8.4	Conservação dos Recursos Hídricos.....	102

5.8.5	Tratamento Justo e Boas Condições para os Trabalhadores.....	103
5.8.6	Saúde e Segurança Ocupacional	104
5.8.7	Relações com a Comunidade.....	105
5.8.8	Manejo Integrado do Cultivo	106
5.8.9	Manejo e Conservação do Solo	107
5.8.10	Manejo Integrado de Resíduos.....	108
5.9	Levantamento das Dificuldades para Manutenção do Sistema de Gestão Implantado na Fazenda Baseado na Certificação.....	110
5.10	Possíveis Ações para Eficácia da Aplicação das Ferramentas do Sistema de Gestão Implantado na Fazenda	110
6	CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.....	120

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço dos movimentos ambientalistas e a grande influência dos consumidores no mercado, cresce a expectativa por produtos que ofereçam segurança e qualidade ambiental ao consumidor. A partir dessa tendência, o setor agropecuário passa a adotar diversas ferramentas de controle da cadeia produtiva, dentre elas a certificação agrícola, objeto de estudo nesse trabalho.

Segundo Pitelli (2006), a certificação agrícola surgiu na Europa por meio dos movimentos ambientalistas e sociais, tendo como foco principal a agricultura orgânica e a exploração florestal. Neste momento, havia grande preocupação com a destruição de florestas nativas na América do Sul, África e Ásia e o uso exagerado de pesticidas em regiões tropicais e subtropicais do planeta.

Atualmente, a própria agricultura tradicional é passível de certificação. A adesão ao processo de certificação acontece de forma voluntária, conforme necessidade e condições financeiras do produtor. Na Fazenda no qual esse estudo foi realizado, o produtor optou pela Certificação Rainforest Alliance. Os princípios e critérios dessa certificação estão contidos na Norma para Agricultura Sustentável (2009), coordenada pela Secretaria de Agricultura Sustentável.

Segundo Gonçalves (2006), a Rede de Agricultura Sustentável é formada por entidades sem fins lucrativos de oito países da América Latina. Tem por objetivo promover transformações sociais e ambientais na agricultura, através do desenvolvimento de uma Norma e sua aplicação via certificação.

O Imaflora- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, é integrante da Rede de Agricultura Sustentável, entidade responsável pelos processos de auditoria para certificação Rainforest Alliance no Brasil. O Programa de Certificação Agrícola é aplicado pelo Imaflora através da Rede de Agricultura Sustentável (RAS), conhecida internacionalmente por Sustainable Agriculture Network (SAN). A RAS é uma rede latino-americana composta por organizações não-governamentais conservacionistas, dentre elas o Imaflora, seu representante no Brasil. Através da certificação, o Imaflora promove nas mais diversas localidades do país, as boas práticas de produção florestal e agrícola. Para se tornarem certificadas, empresas e produtores devem seguir rigorosos padrões previstos na norma, para retirar e/ou utilizar um recurso natural, garantindo o mínimo impacto ambiental, social e econômico, na meio ambiente de atuação.

Conforme afirma Palmieri (2008), Certificação Socioambiental Rainforest Alliance da Rede de Agricultura Sustentável – RAS (Certificação Socioambiental), cresceu de maneira significativa em fazendas produtoras de café no Brasil e no mundo desde sua criação em 1998. O grande volume de produtos vendidos com a Rainforest Alliance, ampliou a mensagem de um produto de origem diferenciada proveniente de sistemas de produção que promoveram mais desenvolvimento humano e mais conservação da biodiversidade quando comparados aos produtos convencionais. O café com selo Rainforest Alliance Certified (RAC) indica que o produto oferecido ao consumidor é obtido através de um manejo agrícola com eficiência ambiental, equidade social e viabilidade econômica.

A situação atual, segundo Pitelli (2006), revela um cenário econômico que valoriza a sustentabilidade. Em curto prazo, algumas medidas regulatórias exigidas pela norma, funcionarão como um alicerce para a sustentabilidade da atividade agrícola, e também para a formação de um agricultor que pensa no futuro.

Em se tratando de estratégias de mercado a certificação agrícola é uma das que detêm maior força e eficiência. Além disso, é uma ferramenta de garantia da valorização econômica, reunida às exigências do mercado consumidor, surgindo dessa fusão produtos diferenciados de maior aceitação e valorização.

De acordo com Pinto e Prada (1999), uma série de vantagens pode ser produzida pela certificação:

- Benefícios aos consumidores, por conhecer e poder escolher os produtos que consomem;
- Auxilia os grupos socioambientais na definição de criação de novos padrões;
- Facilitam os trabalhos multidisciplinares dos pesquisadores, no desenvolvimento de trabalhos, contemplando práticas de menor impacto ambiental e maior valorização do trabalhador;
- Favorecimento do estado pela possibilidade de surgimento de novas políticas públicas que facilite o financiamento e tributação da atividade agrícola;
- Diferenciação de seus produtos, com o aumento do controle interno da propriedade e do seu sistema produtivo;

- Fortalecimento da imagem pública do empreendimento.

Para Pitelli (2006), a certificação seja de um produto ou serviço de uma propriedade rural deve ser fundamentada em alguns aspectos, tais como:

- A adoção de práticas conservacionistas,
- A manutenção da reserva legal de vegetação nativa
- Condições de trabalho na propriedade
- Proteções de mananciais e margens de corpos hídricos.

1.1 Problema

No ponto de vista socioambiental e econômico, a implantação da certificação Rainforest Alliance em fazendas que beneficiam e produzem café é viável?

1.2 Justificativa

Segundo Gebler (2007), devido ao processo de globalização e o aumento da preocupação com as questões ambientais e de sustentabilidade, o mundo do agronegócio está se tornando cada vez mais exigente quanto às boas práticas de produção. Durante o processo produtivo deverão ser adotadas práticas que visem o manejo sustentável do solo, da água e do meio ambiente envolvido na linha produtiva. Outro fator que está induzindo mudança na produção, é o crescente aumento de consumidores que dão preferência por produtos que possuem algum tipo de certificação. A obtenção de selos e certificados garantem vantagens em termos de competitividade, principalmente perante o mercado internacional. No setor agrícola mais especificamente no Brasil, a adoção de códigos de condutas ambientais certificadas vem crescendo consideravelmente. Dentre os diversos Sistemas de Certificações do setor Agrícola, a certificação Rainforest Alliance é uma das certificações mais aplicadas em empreendimentos produtores de café .

A certificação Rainforest Alliance é adquirida pelo produtor rural a partir do cumprimento dos requisitos previstos na Norma da Agricultura Sustentável e gerenciada pela RAS – Rede de Agricultura Sustentável (2009). Entre os diversos benefícios que poderão ser percebidos em uma fazenda certificada é facilidade do

produtor em demonstrar para seus clientes a origem e a qualidade de um produto ou processo produtivo. É considerada uma ferramenta importante nas atuais relações de mercado e transmite para o consumidor uma imagem diferenciada. Na afirmação de Lima et al, a certificação Socioambiental garante que o processo produtivo em questão não degrade o meio ambiente, respeita a legislação trabalhista e possui condições de trabalho digna. Quanto ao consumo consciente essas características agregam mais valor aos produtos, facilitando assim as relações comerciais nacionais e principalmente internacionais. Importante levar em consideração que a maioria do café comercializado fora do Brasil, é provida de algum tipo de certificação, o que amplia a possibilidade de venda e lucratividade do café.

Outro aspecto de extrema importância a ser mencionado, é o surgimento de um novo modelo gerencial, que poderá ser aplicado em todas as situações que envolvam o processo administrativo e produtivo da fazenda. Isso ocorre pelo fato de que todas as informações analisadas após a implantação de um sistema de certificação são informações mais concretas, possibilitando ao produtor, maior segurança para investir no seu empreendimento. Sendo assim, por a certificação abranger toda a estrutura da fazenda, ele estabelece uma oportunidade de se estar revendo toda a estrutura organizacional, técnica, econômica e principalmente operacional do empreendimento. Certamente o levantamento de falhas ou melhorias a serem implantadas, irá proporcionar ao produtor grandes oportunidades de realizar mudanças que possivelmente resultarão em redução dos custos de produção também.

A relevância do presente trabalho se dá pela deficiência de informações técnicas, oferecidas aos cafeicultores sobre o tema e pela importância que o setor representa para a economia do país.

1.3 Hipótese

A partir do momento em que os princípios e critérios contidos na Norma RAS, começam a ser desenvolvidos no ambiente organizacional, uma auditoria interna é realizada para avaliação do empreendimento, as situações incorretas ou que precisam ser aprimoradas, são registradas em um plano de ação, para posterior avaliação. Essa filtragem de dados possibilita a eliminação de questões legais, principalmente com os órgãos do governo, responsáveis por fiscalizar as questões

Ambientais e de Segurança no Trabalho, já que a Norma prevê a observância à legislação vigente no país.

A certificação possui ferramentas que possibilitam ao produtor melhorar o desempenho do seu processo produtivo. Dentre ele a redução de desperdício de insumos e matérias-primas, aprimoramento do processo produtivo, eliminação ou minimização de perdas e geração de resíduos, redução ou eliminação de passíveis e riscos ambientais, preservação de um ambiente de trabalho mais organizado e saudável para os trabalhadores, reduzindo assim, a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais. Sendo assim, a certificação agrícola pode ser considerada como instrumento facilitador do processo de fidelização do comprador, com a garantia de procedência e respeito às normas de produção, ambientais e trabalhistas, podendo atrair novos negócios em um mundo que consome cada vez mais baseado em critérios rígidos de qualidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar os impactos socioambientais, advindos com implantação da norma Rainforest Alliance em uma fazenda localizada na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais.

2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar os benefícios tangíveis e intangíveis com a implantação da certificação para o empreendimento.
- Identificar de que maneira a aplicação da norma na fazenda interferiu no processo produtivo, na vida dos trabalhadores e da comunidade a qual está inserida.
- Realizar um estudo sobre o desempenho na área de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho no empreendimento, após a implantação do Sistema de Certificação Socioambiental Rainforest Alliance.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Segue abaixo as principais teorias sobre as quais estará fundamentado o presente estudo.

3.1 O panorama da Cafeicultura no Brasil

Rufino (2010), afirma que o café é um produto agrícola de importância histórica para a economia brasileira. Desde a sua chegada ao Brasil até a atualidade, o café representa para diversas regiões do país, o principal produto responsável pelo desenvolvimento sócio-econômico, gerando riquezas e empregos. Ainda segundo o mesmo autor, contribuiu para a diminuição do êxodo rural, devido a necessidade de fixação da mão - de - obra na zona rural.

Segundo Fontes (2001), a Cafeicultura no Brasil teve início no estado do Pará e em seguida, foi difundida para outras regiões do país, principalmente sul e sudeste, que são favorecidas pelas condições climáticas e por possuir um grande potencial agrícola para se desenvolver. O Brasil ganhou destaque como produtor e exportador de café após a sua independência em 1822.

Conforme afirma Rufino (2010), o Brasil é tradicionalmente, o maior e mais importante país produtor de café do mundo. Desde então a produção do café, vem gerando empregos e riquezas em diversas regiões do país produtoras de grão. Com relação a produção brasileira de café, Minas Gerais destaca-se como o maior estado produtor de café no Brasil, sendo o responsável, em média, pela metade da produção brasileira.

3.2 O panorama da Cafeicultura no Estado de Minas Gerais

Na década de 1980, Minas Gerais assumiu a liderança na produção de café do Brasil. O estado possuía a cafeicultura mais especializada, no que se refere a adoção de novas tecnologias. O Estado era o maior produtor de cafés finos do país, responsável por quase 60% do volume exportado (CASTRO JÚNIOR, 1995).

Segundo Rufino (2010) a produção do café, e a extração mineral, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento de Minas Gerais. O que reforça está afirmação, é o fato do Estado ser responsável por quase metade da

produção de café no Brasil sendo que, as áreas ocupadas pelas plantações de café, encontra-se concentradas em três regiões principais do Estado. As regiões Sul e Centro-Oeste são as maiores produtoras de café, com uma média de 9,7 milhões de sacas beneficiadas de 2005 a 2010. Em seguida estão as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste do estado, Zona da Mata e Triângulo Mineiro.

É válido ressaltar que o empreendimento, objeto desse estudo está localizado na Região Centro-Oeste, uma das regiões que possui um dos maiores índices de produtividade do grão no Estado de Minas Gerais, conforme demonstrado pelo GRAF.1.

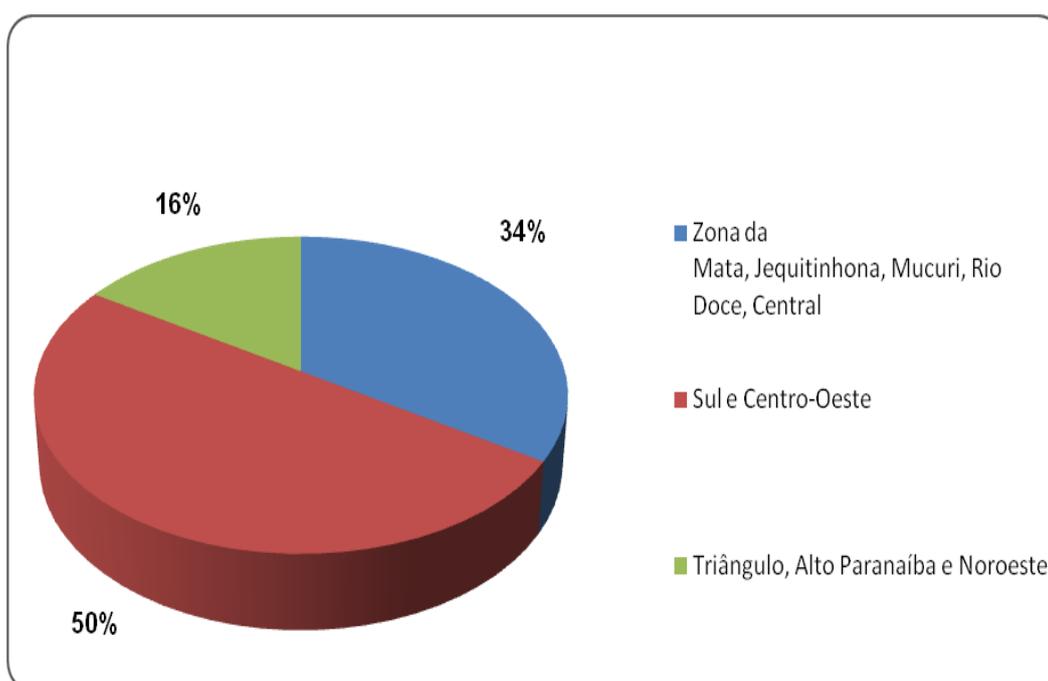


GRÁFICO 01 – Distribuição da Área em Produção de Café no Estado de Minas Gerais

Fonte: Conab (2010)a e Conab (2010)b

Sendo que o GRAF.02 demonstra a representatividade que o café possui mediante os produtos exportados. Esses dados enfatizam a importância de investimentos em estudos direcionados a melhorias no desempenho Socioambiental e produtivo da cafeicultura de Minas Gerais.

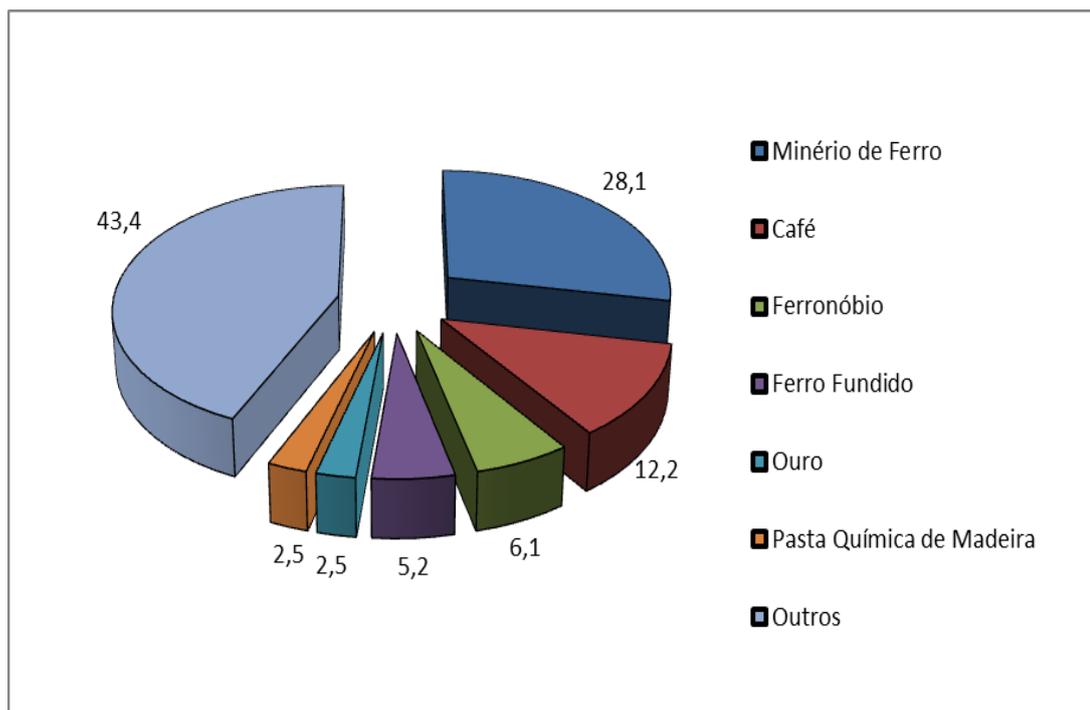


GRÁFICO 02: Participação dos principais produtos exportados em 2008
 Fonte: Aliceweb –MIDC (2009)

Conforme demonstrado no GRAF.02, o café é o terceiro produto mais exportado pelo Brasil.

3.3 Desenvolvimento Sustentável e o Agronegócio

Dentre as atividades produtivas, a agropecuária é a que causa mais impactos sobre os recursos naturais e os seres humanos, pois as unidades de trabalho de sistemas agrícolas, promovidos pela intervenção humana, estão presentes, em praticamente todos os territórios do planeta, produzindo alimentos e diversas matérias-primas, conforme Elliot (1996).

Seguindo a idéia do mesmo autor, Elliot (1996), os modelos adotados e das técnicas aplicadas ao sistema de produção agrícola dominantes no mundo, estes são em sua grande maioria os responsáveis pela intensa degradação ambiental e ruína social. Em virtude da situação apresentada, é notório e de extrema necessidade, que tais impactos sejam minimizados, através da interação entre a atividade agrícola e os conceitos globais e específicos do desenvolvimento sustentável.

No entendimento de Kruseman et al. (1996), existem três níveis de decisão para as políticas, a pesquisa e as ações, em sistemas de produção agrícolas e que devem ser considerados para a adaptação do uso da terra à agricultura sustentável. Ressaltam que a criação e adoção de políticas devem considerar os objetivos e os interesses públicos; o da propriedade vinculado a viabilidade econômica e o amostral referem-se ao nível da observação e da avaliação. Sendo assim, deduzem que a concepção de futuros projetos deve se considerar a adequação ambiental, a aceitação sociocultural, a viabilidade econômica, o consenso legal e juntamente ajustada à estrutura do empreendimento.

Quando se trata de avaliação de degradação ambiental em uma determinada cadeia produtiva devem ser levados em consideração diversos fatores, entre eles a capacidade produtiva instalada. Avaliando a produção agrícola a nível Brasil, ele apresenta uma produção agrícola muito diversificada e está entre os maiores produtores mundiais. Com toda essa potencialidade, é inevitável o aumento do índice de poluição e degradação ambiental.

Durante a expansão da capacidade produtiva e dos investimentos em inovação, o meio ambiente e a produção sustentável, são os principais aspectos a serem avaliados. O propósito é que o desenvolvimento produtivo seja associado com a redução de impactos ambientais e com a exploração de oportunidades criadas pelas tecnologias limpas.

Diversos movimentos Ambientais contribuíram para a inserção de tecnologias mais limpas durante o processo produtivo agrícola.

Pessoa (2002) afirma que, na década de 80 surge o modelo da sustentabilidade e da busca da qualidade total. Aliadas as pressões e aos esforços internacionais surge a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida pelo norueguês Gro Halem Brundtland, em 1982. O relatório *Our Common Future* (United Nations, 1987), da chamada *Comissão Brundtland*, foi apresentada em 1987, tendo, como tema central, a tese de que sobrevivência, desenvolvimento e ambiente estão inegavelmente interligados, assim sendo, é necessária a integração economia e a ecológica inseridas em todos os níveis de tomadas de decisão. O *Relatório Brundtland*, contém uma nova forma de definir o conceito desenvolvimento, com o objetivo de conciliar o crescimento econômico com a sua qualidade, ou seja, de promover uma forma de desenvolvimento “que atende às necessidades do presente, mas sem comprometer a capacidade das gerações

futuras de atender às suas próprias necessidades”.Esse é o conceito do chamado “desenvolvimento sustentável”. Ao mesmo tempo a disseminação do tema qualidade nas indústrias, através dos meios de comunicação, apresentava ao público consumidor ,diversas informações através de sites e programas destinados a várias faixas de idade e classes sociais distintas, abrangendo segmentos variados da população, com diferentes níveis escolaridade.

Ações de grupos sociais da Holanda, da Alemanha e da Suíça são responsáveis pelo surgimento na Europa do programa de certificação agrícola Fair Trade, ou Comércio Solidário, Pessoa (2002). Esse Programa, relaciona algumas questões ambientais e sociais ao processo produtivo, introduz no mercado, produtos produzidos em sistema familiar e de origem das associação de pequenos produtores de países da América Latina, da Ásia e da África Ferraz et al., 2000. Segundo o mesmo autor após a criação da Fair Trade Labelling Organizations – FLO, as organizações favoráveis ao comércio solidário, passaram a ter uma única coordenação em suas atividades.

De acordo com as afirmativas de Ferraz et al., 2000, surge paralelamente o Programa Eco–OK, coordenado pela ONG Rainforest Alliance, uma instituição de origem americana, com parceiros na Costa Rica, no Panamá,no Equador e na Guatemala.Sendo o principal objetivo do programa, o uso racional de agroquímicos, a proteção de florestas e da biodiversidade, considerando a educação ambiental e a saúde dos trabalhadores,e certificando as atividades do setor agropecuário de laranja, banana, café e cacau.

No entendimento de Pessoa (2002), devido às facilidades na obtenção de informações, produtos agropecuários que podem gerar perigo à saúde humana, pela ingestão de alimentos contaminados, recebem uma rotulagem negativa muito rápida. Aliada as situações de prejuízo à saúde da população consumidora, as questões ambientais e sociais, na qual produtos e serviços são produzidos, também são de extrema importância.

A preservação da confiabilidade de uma marca deverá obrigatoriamente estar vinculada a boas práticas durante ao processo produtivo que ultrapasse os padrões mínimos de qualidade. É necessário que conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social sejam efetivamente incorporados.

3.4 Certificação socioambiental

A Certificação Socioambiental surgiu segundo Alves et al (2008) da preocupação de movimentos ambientalistas e sociais e de consumidores da Europa e dos EUA devido aos impactos ambientais e sociais atribuídos à produção de países tropicais ou em desenvolvimento. Logo após a Rio-92 e a elaboração da Agenda 21, parte dos ambientalistas e movimentos sociais chegaram a conclusão, que a efetiva busca pela solução dos problemas produtivos desses países, exigiria mudanças de conceitos, os quais colocariam as críticas e as articulações negativas a tais produtos em segundo plano e passariam a buscar alternativas viáveis ao modelo de desenvolvimento e produção em questão, considerando o fator econômico das propostas existentes. Sendo assim, o crescimento econômico e da produção devem procurar conciliar, de maneira compensada, os objetivos econômicos, sociais e ambientais, tendo como parâmetro e ideal, o Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, enfatizam os autores supracitados, que a certificação socioambiental tem em vista, distinguir produtos provenientes de processos de produção ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis. Lembrando que os interesses de nível econômico, ambiental e social devem estar conciliados dentro dos Padrões existentes.

Hauselman (1996) salienta que, na Certificação Socioambiental, são avaliados o desempenho do empreendimento auditado, considerando os Padrões já estabelecidos e que, existe diferença na avaliação de desempenho em relação às avaliações de procedimento, predominantes nos sistemas ISO de certificação, por exemplo.

Na afirmação de Alves et al (2008), o setor florestal foi o pioneiro na certificação socioambiental, a partir da criação do FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) e seu Selo para produtos florestais. O Conselho proporcionou ao país, uma série de impactos positivos para o setor florestal e para os grupos de interesse relacionados ao mesmo, mundialmente.

3.5 Os benefícios tangíveis e intangíveis como atributos de valorização do café certificado

Para Kaplan (1986), os benefícios intangíveis são aqueles de difícil quantificação, incluindo redução de processamento e de *lead times* como intangíveis.

No conceito de Wilkes e Samuels (1991), suas idéias não se concentram no conceito de intangibilidade, apresentam, mas, apresentam como exemplos de benefícios intangíveis a flexibilidade, a qualidade, a atratividade de produto e a força de trabalho mais efetiva. Handfield e Pagell (1995), consideram o fator tempo como influência aos recursos intangíveis, qualificando como benefícios intangíveis aqueles de longo prazo como aumento de variedade de produto, habilidade de lidar com mudanças significativas de volume e aumento da satisfação dos consumidores. Para fins de pesquisa, Murphy e Simon (2002) consideram que os benefícios quantificáveis (tangíveis) podem influenciar a lucratividade diretamente ou não. E utilizam uma escala de tangibilidade maior ou menor, de acordo com uma possibilidade de quantificação maior ou menor.

O conceito de intangibilidade e tangibilidade, no entendimento de Udo & Ehie (1996), caracterizam os benefícios tangíveis como aqueles facilmente quantificáveis como a economia de inventário, menor espaço recinto, melhor retorno sobre patrimônio líquido e redução do custo unitário de produção. Enquanto os benefícios intangíveis como aqueles de mais difícil quantificação, incluindo a vantagem competitiva aumentada, a flexibilidade aumentada, a qualidade de produto aumentada e a resposta rápida à demanda dos consumidores.

Se referindo diretamente à produção de café Ximenes (2007), considera que a qualidade do café pode vir com a soma de fatores tangíveis e intangíveis. Os fatores tangíveis são os que podem ser observados visualmente, seja pelo odor ou por testes químicos. E os intangíveis necessitam de uma empresa certificadora ou algum outro tipo de normalização para serem evidenciados, pois agregam valores que não podem ser observados visualmente ou fisicamente, como responsabilidade socioambiental, rastreabilidade, comércio justo além de outras qualidades.

Para Ximenes (2007), a associação de fatores de qualidade (tangíveis e intangíveis) motiva a distinção e faz com que o produto alcance mercados

diferenciados, fora do café *commodity*. Considera a diferenciação uma estratégia que a empresa usa de modo a obter benefícios através da valorização do seu produto ou serviço. A vantagem pode vir com a distinção do produto associando-o a qualidade, a responsabilidade social e ambiental dentre outras. Dessa forma a empresa entra em outra posição no mercado, deslocando-se de um mercado de commodities para um nicho de mercado diferenciado, onde a concorrência é menor e a valorização do produto é maior.

O café pode ser diferenciado em várias fases da produção, podendo ser desde a escolha da espécie e variedade do café, a região de plantio, passando pelas etapas de colheita, processamento, embalagens e até o consumidor final, Ximenes (2007).

Zambolim 2006 ressalta que, o consumidor não consegue distinguir, mesmo já tendo experimentado a bebida, se ela possui as características por desejadas. São os chamados bens de crença. Sendo assim, o fortalecimento da confiança no mecanismo certificador estimula a verificação dos atributos contidos no selo apresentado na embalagem. Para isso, é necessário possuir relações de confiança, que só se estabelecem em longo prazo. Além disso, é indispensável o monitoramento de todo o caminho percorrido pelo produto ao longo do sistema produtivo, minimizando as perdas de informação ao longo do processo.

3.6 Definição dos padrões e elementos que compõem a estrutura básica da Certificação Socioambiental

No entendimento de Alves et al (2008), os padrões são importantíssimos, pois são o alicerce da certificação e determinam o que o produto ou o processo produtivo devem conter ou atingir para serem certificados. Caso as modalidades de certificação tenham interesse além do produtor e certificador, como no caso dos Selos Verdes, os Padrões devem estar apoiados na técnica e no conhecimento científico e devem ter legitimidade e reconhecimento social. Nesta situação, os Padrões devem ser definidos com a participação representativa e equilibrada dos grupos de interesse envolvidos, direta ou indiretamente envolvida com o processo produtivo, consumo do produto ou da categoria em discussão.

Na definição de Ervin e Elliot (1996), Padrões são ferramentas de avaliação, comparando as práticas de manejo do empreendimento em uma determinada operação e um grupo de princípios ou de condições ideais.

A sustentabilidade da operação não pode ser aferida pelos Padrões de certificação socioambiental, segundo Ervin e Elliot (1996). Os autores completam, que essa aferição somente é possível, caso exista um histórico completo dos impactos por um longo período, que demonstre as atividades de manejo sobre os recursos naturais e a comunidade. Afirmam que, padrões medem emprego de práticas de manejo admissíveis para uma dada atividade, validadas conceitualmente sobre a produção responsável, conforme demonstrada na FIG 01.

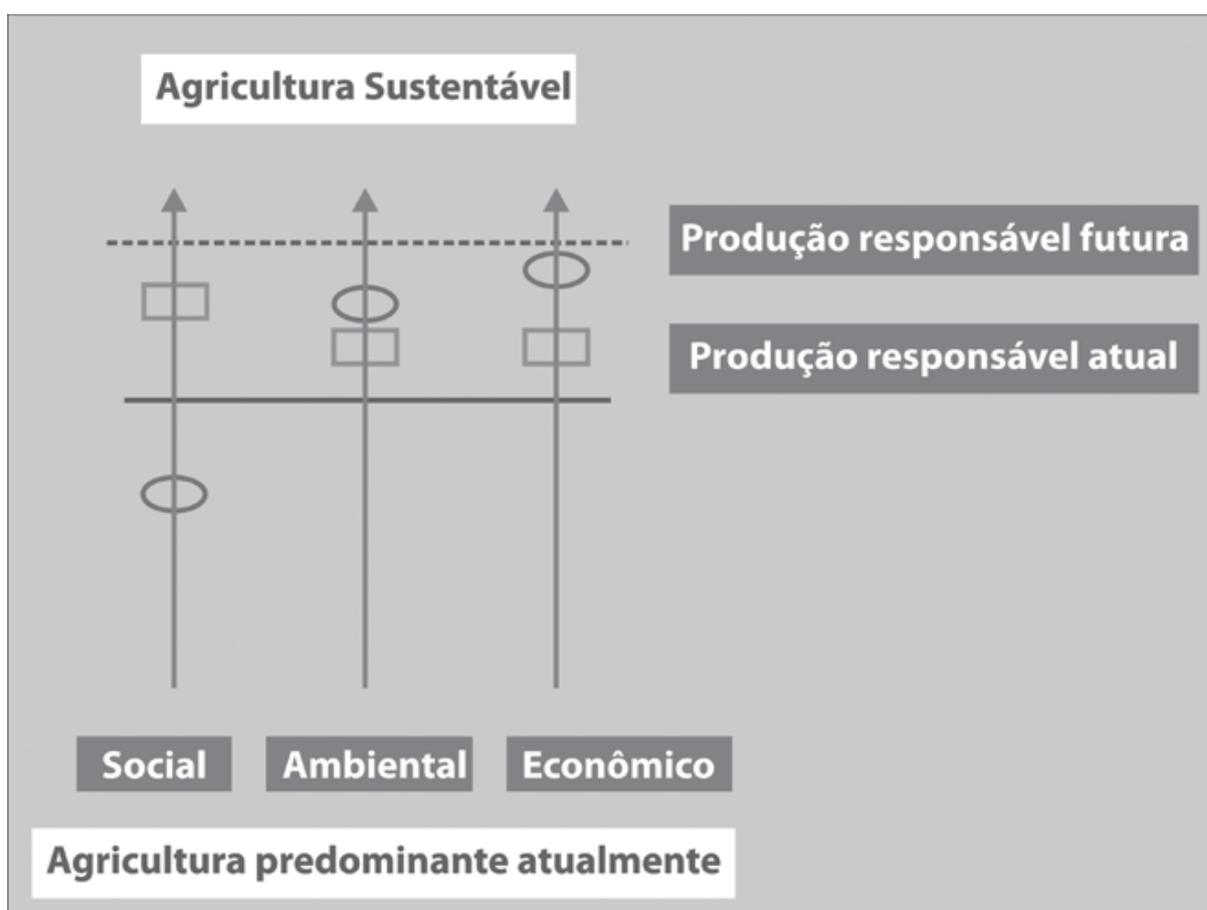


FIGURA 1 - O Conceito de Produção Responsável.

Fonte: Alves et al (2008).

A Figura acima apresenta distintos sistemas de produção (representados por retângulos e elipses). O representado por retângulo possui bom desempenho dos componentes social, ambiental e econômico, ficando todos estes acima da linha da produção responsável e dos padrões mínimos para a certificação (tornando o sistema certificável). Por outro lado,

o sistema representado pela elipse não é certificável, pois apesar de ter alto desempenho ambiental e econômico, em desempenho social abaixo do mínimo exigido pela certificação socioambiental. Portanto, procura-se manter o equilíbrio entre todos os componentes, respeitando-se o mínimo exigido. Nota-se que a linha da produção responsável caminha em direção a agricultura sustentável, forçando os produtores a também acompanhar esta evolução para manterem sua certificação. O avanço da linha ocorre em função da evolução da ciência e das tecnologias de produção e das exigências da sociedade. (ERVIN E ELLIOT, 1996).

Segundo Alves et al (2008), os padrões da certificação socioambiental, estão inseridos nos princípios e critérios.

3.6.1 Princípios

Para Prabhu et al (1996), os princípios são a base de definição dos Padrões e expressam idéias e conceitos genéricos. O detalhamento das particularidades de cada princípio é discriminado por inúmeros critérios.

3.6.2 Critérios:

Evidenciam os conceitos contidos nos princípios através de informações que possam ser medidos e ou avaliados (PRABHU et al 1996).

3.6.3 Indicadores

Meios pelos quais os critérios são objetivamente medidos no campo. Ao contrário dos Princípios e Critérios, os indicadores necessitam atender de maneira específica cada avaliação, pois, fatores físicos, ecológicos, socioeconômicos e culturais locais, são preservados em sua essência (PRABHU et al 1996).

3.6.4 Credenciador

O credenciador para Alves et al (2008), é a entidade responsável pela regulamentação e funcionamento da certificação determina a forma de aplicar os Padrões e fiscaliza as atividades de certificadores. O credenciador é o condutor de discussões dos grupos de interesse. Definição, revisão de Padrões, identificação de certificações e procedimentos considerados inadequados, partindo de certificadores

e certificados são de responsabilidade dos credenciadores, os quais tomarão medidas para correção de possíveis não conformidades.

Os mais importantes movimentos de certificação considerados por Alves et al (2008), agricultura orgânica, florestal, ISO 14000, nomearam respectivamente IFOAM, FSC e ISO como a figura do seu credenciador.

3.7 Classificação da certificação socioambiental

Existem dois tipos básicos de certificação socioambiental, segundo Alves et al (2008):

- a) Produção: verificação de conformidade do empreendimento aos Padrões existentes.
- b) Cadeia de custódia: verificação se o produto é originado de área de produção certificada, através do rastreamento de todo o caminho percorrido pelo produto, da sua origem ao consumidor final.

Por fim Alves et al (2008), acrescentam que mais do que padrões sólidos, a credibilidade e a eficiência dos sistemas de certificação são dependentes da estrutura institucional em que estes se apóiam.

A garantia dos mecanismos para que os princípios de independência e de transparência da certificação sejam na definição de padrões ou nos processos de avaliação, segundo Alves et al (2008), deverão ser asseguradas pela instituição conforme a FIG.2.

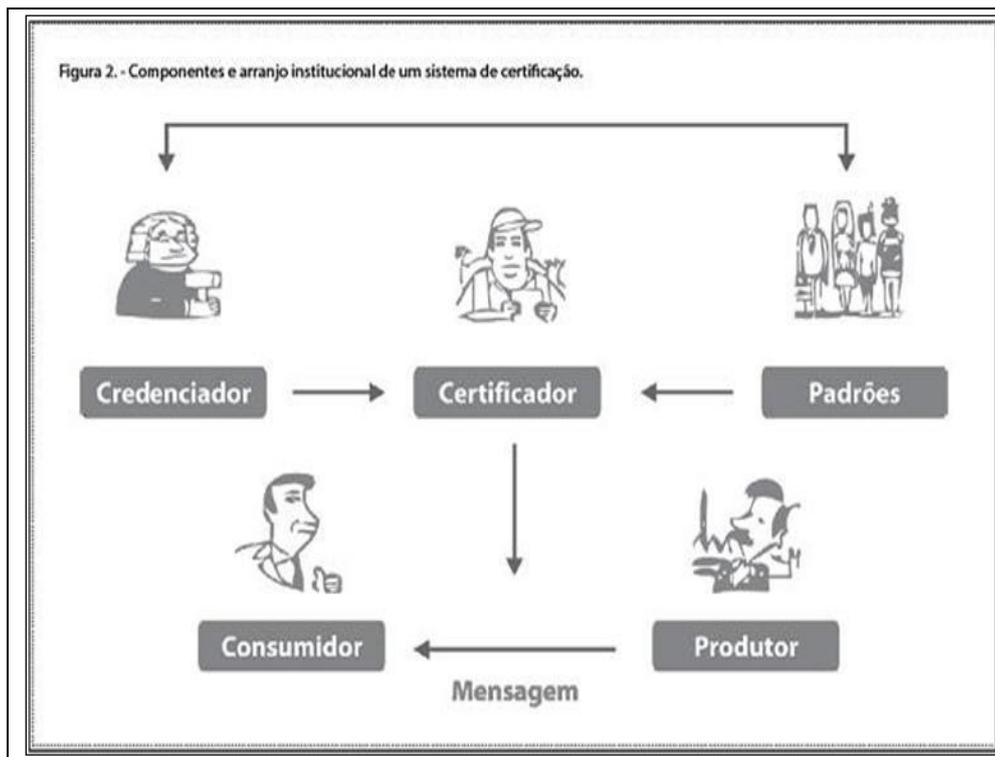


FIGURA 2 - Componentes e arranjo institucional de um sistema de certificação

Fonte: Alves et al (2008).

3.8 A certificação socioambiental e o desenvolvimento de padrões como instrumentos operacionais

A partir do desenvolvimento dos padrões para conquista da certificação, da utilização da mesma como ferramenta operacional, e a disposição desses produtos certificados no mercado, faz surgir um instrumento que pode produzir benefícios, proporcionar novas oportunidades e grandes desafios aos grupos de interesse atingidos, conforme Alves et al (2008):

- Consumidores - possibilidade de verificação da origem de um determinado produto, antes da sua aquisição. Oportunidade de intervir no processo produtivo, exigindo Padrões de desempenho ambiental e social no processo de produção do que consomem;
- Grupos ambientais e movimentos sociais - são divididos em três momentos da certificação, os benefícios a serem obtidos por esses dois grupos: 1) na definição dos Padrões, têm a oportunidade de pleitear e negociar em que condições aceitam e apóiam a certificação e a produção de determinado produto; 2) nos processos de certificação, devem verificar se os Padrões estão sendo aplicados corretamente pelos certificadores. Avaliar se de fato os Padrões traduzem, um nível diferenciado de produção, se benefícios diretos e indiretos estarão sendo gerados para aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores e das comunidades circunvizinhas às operações certificadas, e se prevêm ações de conservação e recuperação dos recursos naturais; 3) podem utilizar os Padrões e os modelos de empresas

e comunidades certificadas, como referencia, para solicitar e pressionar mudanças em outras esferas produtivas e regiões;

- Estado - caso os Padrões e as certificações tenham alta confiabilidade, adequada aceitação e respaldo dos grupos de interesse envolvidos, o Estado pode utilizar esse instrumento para a formulação de políticas públicas. Os Padrões poderão ser utilizados, como parâmetro, para desenvolverem-se a legislação e os critérios para o financiamento e a tributação individualizados. Pelo fato da certificação realizar auditorias e monitoramentos, a função do Estado na fiscalização ambiental e trabalhista pode ser revisto, de modo a unificar-se as atividades de certificação;
- Pesquisadores - processos produtivos certificados além de promover a constante evolução de sistemas e técnicas de produção com menor impacto ambiental e social, também exigem métodos multi-interdisciplinares, seguros, rápidos e de baixo custo, para ponderar o desempenho da operação e seus impactos. Salva a ressalva, que ambos os aspectos representam desafios constantes das instituições de pesquisa, devido à demanda crescente pelo desenvolvimento destes. (ALVES ET.AL, 2008).

3.9 Os sistemas e as tendências das certificações voltadas às questões socioambientais aplicadas à cafeicultura brasileira

Para Pessoa (2002), a produção de *commodities* agrícolas possui um histórico correlacionado à degradação dos recursos naturais, a decadência das relações trabalhistas e ao desrespeito aos direitos humanos, havendo diversos estudos que comprovam essa análise. Os impactos mencionados referem-se, principalmente, a produção agrícola da biomassa, iniciam-se nas unidades de produção ou nas propriedades rurais e abrangem aspectos agrônômicos, ecológicos e trabalhistas. Mesmo que a ação do impacto ocorra na propriedade, seus efeitos atingem fontes de geração de recursos hídricos, a paisagem e as comunidades que circundam as propriedades. Entre tais impactos, podemos citar o desmatamento, a poluição do solo e da água por fertilizantes, agrotóxicos e resíduos, o trabalho precário, infantil ou forçado, etc. As unidades de produção que se agrupam, também, o processamento industrial, são causadoras de poluição atmosférica, pelo uso inadequado dos recursos energéticos e pela alta emissão de carbono, o que contribui, para um dos maiores problemas ambientais da atualidade, o aquecimento global.

Por esse motivo, a adoção de critérios de controles ambientais, sanitário e práticas que visem o manejo sustentável de todo meio ambiente envolvido na produção, é sinônimo de conquista de novos mercados.

Segundo Gebler et.al (2007), a mudança de preferência dos consumidores ,que se expressam através de códigos de condutas ,vêm promovendo a

transformações na produção agrícola. Esse posicionamento ,torna visível o surgimento de uma revolução em toda a cadeia produtiva do mercado agropecuário. A adoção de conceitos de rastreabilidade, e de diferentes tipos de certificação (selos e certificados) e as ferramentas de apoio como, normas, protocolos e adoção de processos como a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle no Campo (APPCC/Campo), as Boas Práticas de Agropecuárias (BPAs), e as Boas Práticas de Fabricação. A certificação requer a adoção de um sistema de gerenciamento da qualidade do produto e ambiental, surgindo a partir de então, um processo de melhoria contínua motivada pela avaliação de clientes externos.

Para Gebler et al (2007), os impactos das certificações são mais visíveis na Europa , pelo fato do continente ser exportador de frutas e hortaliças, a adoção de códigos de condutas elaborados e adotados pelos consumidores e produtores europeus, estão sendo difundidas nas mais diversas regiões, inclusive o Brasil, principalmente pela condição de exportador .No Brasil, a aplicação de códigos de conduta ambiental certificáveis é recente. Ainda que alguns tipos de certificação da qualidade já estabelecidas dentre elas a Certificação Socioambiental.

Por outro lado, conforme os autores acima citados há iniciativas de produção agrícola em diferentes escalas, com alto desempenho socioambiental, nas quais os Recursos naturais são conservados e até recuperadas, as questões trabalhistas e sociais são consideradas, contribuindo, portanto, para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das comunidades associadas. Assim, torna-se necessário criar mecanismos que estimulem a produção responsável e comprometida com o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Além do contínuo avanço da ciência, da tecnologia, o desenvolvimento e da aplicação de políticas públicas, deve haver um comprometimento, por parte dos proprietários, com a melhoria das condições Socioambientais dentro e no entorno das unidades de produção agrícola e com instrumentos que estimulem e promovam a produção responsável. Entre elas, destacaremos a certificação socioambiental.

Nas palavras de Alves et al (2008) esse instrumento surgiu como um dos mecanismos capazes de promover e de incentivar mudanças qualitativas na agropecuária em direção a sustentabilidade. Contudo, ressaltam que a mesma não deve ser encarada como solução para todos problemas, embora possa cumprir interessante papel, no sentido de promover transformação em atividades produtivas como tem ocorrido nos setores florestal e agrícola. Esses fatores de mudanças

devem ser complementados por políticas públicas, pesquisas, educação, treinamento e outros instrumentos.

Ampliando o conceito de certificação agrícola, Spers e Chaddad (1996), ela surgiu em países europeus, com tradição em produzir e em valorizar alimentos com características como: cor, brilho, paladar, o odor e a textura diferenciados.

Os certificados desses produtos no passado e atualmente visam identificar aqueles com qualidade superior, ou provenientes de regiões agrícolas com métodos tradicionais de cultivo e de processamento de determinada cultura. Foi dessa forma que desenvolveram-se Selos, como o Label Rouge e o Label Montagne, na França, entre outros. Esses selos são, em sua maioria, regulamentados e reconhecidos pelos governos locais.

Segundo Alves et.al (2008), desde então, os sistemas de certificação aumentaram em importância e em complexidade e espalharam-se pelo mundo em ações.

Os principais sistemas de certificação agrícola são apresentados no Quadro 1, os aspectos fundamentais que diferenciam as iniciativas de certificação podem ser assim agrupados:

- a) Avaliações independentes, realizadas por terceira parte, ou participativas, realizadas pelos produtores;
- b) Avaliação da qualidade do produto ou do processo produtivo;
- c) Tipos de mudanças que pretendem estimular: social, ambiental ou socioambiental. Podendo variar em abordagens genéricas ou específicas, como contribuir para a conservação de espécies de mamíferos, ou avaliar aspectos de saúde e de segurança do trabalho;
- d) Abordagem para determinada cultura agrícola (ex.: café);
- e) Avaliação de desempenho, a partir do resultado no processo produtivo, ou do procedimento, como critério mais importante, para garantir o sistema de gestão;
- f) Iniciativas originadas da sociedade civil ou do setor privado;
- g) Sistemas que abrangem nichos de mercado, ou que buscam atingir uma parcela expressiva do mercado, como qualquer outro produto comercializado.

Sistema	Abordagem Principal	Regulamentação	Avaliação	Sociedade Civil ou privada
Orgânico	Socioambiental, com foco no uso De agrotóxico	Governos, ONGs e Acreditadores.	Independente ou participativo	Sociedade civil e privado
Comercio Justo	Social, com foco na relação comercial de produtores familiares	Acreditadores, ONGs, Redes de reconhecimento Mútuo.	Independente ou participativo	Sociedade civil
Rede de Agricultura Sustentável	Socioambiental	ONGs	Independente	Sociedade civil
EUREPGAP	Qualidade do produto	Acreditadores	Independente	Privado – supermercados Europeus
SAI 8000	Aspectos trabalhistas	Acreditadores	Independente	Sociedade civil
ISO 14.000	Sistema de gestão ambiental	Acreditadores	Independente	Privado e Sociedade civil

QUADRO 1: Características dos principais sistemas de certificação aplicados na agropecuária
 Fonte: Alves et al (2008)

Mesmo sendo inúmeras as possibilidades, no entendimento Alves et.al (2008), o café possivelmente seja a cultura com maior número de selos e de certificados. Porém podemos resumir algumas tendências. Os principais sistemas além das especificidades de objetivos seguem uma abordagem socioambiental, o que provoca mudanças significativas nos sistemas de produção. A performance dos empreendimentos passou a ser avaliada por basicamente todos os sistemas, exceto os das normas ISO, para os quais a conformidade aos procedimentos continua a ser a abordagem principal. A avaliação independente é uma necessidade para os empreendimentos empresariais e a abordagem participativa, para os pequenos produtores. A certificação em grupo tem sido a principal opção para a avaliação independente de pequenos produtores, cujos custos são divididos, viabilizando a certificação.

Os autores supracitados acrescentam que o principal desafio para a grande maioria dos sistemas, tem sido a modificação dos nichos de mercado em rumo aos grandes mercados nacionais e internacionais.

Acrescentam que essa situação implica em um maior número de instituições certificadas e, portanto, um maior impacto da certificação no campo. Paralelamente, constitui maiores quantidades e variedades de produtos disponíveis para o consumidor final. O principal dilema da mudança de escala, do nicho para o grande mercado, refere-se à inclusão dos custos da certificação ao longo das cadeias produtivas, incluindo produtores, processadores, atacadistas, varejistas e consumidores finais. O grande mercado implica um produto com o mesmo preço final de seu concorrente, com a progressiva eliminação do subpreço aos produtores. Em meio aos principais sistemas existentes, o orgânico tem a maior participação no mercado nacional e internacional.

Logo em seguida, sobretudo no mercado internacional, estão o do Comércio Justo (*Fair Trade*) e o da Rede de Agricultura Sustentável.

Por fim Alves et al (2008), citam a entrada dos governos nacionais na regulamentação da certificação. Cada país tem desenvolvido e praticado suas normas de certificação, principalmente de produção orgânica. Ação que tem enfraquecido as iniciativas da sociedade civil e implicado em normas distintas, entre países, para produtos que, a princípio, teriam as mesmas qualidades. Neste contexto há países que aceitam transgênicos como orgânicos, por exemplo, algo inadmissível para os sistemas da sociedade civil e para outros Chefes de estado.

As certificações que direcionam maior importância às questões ambientais e sociais, são bastante parecidas, elas se diferenciam na ênfase dada por cada sistema de certificação. As relações comerciais são enfatizadas por um sistema, outro a forma de manejo da cultura agrícola, outro a preservação dos recursos naturais conforme mencionados a seguir.

3.9.1 O sistema de certificação Fair Trade ou Comércio Justo

Para Levi e Linton (2003), conceito de Fair Trade ou Comércio Justo está baseado no fato que práticas no mercado global afetam o subdesenvolvimento e a distribuição injusta de renda entre as nações.

As origens do Fair Trade estão no “consumo ético”. O consumo ético teve início na Europa com a emergência de Organizações de Comércio Alternativo (ATOs, na sigla em Inglês), como Ten Thousand Villages (1946), Fair Trade Organisatie (1967) e Global Exchange (1988) (LEVI & LINTON, 2003).

Segundo Pinto e Prada (2000), Fair Trade ou Comércio Justo é o sistema de certificação que aborda com mais ênfase às questões comerciais e sociais, regulada pela Fair Trade Labelling Organizations – FLO, cuja origem foi na Holanda.

No entendimento de VanderHoff Boersma (2008), a Fair Trade, tem por objetivo assegurar que o café consumido foi cultivado respeitando padrões ambientais e sociais e comercializado de forma justa, garantindo que o preço pago permita o sustento dos produtores e seus familiares.

O café foi o primeiro produto rotulado Comércio Justo em 1989 (CONSUMERS INTERNACIONAL, 2005).

3.9.2 O sistema de certificação orgânica

Atua em sistemas diferentes, com alterações, inclusive das normas, segundo Alves et al (2008), dependendo dos países onde está regulamentada e de sua legislação. O principal sistema internacional independente e não governamental é do IFOAM (Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica). A certificação orgânica é a mais importante, atualmente, se avaliado em termos de área certificada, de variedade e de quantidade de produtos disponíveis. Pondera questões socioambientais, com ênfase na eliminação de agrotóxicos e de insumos químicos, aliada a práticas de conservação e recuperação do solo, garantindo alimentos e matérias-primas saudáveis e um ambiente livre de contaminação por agrotóxicos e outras substâncias sintéticas. Ultimamente, as normas de certificação passaram a ser regulamentadas por países ou grupos de países. Por esse motivo, existem normas distintas para o mercado dos EUA, da Europa e do Japão. Alves et al (2008), usa como exemplo, o sistema adotado nos EUA, onde são aceitos material transgênico como orgânico, o que não ocorre no sistema independente do IFOAM e de outros países.

3.9.3 O sistema de certificação Utz Kapeh

A Utz Kapeh é um sistema de certificação com reconhecimento mundial para a cafeicultura, tem como destaque a segurança alimentar. Destaca as boas práticas agrícolas, fundamentado na adaptação dos padrões da EurepGAP1. Sua missão é facilitar que os produtores de café mostrem seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em um caminho orientado para o mercado. Eram 120 empreendimentos de café certificados no Brasil em 2007 (UTZ CERTIFIED, 2008). A venda de café certificado foi cerca de 20 mil toneladas em 2004 e cerca de 30 mil toneladas em 2005 (CONSUMERS INTERNATIONAL, 2005).

O sistema de certificação Utz Kapeh tem como uma das suas diretrizes a obrigatoriedade de se pagar um prêmio pelo café certificado. O valor do prêmio é comercializado entre comprador e o vendedor sem a intervenção da Utz Kapeh. Entretanto, se um torrefador ou um produtor pagar ou aceitar prêmios baixos ou caso não receba nenhum prêmio, o autor receberá uma advertência ou será suspenso do programa Utz Kapeh em última instância (ZAMBOLIM, 2006).

3.9.4 O sistema de certificação Café do Cerrado

Segundo Palmieri (2008), o sistema de certificação do Café do Cerrado foi organizado a partir da necessidade de garantir que o café foi originado da dentro da região demarcada como Cerrado. No intuito de atender aos produtores que vendem seu café para mercado consumidor onde são valorizados ou exigidos os sistemas de produção onde o bem estar dos trabalhadores e a conservação do meio ambiente, foram adicionados a norma critérios socioambientais semelhantes aos existentes na RAS a qual abordaremos a seguir, e Utz Kapeh. Existem quatro níveis de qualificação, 1, 2,3 e 4 estrelas no sistema de certificação Café do Cerrado. A princípio o produtor ingressa no primeiro nível do sistema com uma estrela se estiver na região delimitada como Café do Cerrado e preencher algumas exigências básicas quanto às praticas agrícolas e cuidados com o meio ambiente e a saúde e segurança do trabalhador. O produtor pode alcançar de uma a quatro estrelas logo que for cumprindo com os 197 itens exigidos no Código de Conduta da Propriedade Produtora de Café do Cerrado versão 2008 (CAFÉ DO CERRADO, 2008).

Os critérios são classificados em três tipos: indispensável, importante e recomendado. Para conseguir a certificação, o produtor deve cumprir 100% dos critérios indispensáveis e 95 % dos critérios importantes determinados para cada

nível de qualificação Tabelas 6 e 7, existentes no Código de Conduta da Propriedade Produtora de Café do Cerrado versão 2008. Sendo assim, o produtor necessita cumprir os 19 critérios indispensáveis para ingressar no sistema como produtor certificado e, pode progredir gradualmente até o nível 4 estrelas, para o qual ele deve cumprir 182 itens no mínimo (os 142 da Classe I e 95% dos 42 itens da classe 2, isto é 40 da classe II).

Ainda segundo o mesmo autor, a certificação de 1 a 3 estrelas é feita por auditoria interna por empresa credenciada pelo Conselho de Associações dos Cafeicultores do Cerrado - CACCER. Somente para certificação 4 estrelas é exigida a certificação externa.

3.9.5 O sistema de Certificação Socioambiental da RAS

No intuito de facilitar o entendimento pretendido do Sistema de Certificação Socioambiental da Rede de Agricultura Sustentável - Rainforest Alliance, todo contexto no qual o Sistema está inserido foi dividido em sete tópicos:

3.9.5.1 Rede de Agricultura Sustentável

Segundo Gonçalves (2006), a Rede de Agricultura Sustentável (RAS) é uma coalizão de organizações conservacionistas independentes e sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade socioambiental das atividades agrícolas, através do desenvolvimento de uma Norma e da certificação de propriedades que agem de acordo com ela. Cada membro da Rede de Agricultura Sustentável fornece serviços de certificação para produtores e empresas agrícolas em seus respectivos países, além de oferecer conhecimento e experiência em trabalhar com o desenvolvimento de normas para a Agricultura Sustentável. A Rede de Agricultura Sustentável é formada por entidades sem fins lucrativos de oito países da América Latina. Seu objetivo é promover mudanças socioambientais na agricultura tropical, por meio do desenvolvimento de uma Norma e sua aplicação via certificação independente, principalmente, na América Latina e, em fase inicial, no sudeste da Ásia e África.

Em 2005, a Rede de Agricultura Sustentável aprovou a versão final da norma e aumentou o número de princípios de nove para dez através da criação de um novo princípio "Saúde e Segurança Ocupacional" que foi

formulado a partir do antigo princípio “Tratamento Justo e Correto dos Trabalhadores”. (GONÇALVES, 2006, p.09).

Todos os tipos de culturas podem ser certificados pela norma de agricultura sustentável. Salvo a observância da existência de módulos para culturas específicas com critérios e indicadores. A norma da agricultura sustentável é aplicada a todos os cultivos. Entretanto, existem módulos para culturas específicas com critérios e indicadores complementares. Todos esses módulos são baseados nos critérios e nos indicadores das culturas desenvolvidos e utilizados pela Rede de Agricultura Sustentável.

3.9.5.2 Rainforest Alliance Certified

É a Secretaria da Rede de Agricultura Sustentável e administra os sistemas de certificação. Esta secretaria coordena os processos de desenvolvimento das normas RAS. Esses processos cumprem o Código de Boas Práticas de Desenvolvimento de Normas Sociais e Ambientais da ISEAL Alliance (www.isealalliance.org). A Rainforest Alliance também administra o selo Rainforest Alliance Certified™.

As propriedades agrícolas que cumprem os critérios da RAS recebem o selo de aprovação Rainforest Alliance Certified™. O selo da Rainforest Alliance é utilizado para representar a certificação da Rede de Agricultura Sustentável.



FIGURA 3: Selo Rainforest Alliance

Fonte: Palmieri (2008).

3.9.5.3 O Imaflora

O Imaflora-Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola faz parte da Rede de Agricultura Sustentável e é responsável pelas auditorias para certificação Rainforest Alliance no Brasil.

Sendo relata Gonçalves (2006), Imaflora, é uma organização brasileira sem fins lucrativos criada em 1995, é sócio fundador da Rede. A experiência do Instituto com a certificação agrícola ocorreu, primeiramente, entre 1996 e 1998, com o processo participativo de desenvolvimento da certificação para o Setor Sucroalcoleiro.

No ano de 2002, com a certificação da primeira fazenda de café, o programa agrícola do Imaflora cresceu de forma expressiva e tornou-se referência entre os atuais certificadores do segmento no país. A partir de então, a Rede adotou o selo Rainforest Alliance Certified para identificar produtos e empreendimentos certificados. Em novembro de 2005, a Rede estruturou, através de discussões internas e consultas públicas, a Norma para Agricultura Sustentável, com o objetivo de unificar as diferentes Normas aplicadas nos países onde opera. Essa conquista pode ser atribuída ao crescimento da certificação da Rede à co-participação de clientes, colaboradores e parceiros.

A Missão do Imaflora é promover o desenvolvimento sustentável, incentivando o manejo florestal e agrícola, ambientalmente adequados, socialmente benéficos e economicamente viáveis. Para isso, utiliza como ferramentas a certificação, o treinamento e a capacitação, o estímulo à políticas públicas e o apoio ao desenvolvimento de mercados para empreendimentos certificados. (GONÇALVES, 2006, p.08)

Na afirmação de Gonçalves (2006), o Imaflora utiliza a certificação como uma das principais ferramentas na promoção das boas práticas de produção florestal e agrícola. Para obtenção da certificação os interessados, sejam empresas, produtores, devem se submeter a rígidos padrões para usufruir de um recurso natural, garantindo o mínimo impacto ambiental, social e econômico.

O Imaflora trabalha com dois tipos de certificação, a Certificação FSC (Forest Stewardship Council), a qual define padrões mundiais para a boa utilização das florestas e a Certificação da Rede de Agricultura Sustentável, que premia práticas agrícolas responsáveis.

No Brasil segundo Palmieri (2008), o Imaflora como membro da RAS é a única instituição brasileira que trabalha exclusivamente com Certificação Socioambiental Rainforest Alliance.

Quanto aos empreendimentos certificados pelo Imaflora, Palmieri (2008) afirma que a instituição optou pelos produtores de café, principal cultura certificada pela RAS no Brasil. E pelo estado de Minas Gerais é porque é o estado responsável por quase a metade de produção brasileira e maioria dos produtores de café certificados RAS no Brasil.

3.9.5.4 Estrutura e o uso da Norma

Segundo Gonçalves (2006), a norma está estruturada em dez princípios. Cada princípio é constituído de critérios. Os critérios propõem boas práticas para a gestão social e ambiental e são avaliados pelo processo de certificação.

Cada critério tem um grupo de indicadores. Os indicadores demonstram como a conformidade é avaliada em comparação aos critérios e, podem conter exemplos de boas práticas ambientais e sociais quanto de práticas inaceitáveis, Gonçalves (2006).

Contudo o mesmo autor considera importante destacar que a conformidade com a norma é avaliada através da comparação com os critérios e não com os indicadores. Os indicadores “indicam” como estão as práticas de manejo: adequadas ou não aceitáveis. Sendo assim, os indicadores direcionam a propriedade em seus esforços para estarem em conformidade com a norma e podem alterar de acordo com as condições dos diferentes países, regiões ou culturas.

O autor supracitado comenta que a estrutura da Norma abrange o manejo de propriedades de qualquer extensão e inclui enfoques relacionados às questões agrícolas, sociais, legais, trabalhistas, ambientais, de relações comunitárias e segurança e saúde ocupacional. A conformidade da propriedade com a norma é avaliada através da observação da infra-estrutura existente, das práticas agrícolas e trabalhistas, além de entrevistas com trabalhadores, funcionários administrativos e gerência. Caso seja detectado que a propriedade não está em conformidade com um dos critérios da norma, a equipe responsável pela auditoria analisa esta não conformidade a fim de checar se ela é ocasionada por um incidente isolado ou se é por falta de um programa, de uma política, de um procedimento ou outro elemento

relacionado à gestão social e ambiental. Se a não conformidade é sistemática e não um incidente isolado, os auditores conduzirão uma revisão mais detalhada das evidências físicas disponíveis, sustentados pelas entrevistas com os trabalhadores e administradores.

Quando as práticas exigidas pela norma não são implementadas, ou quando faltam os elementos do sistema de gestão ambiental e social necessários para implementar as práticas exigidas, a equipe de auditoria sugere uma não conformidade. O tipo de não conformidade e a ação corretiva a ser conduzida pelo produtor dependem se a não conformidade é um incidente isolado ou se ela é devido a um problema no sistema de manejo da propriedade. No último caso, a não conformidade atribuída focará na necessidade de definir melhor e, talvez, documentar melhor as políticas, os procedimentos e os programas necessários para assegurar a conformidade.

A equipe de auditoria atribui pontos ao desempenho da propriedade de acordo com todos os critérios. Para se obter e manter a certificação, as propriedades devem estar em conformidade com, pelo menos, 50% de todos os critérios dos princípios e com 80% de todos os critérios da norma. O Quadro 02 ilustra a forma pela qual é feita a qualificação do nível de cumprimento dos critérios da Norma RAS. O sistema de pontuação guia e encoraja os produtores a fazer melhorias contínuas em todos os princípios e critérios e permite que eles comparem seu desempenho com produtores vizinhos e de outras regiões.

% Cumprimento por critério	Categoria
Cumprimento inferior a 50%	Não-conformidade maior (NCM)
Cumprimento igual ou superior a 50%, mas inferior a 100%	Não-conformidade menor (Ncm)
100%	Sem evidências de não-conformidades

QUADRO 02: Qualificação do nível de cumprimento dos critérios da Norma RAS.
Fonte: SAN, (2009).

Durante as auditorias de certificação, os auditores da Rede de Agricultura Sustentável concentram-se nas evidências físicas considerando melhorias e melhores práticas no campo de tal forma que as exigências de documentação sejam reduzidas. Os resultados de uma auditoria, entretanto, podem indicar a necessidade de documentação dos procedimentos, das políticas e dos programas para guiar e sustentar a implementação das boas práticas de manejo.

3.9.5.5 A Norma RAS com seus princípios e critérios

Na conceituação de Palmieri (2008), a Certificação Socioambiental possui como alicerce, o ideal de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável. Motivo pelo qual a sua norma buscou equilibrar os três campos citados. O desempenho extraordinário em um campo específico “x”, não é suficiente para compensar a precariedade no campo “y” ou vice-versa. O autor supracitado ressalta que é necessário que se estabeleça um plano de melhorias contínuas justificado pela utopia de alcançar o ideal de agricultura sem geração de qualquer impacto socioambiental negativo. A manutenção da certificação, a propriedade deve eliminar às não-conformidades dentro de dois anos de sua primeira auditoria ou dentro do prazo previsto em um plano acordado com a equipe auditora. O cancelamento da certificação se dará pela ausência do cumprimento das não-conformidades. É feita uma visita anual da certificadora à propriedade para monitorar o progresso da resolução das não-conformidades (SAN, 2008b).

Os empreendimentos certificados devem acompanhar a evolução tecnológica e novas exigências de mercado, portanto, podem surgir novas exigências. A última revisão de toda a norma RAS foi em novembro de 2005. Anualmente, são editados padrões específicos para novas culturas agrícolas. Em 2007, a RAS conduziu o processo de consulta pública para definição da norma específica para a cana-de-açúcar por uma demanda do Brasil para certificar essa cultura. Em 2008, ampliou-se a aplicação das normas para culturas anuais, pois até então, a norma só era aplicada a culturas perenes, Palmieiri (2008).

De acordo com o texto da Norma para a Agricultura Sustentável (2009), se comparada à versão de fevereiro de 2008 da Norma para a Agricultura Sustentável – Rede de Agricultura Sustentável, a versão de abril de 2009 passou

pela correção da redação de alguns critérios. Os critérios modificados são os itens 1.1, 1.10, 2.1, 2.8, 5.14, 5.15, 6.6, 6.20, 7.5, 8.4 e 8.7, assim como a Tabela de Separações (Anexo 1). Foi realizada revisão das fontes, enriquecimento da subdivisão da seção de termos e definições, nomenclatura atualizada relacionada com a nova estrutura dos organismos de certificação e de inspeção.

Não ocorreram mudanças expressivas dos conteúdos técnicos dos critérios vinculantes (SAN, 2009).

No ano de 2008, o Comitê Internacional de Normas RAS e as equipes técnicas conduziram outro processo de consulta pública - de acordo com os requisitos do Código de Boas Práticas para o Estabelecimento de Normas Sociais e Ambientais da ISEAL Alliance, resultando na publicação da Norma para Agricultura Sustentável, versão de abril de 2009 e do Adendo da RAS - Critérios Adicionais da RAS, versão de abril de 2009 (SAN, 2010).

A Norma para a Agricultura Sustentável versão 2010, menciona que o Adendo foi esboçado inicialmente para possibilitar a implementação das melhores práticas relacionadas ao óleo de palma, cana de açúcar e plantações de soja. O Adendo reforça a definição da NAS de ecossistema e conservação da paisagem, uso da energia, emissão de gases de efeito estufa e direitos de uso da terra. Os novos critérios são aplicados a todos os cultivos RAS autorizados. Empreendimentos agrícolas e propriedades componentes de grupos administrados serão auditados pela Norma para Agricultura Sustentável de julho de 2010 a partir de 1 de janeiro de 2011 (SAN, 2010).

A norma que estava em vigência durante a realização desse trabalho consta no documento “Normas para Agricultura Sustentável, Rede de Agricultura Sustentável, versão Abril de 2009” disponível em www.imaflora.org, composto por 94 critérios, distribuídos em dez princípios gerais (SAN, 2009). Os princípios são:

1. Sistema de gestão social e ambiental;
2. Conservação de ecossistemas;
3. Proteção da vida silvestre;
4. Conservação dos recursos hídricos;
5. Tratamento justo e boas condições de trabalho;
6. Saúde e segurança ocupacional;
7. Relações com a comunidade;

8. Manejo integrado dos cultivos;
9. Manejo e conservação do solo;
10. Manejo integrado dos resíduos.

Os dez princípios gerais da Norma RAS, podem ser resumidos conforme a Quadro 03:

01	SISTEMA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL
Conjunto de políticas e de procedimentos gerenciados pelo produtor ou pelos administradores da propriedade para planejar e executar as operações, promovendo a implantação das boas práticas indicadas norma RAS. O sistema de gestão é dinâmico e se adapta às alterações que surgem. Incorpora os resultados das avaliações internas ou externas na promoção da melhoria contínua na propriedade.	
02	CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS
As propriedades certificadas protegem os ecossistemas naturais e realizam atividades para recuperar os ecossistemas degradados. É ressaltada a recuperação dos ecossistemas naturais em áreas não aptas para a agricultura, assim como a recuperação das matas marginais que são críticas para a proteção das nascentes. A Rede de Agricultura Sustentável considera as matas e as plantações fontes potenciais de produtos madeireiros e não madeireiros quando são conduzidos de forma sustentável para ajudar a diversificar a renda dos agricultores.	
03	PROTEÇÃO DA VIDA SILVESTRE
As propriedades agrícolas certificadas por esta norma são abrigos para a vida silvestre residente e migratória, especialmente para as espécies ameaçadas ou em perigo de extinção. Resguardam as áreas naturais que contém alimentos para os animais silvestres ou que servem para fins de reprodução e criação de seus descendentes.	
04	CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
As propriedades agrícolas certificadas realizam ações para conservar a água e evitar seu desperdício. Previnem a contaminação das águas superficiais e subterrâneas mediante o tratamento e monitoramento das águas residuárias provenientes do processo produtivo ou de alguma atividade praticada no empreendimento. A norma da Agricultura Sustentável contém medidas para antever a contaminação das águas superficiais causadas pela lixiviação de substâncias químicas ou de sedimentos. As propriedades que não executam estas medidas devem garantir que não degradam os recursos hídricos mediante um programa de monitoramento e de análises das águas superficiais aplicados até que se cumpram com as ações preventivas estipuladas.	
05	TRATAMENTO JUSTO E BOAS CONDIÇÕES PARA OS TRABALHADORES
Os empregados que trabalham em propriedades certificadas e as famílias que vivem dessas propriedades se beneficiam dos direitos e das condições estabelecidas pela <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i> e pela <i>Convenção dos Direitos das Crianças</i> da Organização das Nações Unidas e pelas convenções e recomendações estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pagam salários e benefícios iguais ou maiores que o mínimo estabelecido legalmente e a carga horária semanal não deve exceder os máximos estabelecidos por lei ou aqueles estabelecidos pela OIT. Os trabalhadores devem se organizar e associar livremente, para negociar as condições de trabalho. As propriedades certificadas não discriminam e não empregam mão-de-obra infantil nem trabalho forçado. Essas propriedades trabalham para oferecer oportunidades de emprego e educação às pessoas residentes nas comunidades vizinhas. O alojamento fornecido pelas propriedades certificadas está em boas condições e disponibilizam água potável, sanitários e coleta de lixo doméstico. As famílias que vivem das propriedades certificadas têm acesso a serviço médico e as crianças têm acesso à educação.	

06	SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL
<p>Todas as propriedades certificadas devem ter um programa de saúde e segurança ocupacional para reduzir ou prevenir o risco de acidentes no local de trabalho. Os trabalhadores são capacitados sobre como fazer seu trabalho de maneira segura, principalmente em relação à aplicação de agroquímicos. As propriedades certificadas fornecem os equipamentos necessários para proteger os trabalhadores e garantir que as ferramentas, a infra-estrutura, as máquinas e todos os equipamentos utilizados nas propriedades estão em boas condições de uso e não representam perigo à saúde do homem e nem ao ambiente. São tomadas medidas preventivas para evitar os efeitos dos agroquímicos nos trabalhadores, vizinhos e visitantes. As propriedades certificadas identificam as emergências potenciais e estão preparadas com planos e equipamentos para responder a qualquer evento ou incidente e reduzir os possíveis impactos sobre os trabalhadores e sobre o ambiente.</p>	
07	RELAÇÕES COM A COMUNIDADE
<p>As propriedades certificadas se relacionam positivamente com os vizinhos, com as comunidades vizinhas e com os grupos de interesse locais. As propriedades se comunicam periodicamente com as comunidades, os vizinhos e os grupos de interesse sobre suas atividades e planos, e consultam-se entre si com respeito às mudanças em propriedades que representam impactos potenciais sobre o bem-estar social e ambiental local. As propriedades certificadas contribuem com o desenvolvimento econômico local mediante a capacitação e o emprego, evitam impactos negativos nas áreas, atividades ou serviços importantes para as populações locais.</p>	
08	MANEJO INTEGRADO DO CULTIVO
<p>A Rede de Agricultura Sustentável promove a abolição do uso de produtos químicos reconhecidos nos âmbitos internacional, regional e nacional pelo seu impacto negativo na saúde do ser humano e nos recursos naturais. As fazendas certificadas colaboram para a eliminação destes produtos mediante o manejo integrado do cultivo para diminuir os riscos e efeitos das invasões de pragas. O uso de agroquímicos são registrados, com o intuito de conhecer seu consumo e, assim, cumprir com a redução e a eliminação dos mesmos, inicialmente e preferencialmente pelos produtos mais tóxicos. O desperdício e a aplicação excessiva de agroquímicos são minimizados através de procedimentos e equipamentos para misturar os produtos químicos e manter e calibrar os equipamentos de aplicação. São utilizados somente produtos químicos que possuem registros no país, sendo proibida a utilização de transgênicos ou outros produtos proibidos por diferentes entidades ou convênios nacionais e internacionais.</p>	
09	MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO
<p>Um dos objetivos da agricultura sustentável é melhorar os solos que comportam a produção agrícola a longo prazo. As propriedades certificadas realizam atividades para prevenir ou controlar a erosão, diminuindo assim as perdas de nutrientes e os impactos negativos nos corpos de água. As propriedades contam com um programa de fertilização baseado nas necessidades dos cultivos e nas características do solo. O uso de cobertura morta nos cultivos e o descanso contribuem para a recuperação da fertilidade natural dos solos e diminui a dependência de agroquímicos para o controle de pragas e de plantas daninhas. As propriedades certificadas estabelecem novas áreas de produção somente naquelas terras aptas para a agricultura e para os cultivos novos, e nunca mediante o desmatamento de florestas.</p>	
10	MANEJO INTEGRADO DE DEJETOS
<p>As propriedades certificadas são limpas e ordenadas. Os trabalhadores e residentes cooperam com a manutenção da limpeza. Existem programas para manejo de resíduos de acordo com seu tipo e quantidade através de redução, reuso e reciclagem. O destino final dos resíduos gerados na propriedade é administrado e projetado para minimizar possíveis impactos na saúde humana e no ambiente. As propriedades têm avaliado os serviços de transporte e de tratamento fornecidos pelos empreiteiros e conhecem o destino final do resíduo gerado na própria propriedade.</p>	

QUADRO 03 – Resumo dos princípios da Norma de Agricultura Sustentável
Fonte: SAN, 2009

No Quadro 04, são demonstrados os resumos dos critérios considerados críticos da Norma para Agricultura Sustentável. Os 14 critérios críticos devem ser

cumpridos de maneira integral, para que uma determinada propriedade agrícola se certifique ou que mantenha a sua certificação.

Critério	Descrição
1.10	É necessário um sistema de cadeia de custódia para evitar a mistura de produtos de propriedades certificadas com produtos de propriedades não certificadas.
2.1	A propriedade deve ter um programa de conservação dos ecossistemas.
2.2	A integridade dos ecossistemas naturais deve ser protegida; destruição ou alterações dos ecossistemas são proibidas.
3.3	É proibido caçar, coletar, extrair ou traficar animais silvestres.
4.5	A descarga de água residuária não-tratada em corpos de água é proibida.
4.7	O depósito de substância sólida em canais de água é proibido.
5.2	Não deve existir discriminação nas políticas trabalhistas e procedimentos de contratação.
5.5	A operação deve pagar aos trabalhadores ao menos o salário mínimo instituído pelo governo
5.8	É proibido contratar crianças abaixo de 15 anos de idade.
5.10	O trabalho forçado é proibido.
6.13	O uso de equipamento de proteção individual é exigido durante a aplicação de produtos químicos.
8.4	Somente agroquímicos permitidos podem ser usados em propriedades certificadas.
8.6	Culturas transgênicas são proibidas.
9.5	Novas áreas de produção agrícola devem estar localizadas em terras adequadas para tal propósito. Não é permitido o corte da floresta natural ou a queima para o preparo de novas áreas de produção.

QUADRO 04 – Critérios críticos da Norma RAS.

Fonte: SAN, 2009.

A principal diferença da norma do sistema de Certificação Socioambiental das normas das demais certificações aplicadas à cafeicultura é o destaque atribuído à conservação de ecossistemas e da biodiversidade, Palmieiri (2008).

3.9.5.6 Certificação de grupos da Rede de Agricultura Sustentável

A Rede de Agricultura Sustentável possui uma norma para a certificação de grupos de produtores organizados (Normas para Certificação em Grupo - Rede de

Agricultura Sustentável). Pela certificação em grupo, o administrador do grupo pode sugerir um sistema de gerenciamento de documentos políticas, procedimentos, registros e outras informações gerais para os membros do grupo.

3.9.5.7 A Certificação da Rede de Agricultura Sustentável no Brasil

Gonçalves (2007) narra que, após nove anos de atividades, as áreas certificadas pela Rede de Agricultura Sustentável, obtiveram em 18 países, quase 362 mil hectares de área total certificada, sendo 189 mil hectares somente em áreas de produção. A demonstração das áreas certificadas nos dezoito países de atuação da RAS é registrada no GRAF. 3:

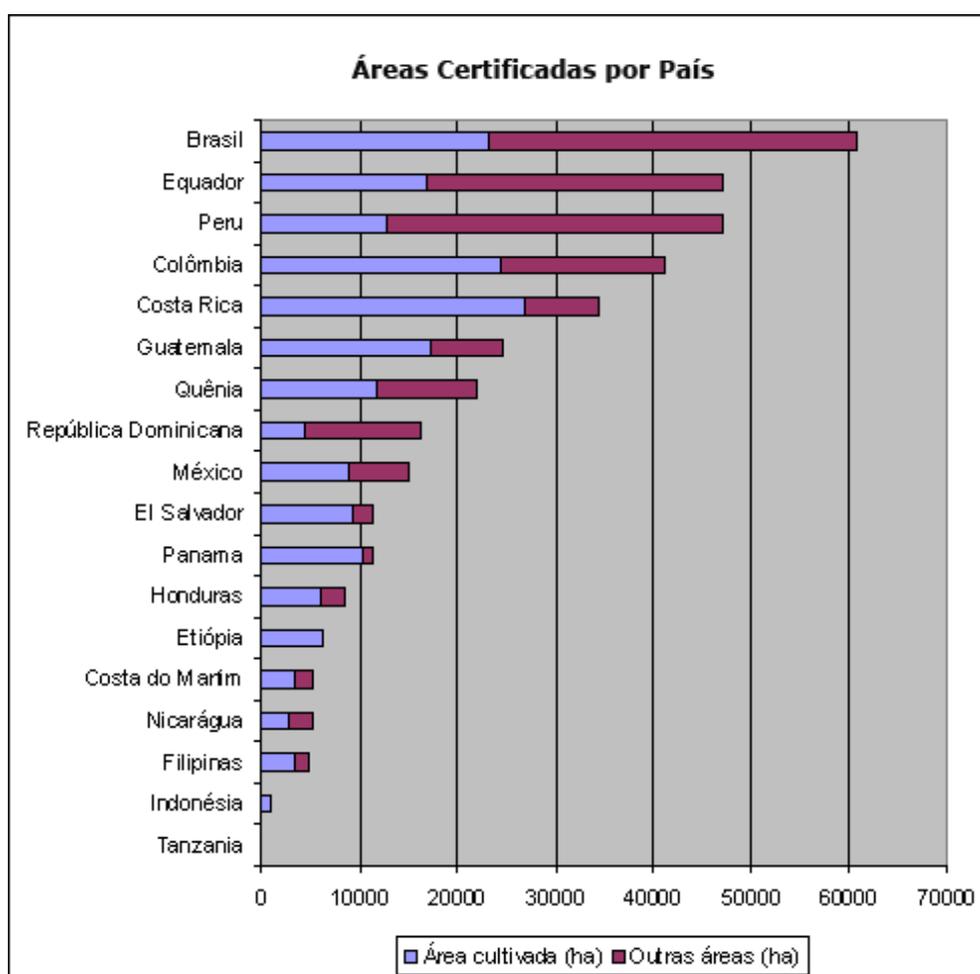


GRÁFICO 3: Áreas Certificadas pela RAS.

Fonte: Gonçalves, 2007

O mesmo autor considera o Brasil como detentor da maior área certificada em termos totais, embora Costa Rica e Colômbia ainda tenham uma maior quantidade

de área representativa por cultivo. Gonçalves (2007) afirma que existem outros produtos certificados como banana, cacau, flores, folhagens e diversos tipos de frutas, mas, o café é um produto que merece destaque, pelo fato de ser o fruto responsável pelo avanço considerável desta certificação pelo mundo.

Ultimamente são 648 empreendimentos certificados em todo o mundo, segundo Gonçalves (2007), considerando os grupos, totalizando 19.788 propriedades, com uma média aproximada de 30 hectares por propriedade. O cultivo do café é a principal cultura com 427 empreendimentos certificados (15.207 propriedades) gerando uma área total de 192.856 hectares, destes 85.080 hectares ocupados com café, GRAF.4.

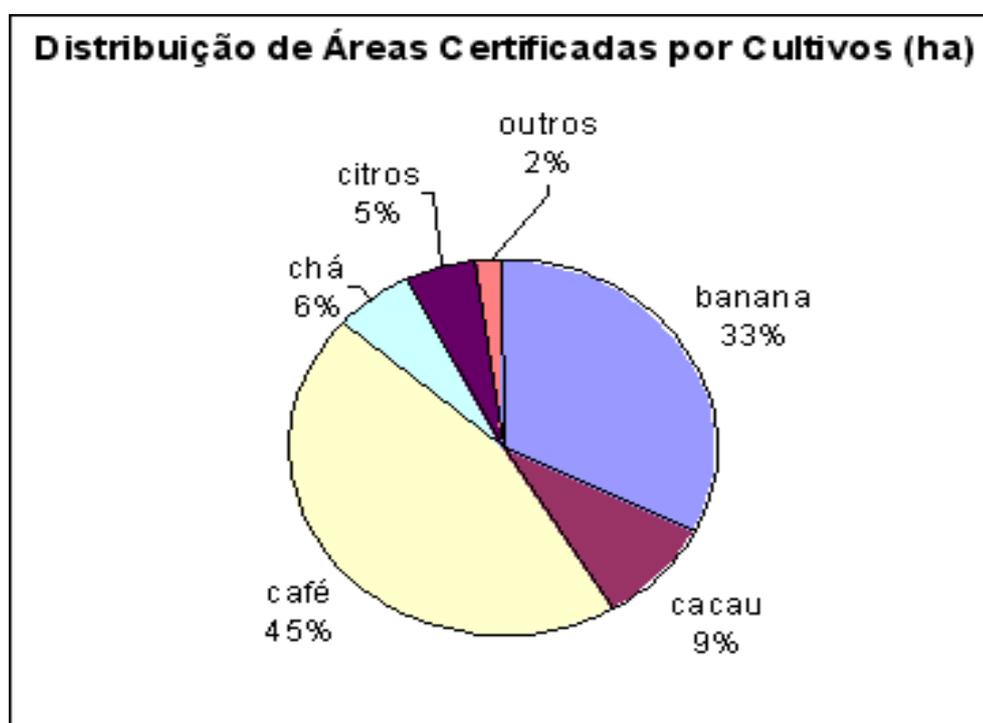


GRÁFICO 4: Distribuição de Áreas Certificadas por Cultivos (ha).

Fonte: Gonçalves, 2007

No Brasil os volumes de café certificado com o selo Rainforest Alliance podem ser observadas através dos números abaixo, Gonçalves 2007:

- Área total das fazendas certificadas: 60.776 hectares;
- Área Cultivada das fazendas certificadas: 23.293 hectares;
- Área em Conservação das fazendas certificadas: 16.707 hectares;
- Número de trabalhadores envolvidos: 7000 (incluindo temporários);

- Número de empreendimentos certificados: 24.

Do ano de 2003 a 2007, o número de empreendimentos aumentou de 1 no primeiro ano para 24 até setembro de 2007. O GRAF.5 evidencia a evolução ano a ano da certificação RAS a partir de 2003, Gonçalves 2007:

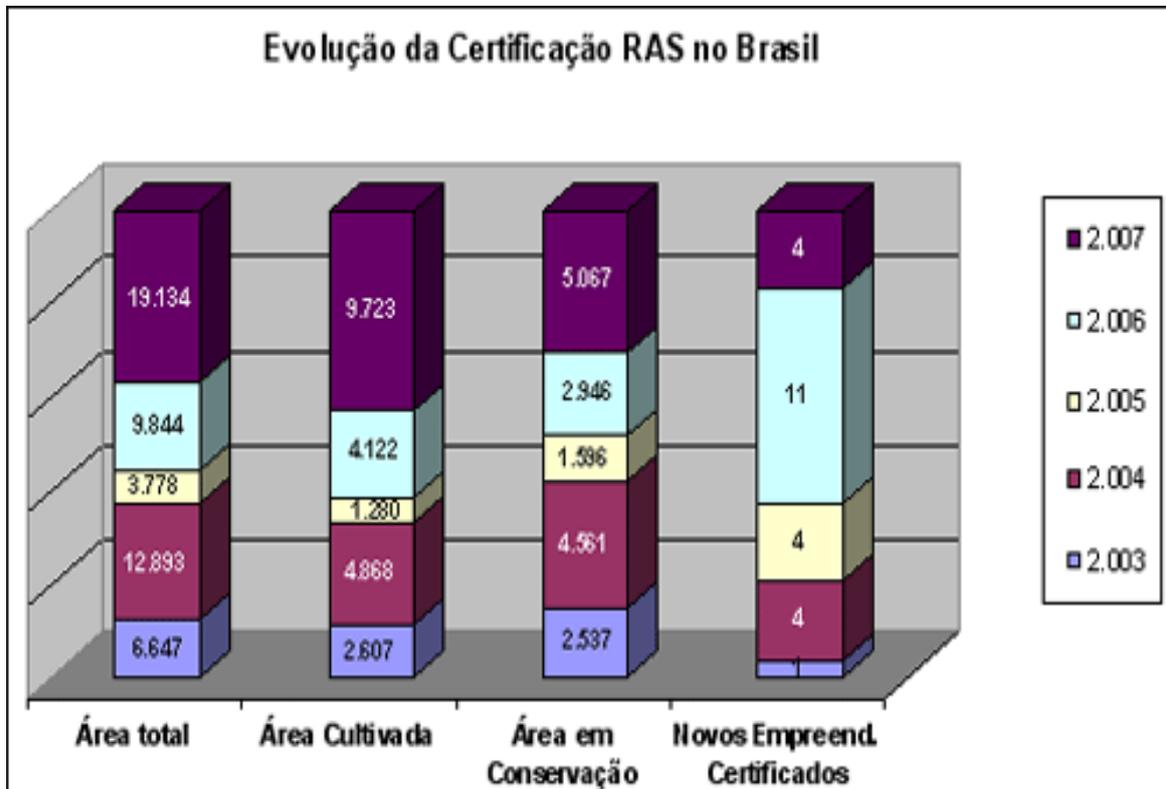


GRÁFICO 05: Evolução da certificação RAS no Brasil

Fonte: Gonçalves, (2007).

O gráfico demonstra que, no ano de 2006 foram certificados onze novos empreendimentos. Entretanto, até setembro de 2007, com quatro empreendimentos certificados, as áreas representativas foram maiores, o que significa a certificação de empreendimentos de grande porte, Gonçalves 2007.

O autor enfatiza que, a certificação da Rede de Agricultura Sustentável, através do selo Rainforest Alliance Certified, tem aumentado constantemente nos países Latino-americanos. O certificado tem expandido para Ásia e África, sobretudo em virtude do sucesso do selo para o café.

O número significativo de empreendimentos certificados evidencia que cada vez mais produtores estão comprometidos com os assuntos relacionados à produção responsável, protegendo os ecossistemas e garantindo direitos dos trabalhadores.

4. METODOLOGIA

4.1 Tipo de desenho de pesquisa

O presente trabalho está baseado na pesquisa qualitativa e, segundo os métodos utilizados e os objetivos propostos são considerados um Estudo de Caso. Segundo Godoy (1995), um estudo qualitativo não busca enumerar ou medos os eventos estudados, nem emprega análise estatística dos dados. Parte de questões ou focos de interesse amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Conforme o mesmo autor, a pesquisa qualitativa tem as seguintes características: (a) tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador com instrumento fundamental; (b) é descritiva; (c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida é a preocupação essencial do investigador; (d) enfoque indutivo na análise de seus dados.

Este tipo de pesquisa é útil quando o que se busca é o entendimento do fenômeno na sua complexidade, especialmente quando envolve relações sociais e culturais. O estudo qualitativo pode utilizar diferentes instrumentos de pesquisa, dentre eles o estudo de caso.

Segundo Yin (1989) o estudo de caso é “uma forma de se fazer pesquisa Empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre no fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência”. (p.23).

Para o mesmo autor, o estudo de caso é adequado quando: (a) o pesquisador procura responder às questões “como” e “por que”; (b) não há possibilidade de controle sobre os eventos estudados; (c) o foco de interesse é que o estudo de caso seja o desenho de pesquisa mais adequado, estas três condições devem se apresentar simultaneamente.

O mais importante segundo este autor, é que ele pode ter uma visão sistêmica, holística, que destaque as características significativas do fenômeno na situação real, complexa e dinâmica em que ele ocorre. Desta forma, se usa o estudo de caso quando o contexto é fundamental para entender o fenômeno.

Para Souza (2000), o que caracteriza um estudo de caso é o fato de ele não estar voltado para a representatividade estatística, mas sim com a profundidade do estudo.

O desenvolvimento do estudo de caso parte da escolha da temática de interesse e da unidade a ser estudada, que pode ser um indivíduo, uma organização, um setor da economia.

Em um estudo de caso deve-se iniciar o trabalho a partir de um esquema teórico, mas mantendo-se aberto a novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do mesmo. Também se deve evidenciar a multiplicidade de dimensões presentes em um determinado contexto, para uma apreensão mais completa do fenômeno. A divergência e o conflito devem estar presentes no estudo.

O estudo de caso utiliza variadas fontes de informação, gerando dados coletados em diferentes momentos. Assim, ele pode comportar dados quantitativos para esclarecer algum aspecto da questão, mas geralmente sem tratamento estatístico aprimorado. As técnicas fundamentais da pesquisa são a observação e a entrevista.

Com os dados coletados é realizada uma “triangulação” entre as informações recebidas, confrontando-as, o que permite maior rigor científico ao estudo e enriquecimento da narrativa.

A característica do problema mestre da pesquisa indica a adequação do desenho de pesquisa tipo estudo de caso, na definição proposta pelos autores estudados. Assim, o presente estudo é descritivo; não utiliza análise estatística; busca a compreensão do “como” e do “porque”, é analítico e utiliza diversas fontes de informação; busca compreender a certificação no seu contexto real.

4.2 Fontes de informações

As fontes de informações que serão utilizadas neste trabalho foram as seguintes:

- 1) Coleta de dados através da aplicação de questionário;
- 2) Análise de notícias na mídia impressa;
- 3) Análise de documentos, como os relatórios de auditorias emitidos pelo IMAFLORA e regulamentações legais;
- 4) Observações combinadas com entrevistas;
- 5) Pesquisas na Web – rede mundial de computadores;
- 6) Consultas bibliográficas.

4.3 Objeto de Estudo

A propriedade agrícola objeto de estudo nesse trabalho pertence a um grupo de empresas, atuante na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais em ramos de atividades diferenciadas. Especificamente essa Fazenda, destina-se à produção e beneficiamento de café e criação de gado da raça Nelore. A propriedade possui uma área total de 236, 5035 hectares, sendo destes 151,4373 hectares utilizados para a produção de café arábica.

As atividades sob a nova administração foram efetivamente iniciadas em 25 de maio de 1998. Na data da aquisição, a propriedade já possuía a maioria das benfeitorias, entre elas barracões para ordenha, currais, casas para colonos e barracões para armazenagem de insumos. As áreas destinadas para cultivo eram distribuídas basicamente entre as seguintes atividades agrossilvopastoris: cultivo de café arábica pastagem e plantação de batata inglesa.

No ano de 2006, a fazenda passou por um processo de reestruturação da área de beneficiamento do café, sendo investidos recursos financeiros na aquisição de novos e modernos equipamentos de lavagem, descascamento, despulpamento e separação do grão, conforme suas características físicas.

Atualmente, essa unidade conta com 35 empregados diretos, sendo 15 contratados por tempo indeterminado (fixos), 20 contratados por tempo determinado (safristas) e um número variável de aproximadamente 10 empregados terceirizados. Paralelamente aos investimentos na área de produção, a administração sentiu a necessidade de equipar os sistemas de gestão em segurança do trabalho, meio ambiente e qualidade às demais empresas que compõem o Grupo empresarial.

Além da utilização do modelo de gestão do grupo, a fazenda compartilha funcionários da área administrativa e operacional. A partir dessa integração, os investimentos nessas áreas passaram a ser constantes.

Os resultados obtidos motivaram o proprietário a buscar formas de valorização do seu processo produtivo e do sistema de gestão adotado. No ano de 2009, a propriedade conquistou o seu primeiro certificado, através do programa executado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e EMATER/MG, Certifica Minas Café. Programa baseado em conceitos e critérios de gestão da qualidade, segurança do alimento, boas práticas agrícolas e de proteção ao meio ambiente, higiene, segurança no trabalho e responsabilidade social. Neste mesmo ano a

direção da Fazenda contratou uma empresa de consultoria especializada em Certificação Socioambiental. Após a realização de um diagnóstico das instalações, estrutura administrativa, produtiva, econômica e principalmente do objetivo pretendido, o proprietário optou por implantar em sua propriedade a Certificação Socioambiental Rainforest Alliance.

4.4 Instrumento de Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com questionários fechados, aplicados à gerência e aos colaboradores que fazem parte da propriedade estudada. A amostragem definida para a pesquisa quantitativa foi de 25 entrevistados, com o objetivo de avaliar o desempenho do empreendimento agrícola estudado, quanto à aplicação da Norma RAS ao seu processo produtivo, identificando possíveis restrições e propondo melhorias.

4.5 Análise e Interpretação dos Dados

Para a análise e interpretação dos dados coletados através do questionário aplicado na empresa em estudo, foi utilizada a ferramenta Microsoft Excel versão 2010, onde foram elaborados os gráficos, facilitando a compreensão dos dados.

Nesse contexto, buscou-se verificar qual a percepção dos empregados e gestores sobre os princípios e critérios da norma Rainforest Alliance implantados na propriedade.

Os empregados de nível gerencial são representados pelo Gerente Agrícola e pelo técnico agrícola, coordenador dos setores operacionais: Produção, Manutenção e controle de qualidade de todo processo produtivo.

A categoria dos empregados de nível operacional é composta pelos Trabalhadores Gerais, Eletromecânicos, Safristas, Tratoristas, Mecânico Automotivo e Cozinha.

Os empregados de nível técnico são: Técnico de Segurança do Trabalho, Técnica em Gestão de Meio Ambiente e Fonoaudióloga.

A escolha dos componentes da amostra foi realizada de forma aleatória e representa 71,42% do quadro de funcionários da fazenda, incluindo os efetivos, temporários e prestadores de serviço. Foram distribuídos 26 questionários para realização da

pesquisa quantitativa. Nos setores de Produção e Manutenção, foram respondidos 22 questionários, sendo 03 no setor de manutenção e 19 na produção. No setor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente foram respondidos 3 questionários, totalizando 25. Apenas 01 questionário dos distribuídos não foi devolvido.

No intuito de tornar esse estudo mais dinâmico foram utilizados como base de dados, os Relatórios de Auditoria Anual emitidos pelo Imaflora referentes ao desempenho do empreendimento objeto desse estudo, nos anos de 2009 e 2010, através da autorização formal do proprietário para uso e divulgação dos dados.

Os dados coletados nesta pesquisa foram tratados de forma quali-quantitativa. Tanto os resultados obtidos com a aplicação de questionário aos empregados quanto à análise comparativa dos relatórios anuais de Auditoria do Imaflora utilizou-se da análise quantitativa, com emprego da ferramenta Microsoft Excel versão 2010 para tabular os dados e representar os resultados em gráficos com os devidos percentuais de respostas encontradas e resultados obtidos.

Sendo assim, os itens da análise dos dados retornam para as questões da pesquisa procurando respondê-las ao mesmo tempo em que contribui para o esclarecimento do problema proposto, o qual busca responder: No ponto de vista socioambiental, a implantação da certificação Rainforest Alliance em fazendas que beneficiam e produzem café é viável?

5. RESULTADOS E DISCUÇÕES

Conforme referenciado anteriormente, a situação atual, segundo Pitelli (2006), revela um cenário econômico que valoriza a sustentabilidade. Em curto prazo, algumas medidas regulatórias exigidas pela norma Rainforest Alliance, funcionarão como um alicerce para a sustentabilidade da atividade agrícola, e também para a formação de um agricultor que pensa no futuro.

Em se tratando de estratégias de mercado a certificação agrícola, é uma das que detém maior força e eficiência. Além disso, é uma ferramenta de garantia da valorização econômica, reunida às exigências do mercado consumidor, surgindo dessa fusão produtos diferenciados de maior aceitação e valorização.

Partindo do conceito supracitado, a Certificação Rainforest Alliance (RAS), foi destacada neste trabalho. Nesta etapa, serão apresentados os resultados obtidos por meio da análise dos Relatórios de Auditoria, emitidos pelo IMAFLORA nos anos de 2009 e 2010, sobre o desempenho do empreendimento estudado.

5.1 Análises dos Relatórios das Auditorias Realizadas pelo IMAFLORA na propriedade objeto deste estudo

Os resultados gerados pelas Auditorias no ano de 2009 e 2010 foram obtidos através de um estudo realizado por um grupo de especialistas do IMAFLORA.

A finalidade da auditoria anual é ponderar o progresso na solução de não conformidades identificadas em auditorias anteriores e o cumprimento sucessivo as normas em relação às boas práticas de manejo social e ambiental indicadas na Norma para Agricultura Sustentável – Rede de Agricultura Sustentável, Abril 2009.

A frequência de auditorias anuais é de um e dois anos após um processo de auditoria de certificação, sempre e quando os resultados do processo tenham cumprido com a pontuação mínima, (Sustainable Farm Certification International, 2009).

Através do quadro observa-se pelo Quadro.5, a eliminação de oito não-conformidades menores e de três não-conformidades maiores, onze não-conformidades menores foram mantidas e duas novas não-conformidades menores foram listadas.

Mudanças em comparação com a auditoria de certificações	Menor (Ncm):	Maior (NCM):	
Não-conformidades ELIMINADAS:	8	3	
Não-conformidades MANTIDAS:	11	0	
Não-conformidades NOVAS:	2	0	
Resultados	Menor (Ncm):	Maior (NCM):	Crítérios Críticos (detalhar o N°):
Não-conformidades FINAIS (total):	13	0	0
Cumprimento geral por princípios:	○ < 50%		⊗ ≥ 50%
Porcentagem de cumprimento geral	91,8%		

QUADRO 5 : Mudanças em comparação com a auditoria anterior

Fonte: Relatório de Auditoria Anual de Propriedade Agrícola – Fazenda (2010, p. 4)

Quanto as onze não-conformidades menores mantidas desde o ano de 2009, duas estão relacionadas ao primeiro princípio da Norma RAS, Sistema de gestão social e ambiental. Especificamente o critério 1.1 não foi totalmente cumprido pela fazenda, devido à falta de Averbação de Reserva Legal de área prevista na legislação. O cumprimento parcial do critério 1.4, referente ao mesmo princípio, corresponde à necessidade de disponibilização do resumo do Sistema de Gestão Ambiental e Social, seus programas e objetivos a todos os trabalhadores.

Ainda relacionado ao primeiro princípio, o critério 1.7 - Monitoramento do Sistema de Gestão Sócio Ambiental gerado na auditoria de 2009 foi eliminado no ano de 2010. Na avaliação dos auditores o monitoramento do Sistema se tornou eficaz, pelo fato do sistema de gestão sócio ambiental atual estar baseado em um cronograma de atividades descrito no manual do sistema de gestão e por conter procedimentos que propõem ações corretivas para casos de não conformidades encontradas.

No que tange o cumprimento do segundo princípio da Norma RAS: Conservação de ecossistemas, o critério 2.3 - Localização de Áreas de Produção, antes considerada uma não-conformidade maior, foi eliminada pela propriedade. As culturas existentes em Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram erradicadas respeitando um limite de 30 metros de largura da margem da represa e um raio de 50 metros ao redor das nascentes. A inexistência de Barreiras Vegetais (critério 2.7),

classificada como uma não-conformidade maior na auditoria anterior passou a ser menor, pois foram plantadas mudas de árvores, que quando atingirem a idade adulta fará a proteção da casa do vizinho e dos usuários da estrada de acesso a fazenda, reduzindo a deriva de agroquímicos e poeiras geradas pelas atividades agrícolas. Porém a cortina arbórea ainda não cumpre a sua função.

Foram observadas quatro não-conformidades relacionados com o princípio quatro, Conservação de recursos hídricos são os seguintes:

O critério 4.1- Conservação dos Recursos Hídricos, a não-conformidade menor adquirida em 2009 continua, mesmo com a instalação dos hidrômetros para medir o consumo de água no lavador do café e na irrigação. Os valores passaram a ser anotados, porém os dados obtidos não foram processados, impossibilitando a visualização do uso racional da água e tornando o programa de conservação dos recursos hídricos incompleto. Não foi apresentado o consumo de água utilizada para lavagem do café e nem a vazão consumida na irrigação, não sendo possível verificar se os consumos atendem a outorga concedida.

Classificado como uma não-conformidade menor em 2009 devido à ineficiência do sistema adotado anteriormente para a tomada de decisões para a realização da irrigação, o critério 4.3 - Manejo de Irrigação foi eliminada, a fazenda instalou sensores (Watermark) a 30 e a 50 cm de profundidade e fez as curvas de retenção de água no solo para todos os setores de irrigação. A leitura dos sensores é realizada diariamente e conhecendo-se a força de retenção da água no solo medida no sensor, juntamente com a curva de retenção de água daquele solo é possível determinar a lâmina de irrigação necessária, sendo o tempo de irrigação baseado nos dados técnicos do projeto.

Analisando o critério 4.4- Águas Residuárias, anteriormente a água de lavagem do café era armazenada em cacimbas de decantação escavadas na terra e sem impermeabilização, possibilitando a contaminação do lençol freático. Há criação de suínos para subsistência cujos resíduos provenientes da lavagem de suas baias eram escoados diretamente para a terra. Atualmente a cacimba que recebe a água residuária proveniente da lavagem e descascamento do café foi revestida com lona. As baias de criação de suínos foram adaptadas, permitindo o recolhimento dos resíduos em um canal revestido por lona. A permanência da não-conformidade menor prevalece devido à constatação na auditoria realizada em 2010 da existência

de curral, cujos dejetos ficam expostos em piso de concreto, sem nenhum tipo de sistema ou procedimento de coleta.

No critério 4.6- Programa de Monitoramento da Qualidade da água, a propriedade recebeu uma não-conformidade menor na primeira auditoria, devido à falta de monitoramento e análise das águas residuárias de saída dos tanques de separação de óleos e graxas bem como do sumidouro das fossas sépticas. O empreendimento passou a realizar as análises com as águas residuárias provenientes da caixa separadora de água e óleo e da fossa séptica. Os resultados obtidos mostraram eficiência dos sistemas adotados.

Ocorreram observações relacionadas com o princípio cinco da Norma RAS, Tratamento justo e boas condições de trabalho.

Em 2009 os auditores observaram que Fazenda não possuía um “código de conduta social” documentado, conforme previsto no critério 5.1- Código de Conduta Social, deste mesmo princípio. Em abril de 2010 foi elaborado o “Estatuto dos Funcionários” que define a relação entre empregados e empregador da fazenda, abordando os direitos e deveres, além das responsabilidades sócio-ambientais baseadas na norma RAS. O documento passou a ser divulgado nos treinamentos sobre a norma RAS, ação responsável pela eliminação da não-conformidade.

A fazenda recebeu uma não conformidade maior nesse critério, 5.4- Políticas de pagamento aos trabalhadores, pela inexistência de uma política clara e documentada de remuneração e pagamento dos trabalhadores.

Foi acordado entre funcionários e a gerência da fazenda folga mensal em dia útil como oportunidade para descontar o cheque pagamento. A pessoa responsável pela elaboração dos holerites realizou uma reunião com todos os funcionários no intuito de sanar as dúvidas manifestadas pelos funcionários. Entretanto, a fazenda não conseguiu eliminar a não-conformidade maior, mas somente a sua redução para uma não-conformidade menor. Persiste a necessidade de elaboração de uma política de cargos e salários que defina as atividades realizadas por cada empregado e sua respectiva remuneração.

Com relação ao critério 5.18- Programa de Educação e Capacitação sobre Certificação RAS foi mantida a não-conformidade menor. Em 2009 ainda não havia iniciado o programa de educação e capacitação sobre os requisitos da certificação RAS para os funcionários e suas famílias. Neste mesmo ano foram iniciados treinamentos com relação à capacitação da norma RAS a todos os funcionários,

mas na avaliação dos auditores designados para a avaliação do empreendimento no ano de 2010, a linguagem utilizada nos treinamentos deverá ser adequada para o aprendizado.

No princípio número seis, Saúde e segurança no trabalho são listados quatro ocorrências de não-conformidades. Na auditoria anterior não existiam comprovação do acesso aos resultados dos exames realizados pelos empregados, previsto no critério 6.4- Saúde e Segurança Ocupacional. A não-conformidade menor se manteve, porque as cópias dos resultados dos exames não estão disponíveis para os trabalhadores.

Com relação ao critério 6.9- Depósito de agroquímicos foi encontrada uma não-conformidade classificada como menor. O acesso ao depósito de agrotóxicos e ao depósito de fertilizantes ocorria por uma escada improvisada. A passarela de acesso e entre os depósitos era estreita e oferecia risco de queda aos usuários. A não-conformidade foi eliminada através da confecção de uma escada fixa de metal, além da instalação de barras na passarela do entorno evitando a circulação e o risco de queda.

Os auditores classificaram como uma não-conformidade maior a falta de procedimento, monitoramento e controle da quantidade diária de horas de aplicação de agroquímicos, conforme estabelecido no critério 6.14- Aplicação de agroquímicos, impedindo que os aplicadores de agroquímicos não excedam 6 horas diárias nesta função. Para eliminação dessa não-conformidades foram definidas em seis horas diárias por aplicador pela gerência da fazenda. Os registros das horas também estão mencionados nas ordens de serviço.

Quanto ao procedimento de lavagem de equipamentos de proteção individual, critério 6.17, os procedimentos de lavagem de EPIs encontravam-se falhos em 2009, não estavam sendo documentados e nem monitorados. A não-conformidade maior foi eliminada. Um procedimento de lavagens de equipamentos de proteção individual passou a ser adotado, as lavagens das vestimentas para aplicação de agrotóxico passaram a ser monitoradas e o mapa de risco da lavanderia foi afixado em lugar visível.

Com relação ao princípio sete, Relações com a comunidade a propriedade teve duas não-conformidades menores no primeiro ano. Sendo que o critério 7.4- Relações com a Comunidade não foi cumprido em sua totalidade. O processo de tomada de decisão para implementação do projeto de inclusão digital contou com a

participação dos funcionários, mas não foi documentado. Não foi realizado um diagnóstico da comunidade atendida, para identificar a efetiva contribuição deste projeto e de outras ações sociais da Fazenda. A não-conformidade menor foi eliminada, pois a forma de condução do projeto social foi reestruturada, atendendo os requisitos previstos na norma. Continuando a análise das Relações da fazenda com a comunidade, mais precisamente o critério 7.5, a não-conformidade menor foi mantida, já que não foram desenvolvidas pela Fazenda, propostas de colaboração com os esforços de educação e/ou pesquisa ambiental nos centros educacionais locais.

Ocorrem duas não conformidades no princípio número 8- Manejo integrado do cultivo. Uma não-conformidade menor foi mantida, o não cumprimento integral do critério 8.1- Manejo Integrado de Pragas, porque não existe um procedimento descrito que atenda as condições encontradas na fazenda. Os dados dos monitoramentos, que serviam de base para a determinação da porcentagem de infestação de determinada praga e tomada de decisão quanto ao controle, ainda não eram anotados. Em 2010 foi demonstrada uma metodologia de amostragem para controle de pragas e doenças, mas na prática não é seguido.

A não-conformidade maior estabelecida em 2009, acerca do critério 8.5- Plano de redução de agroquímicos das classes I e II, foi atribuída à propriedade porque a mesma não possuía um plano para diminuição e/ou substituição destes produtos por outros de classes menos tóxicas. A não-conformidade maior passou a não-conformidade menor, devido à elaboração de um plano anti-resistência e redução de uso de defensivos classe I e II. Para que se elimine por completo essa não-conformidade, o plano deverá prever a avaliação dos volumes utilizados, e estabelecimento de metas para redução das classes toxicológicas I e II.

Por fim no princípio dez da Norma RAS, Manejo integrado de desperdícios a fazenda impetrou sua última não-conformidade no critério 10.1- Programa de Manejo de Resíduos. Em 2009, a propriedade possuía um programa de gerenciamento de resíduos e separavam o lixo. Porém, o programa não previa a redução da geração de resíduos e não incluía os resíduos de agroquímicos, apesar destes também terem uma destinação final correta. A não-conformidade foi eliminada e o programa reformulado, incluindo políticas de redução da geração de resíduos, as quais estão descritas e divulgadas aos trabalhadores e famílias de moradores.

O GRAF.6 demonstra de forma resumida o comportamento das não-conformidades durante os anos de 2009 e 2010. Através da adoção de medidas corretivas, a fazenda eliminou 100% das não-conformidades maiores e grande parte das não-conformidades menores. Porém a propriedade deverá trabalhar no intuito de eliminar as demais não-conformidades pendentes, principalmente as que se mantiveram sem ocorrência de melhorias.

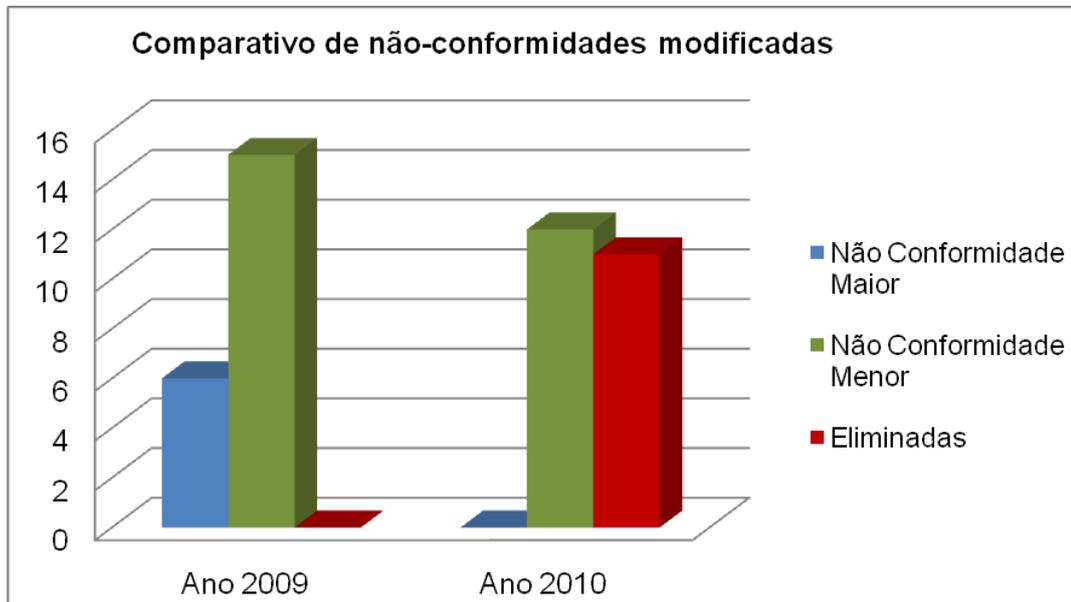


GRÁFICO 6: Comparativo das não-conformidades modificadas

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Na auditoria realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2010 na fazenda, foram identificadas duas novas não-conformidades menores, conforme mencionadas no Quadro 07. Uma não-conformidade referente ao princípio: Conservação de ecossistemas, e outra ao Manejo e conservação do solo. Esta última não-conformidade representa falhas no cumprimento de um princípio não mencionado anteriormente.

Novas não-conformidades com referência na auditoria de 2010				
Critério	Área/Departamento	Descrição	NCM	ncm
4.2	Outorga para Uso de Água	A propriedade possui dois pontos de captação de água na represa . Um para irrigação que possui outorga válida e outro para uso no lavador de café e viveiro de mudas que não possui outorga e que ainda não foi protocolado. Também não foi apresentado o cadastro de uso de água para o poço perfurado que abastece as casas e o escritório.		X
9.3	Manejo de Plantas Daninhas	São realizadas de três a quatro aplicações de herbicidas por ano para o controle de mato principalmente na linha. Desta forma não está sendo priorizado o controle mecânico no manejo das plantas daninhas.		X

QUADRO 7: Novas não-conformidades com referência na auditoria de 2010.

Fonte: Relatório de Auditoria Anual de Propriedade Agrícola – Fazenda (2010, p. 22)

5.2 Impactos da certificação Rainforest Alliance sobre o aspecto de treinamento e capacitação dos trabalhadores.

A propriedade possuía anteriormente a certificação, um programa de treinamento e capacitação dos colaboradores, desde o ano de 2006. As capacitações e treinamentos encontram-se atualmente estruturados em Programas, divididos da seguinte maneira: “Profissionalizantes” e “Segurança do Trabalho”.

Entre os treinamentos profissionalizantes realizados na Fazenda em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) da região, podem ser destacados o Curso de Aplicação de Agroquímicos Costal e mecanizado, Curso de Operação e Manutenção em Tratores Agrícolas, Curso de Operação e manutenção em colheitadeira de café e o Curso para Operadores de Motosserra. Quanto aos treinamentos de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, além do treinamento específico sobre a Norma Rainforest Alliance, são realizados treinamentos para membros da Comissão Interna de Acidentes (CIPATR), Direção defensiva, Segurança em Trabalhos em Altura, Programa de Proteção Respiratória, Programa de Conservação Auditiva, Bloqueio e Travamento Eletromecânico, Princípios Básicos de Prevenção e Combate à Incêndio, Primeiros Socorros e Coleta Seletiva do Lixo. O gráfico a seguir foi obtido através do levantamento das horas acumuladas de todos os treinamentos realizados na fazenda do ano de 2006 a 2010, incluindo

todos os tipos de treinamentos. Os dados encontrados no período compreendido entre os anos de 2006 a 2008 representam as horas de treinamentos realizadas na fazenda antes da implantação da certificação. Observa-se por meio do gráfico que houve um aumento significativo das horas de treinamentos direcionados aos trabalhadores. Nota-se através análise do GRAF.7, que a partir do ano proposto para o início do processo de certificação, alguns treinamentos adicionais foram incluídos ao Programa de capacitação. Dentre os treinamentos incluídos ao programa, os treinamentos sobre meio Ambiente e a Norma RAS passaram a fazer parte da rotina da fazenda, no final do ano de 2008.

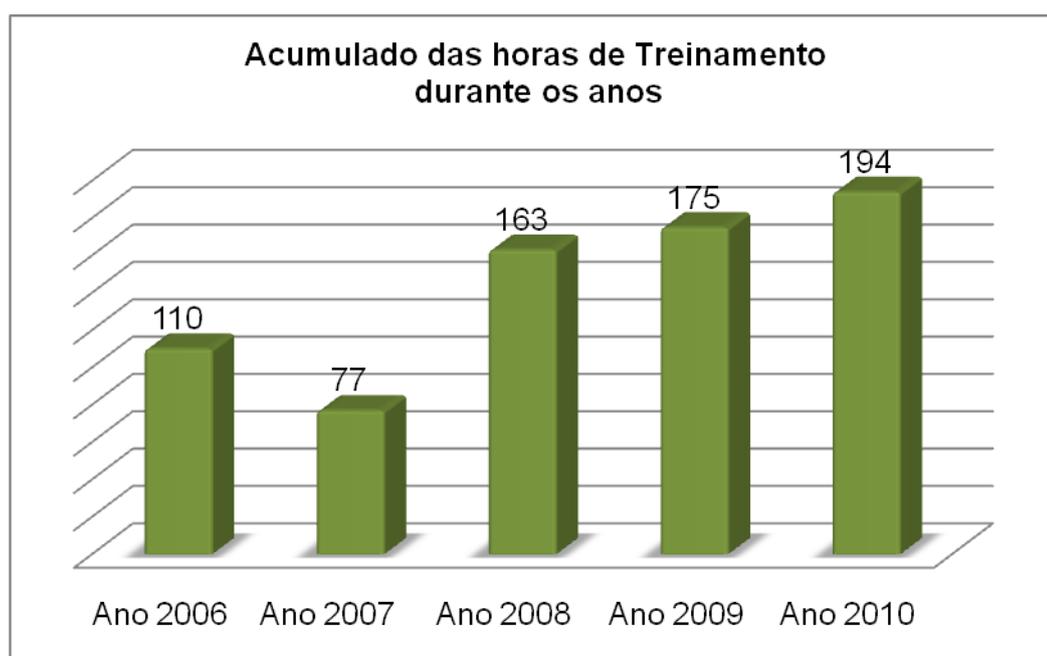


GRÁFICO 7: Acumulado das horas de Treinamento durante os anos.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

5.3 Impactos da certificação Rainforest Alliance sobre os aspectos de preservação do Meio Ambiente.

A seção abaixo se dedica a demonstrar os principais impactos percebidos no empreendimento com relação às questões ambientais.

5.3.1 Preservação da biodiversidade e conservação dos recursos hídricos

A Certificação Socioambiental RAS, impactou positivamente a preservação da

biodiversidade e conservação dos recursos hídricos. Percebe-se que foi através do processo de adequação da fazenda aos princípios da Norma, que várias ações de adequação voltadas às questões ambientais começaram a serem definidas e praticadas no empreendimento. Como por exemplo, a manutenção e a preservação da Reserva Legal, que corresponde a 20% do total de toda extensão da fazenda, previsto no Código Florestal Brasileiro.

Apesar da fazenda não ter obtido sucesso na averbação da sua Reserva Legal (RL), em no início do ano de 2009, houve esforços para aquisição de uma área de 37,0 ha de Reserva Legal compensada, porém devido à situação irregular da matrícula do referido imóvel, não foi concluído. Contudo a administração da fazenda está em negociação com o proprietário de outra área localizada na mesma bacia hidrográfica. Analisando-se o quadro -, existem 10,2 ha de áreas destinadas para averbação da RL dentro da fazenda, que estão divididas em três glebas já demarcadas e protegidas, sendo as principais de 5,9 ha de área com predomínio de Sucupiras e presença de Brachiaria que era uma antiga área de pastagem e que está em processo de regeneração e 3,7 ha de um fragmento em processo avançado de regeneração. Esses fragmentos estão interligados às Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno de uma represa existente na propriedade e que serão recuperadas de acordo com o cronograma estabelecido no Plano Ambiental da fazenda, aprovado pelos auditores do IMAFLORA.

		Área (ha)	
ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	Conservada	Em recuperação	Total
Áreas de Preservação Permanente	2,22	14,54	16,76
Áreas de Reserva Legal	13,21	0	13,21
Outras áreas de conservação	0	0	0
Total	15,43	14,54	29,97
ÁREAS DE PRODUÇÃO			
Café (3,23 ha em formação)			154,66
Cana			2,95
Pastagem			31,53
Eucalipto			0,48
Outras			1,66
Total			191,28
ÁREAS DE INFRA-ESTRUTURA			
Sede, terreiro, beneficiamento, galpões, etc			15,25
ÁREA TOTAL DO EMPREENDIMENTO			236,50

QUADRO 8: Área total do empreendimento

Fonte: Relatório de Auditoria Anual de Propriedade Agrícola – Fazenda (2010, p. 9)

Outra ação importante desencadeada pela implantação da norma e que contribuirá significativamente para a preservação das águas e da biodiversidade, foi a erradicação de todos os cultivos (café e cana-de-açúcar) localizados em APPs (Figura.04). Isso significa que as águas que margeiam a plantação estão livres de possíveis contaminações por agroquímicos e de assoreamento. Conseqüentemente a fauna e flora da região também serão preservadas. Parte do reflorestamento nas APPs foi concluído em 2010 e o restante será concluído até o final do ano de 2011, conforme o proposto no Plano Ambiental mencionado anteriormente. Sendo assim, pode-se afirmar que ao final do ano de 2011, todas as Áreas de Preservação permanente estarão reflorestadas com espécies nativas. A fazenda contou com o apoio do projeto de fomento florestal do Instituto Estadual de Florestas (IEF) que fez a doação de parte das mudas de espécies nativas, mourões, adubos, etc.



FIGURA 4: APPs onde o café foi erradicado.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).



FIGURA 5: Espécie Nativa plantada

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).



FIGURA 6: Área de APP em estágio avançado de Recuperação

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).



FIGURA 7: Represa protegida pelas APPs.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

Visando à conservação dos recursos hídricos, a fazenda realizou algumas ações. Revestiu a lagoa de decantação das águas residuárias da lavagem e descascamento do café (Figura. 8), essas águas são bombeadas para área de pastagem através de canalizações, e são pulverizadas no local como fertilizante. O mesmo ocorre com vala revestida que recebe a água de lavagem do chiqueiro. Porém devido à distância, o transporte da água é feito por tratores com tanques acoplados.

Instalou – se hidrômetros para registro do consumo de água no lavador e na irrigação e foram elaborados procedimentos para manutenção e análises dos sistemas de armazenagem das águas residuárias. No entanto, neste mesmo ano os auditores mencionaram um ponto de captação de água na represa que é utilizado para o lavador de café e viveiro de mudas que não possuía outorga e não que q a fazenda não possuía nenhum protocolado no órgão ambiental. A partir dessa observação, a fazenda realizou o cadastro do segundo ponto de captação junto à ANA (Agência Nacional das Águas). O pedido de outorga foi deferido pelo órgão em maio de 2011.



FIGURA 8: Lagoa de decantação das águas residuárias.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

A fazenda instalou sensores (Watermark), a 30 e a 50 cm de profundidade com curvas de retenção de água no solo para todos os setores de irrigação. A leitura dos sensores através do tensiômetro é realizada diariamente. Conhecendo-se a força de retenção da água no solo medida no aparelho, juntamente com a curva de retenção de água daquele solo é possível determinar a lâmina de irrigação necessária, sendo o tempo de irrigação baseado nos dados técnicos do projeto, o que evita que o sistema seja acionado sem necessidade, evitando o desperdício de água e de energia elétrica.

Para aferição da qualidade da água para consumo humano, são realizadas semestralmente análises da água em conformidade com a Portaria 518 do Ministério da Saúde, comprovando a potabilidade da água.

A fazenda possui um sistema de reciclagem da água (Figura. 9) proveniente da lavagem do café, composto por cinco caixas de decantação com capacidade de cinco mil litros cada, e por uma moto- bomba instalada na última caixa, responsável pelo retorno da água ao processo do lavador de café.



FIGURA 9: Sistema de reciclagem da água

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

5.3.2 Manejo dos resíduos

A propriedade organizou um Programa para Gerenciamento de Resíduos com base nas exigências da Norma RAS. As políticas de redução da geração de resíduos descritas no programa de gerenciamento de resíduos são divulgadas para os trabalhadores e famílias residentes através de treinamentos e campanhas específicas. A fazenda realizou investimentos para a implantação da Coleta Seletiva do Lixo. Antes do início do treinamento dos colaboradores, foi construída uma baia para armazenamento temporário de resíduos (Figura.10) e disponibilizadas lixeiras padronizadas, as quais foram dispostas em locais estratégicos da fazenda, após análise da quantidade e do tipo de lixo gerado no local. Nos treinamentos são

distribuídas cartilhas explicativas sobre a coleta seletiva, abordando quais as cores padrões para cada tipo de resíduo, e a importância da coleta seletiva.



FIGURA 10: Área de deposição temporária de resíduos

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

No ano de 2009, a Fazenda destinava seus efluentes domésticos para as chamadas fossas negras, que não são aceitas pela Certificação Rainforest Alliance. Seguindo o cronograma proposto em 2009, a fazenda concluiu em 2010 a implantação do Sistema de Fossa Séptica integrado, Figuras.11- Efluente Bruto e a Figura.12- Efluente Tratado, ou seja, recebe o efluente gerado em toda a fazenda incluindo vestiário, escritório e residências. O Efluente é monitorado anualmente seguindo os parâmetros (PH, DBO, DQO, Sólidos Suspensos, Sólidos Sedimentáveis, Óleos e Graxas, Coliformes Fecais), conforme previsto pela Norma RAS.



FIGURA 11: Efluente Bruto

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).



FIGURA 12: Efluente Tratado

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

Os resíduos provenientes da praça de abastecimento e limpeza dos veículos são direcionados para uma Caixa separadora de água e óleo (Figura.13), que está em funcionamento desde 2007. Sua eficiência é monitorada através das análises realizadas anualmente, que comprovam sua eficiência.



FIGURA 13: Caixa separadora de água e óleo.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

5.4 Os impactos da certificação RAS sobre o bem estar dos trabalhadores

Quanto ao bem estar dos trabalhadores, foram observadas questões como carga horária de trabalho, condições de trabalho, incluindo o cumprimento das questões legais previstas na Legislação vigente.

5.4.1 Condições sociais e trabalhistas

Objetivando melhorias nas condições de trabalho e conforto dos trabalhadores, em 2009 a fazenda investiu na construção de um vestiário equipado com três duchas, vasos sanitários, lavabos e armários individuais, um para guarda de pertences pessoais e outro específico para guarda dos equipamentos de proteção individual. Além da construção de uma lavanderia para higienização dos EPI's.

Na fazenda existe um alojamento para os funcionários que passam a semana na fazenda e voltam para a cidade no fim de semana. Os moradores do alojamento têm a disposição uma cozinha, refeitório e todos os acessórios e dimensões necessárias para o conforto de seus moradores. Em 2008 foi contratada uma cozinheira para fazer todo o trabalho doméstico e cozinhar.

O horário de trabalho é dividido em dois turnos das 7h h às 16h48 e das 17h às 2h48 de segunda a sexta e não há expediente aos sábados. Somente tratoristas trabalham em período noturno em sistema de revezamento (uma semana no período diurno e outra no período noturno), recebendo adicional noturno. No período da safra são realizadas horas extras, porém não ocorrem excessos, não ultrapassando mais do que duas horas extras diárias por trabalhador.

Os trabalhadores fixos residem nas comunidades no entorno da fazenda e se locomovem por motocicletas próprias, havendo ajuda de custo para o combustível constando como bonificação.

Até o momento não existe convenção coletiva de trabalho na região, o salário mínimo na fazenda é o nacional, baseado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A remuneração dos safristas é baseada na produção, com garantia do salário mínimo nacional. O pagamento é realizado na forma de cheque. Por solicitação dos trabalhadores passou-se a ser concedido um dia de folga no mês para que os funcionários possam ter tempo em horário comercial para descontar o cheque. Em atendimento a nova legislação trabalhista houve a substituição do cartão de ponto no mês de agosto para o livro de ponto, havendo ainda certa dificuldade de preenchimento por parte dos funcionários.

A fazenda conta com o trabalho de uma técnica de segurança do trabalho pertencente ao grupo que visita com frequência a propriedade promovendo treinamentos técnicos nos variados temas de saúde e segurança do trabalhador, além de realizar integração de todos os funcionários recém contratados.

Em entrevista aos trabalhadores foi possível perceber grande satisfação com a certificação da norma RAS, principalmente pelo fato dos aplicadores de agroquímicos terem reduzido o tempo de contato com os produtos para seis horas diárias.

O Projeto Social organizado pela propriedade tem como objetivo capacitar em informática à população local. O projeto é promovido pela fazenda e realizado no centro comunitário da comunidade escolhida.

5.4.2 Segurança do Trabalho

Na observação da atividade no campo, verificou-se a disponibilidade de banheiro móvel separado por sexo, com papel, água e sabão para higiene dos

trabalhadores, bem como de garrafas térmicas com água potável, e no período de safra é disponibilizado um ônibus para transporte dos trabalhadores equipado com toldo, que se torna a área de vivência nos períodos de safra (FIG-14).



FIGURA 14: Ônibus equipado

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

De modo geral, os equipamentos e instalações encontram-se adequados à NR31, todos os funcionários recebem e fazem o uso dos EPIs adequadamente (Figura.15). O fornecimento e controle dos EPIs é feito de maneira adequada para todos os funcionários, inclusive os safristas, assim como as capacitações acerca do seu uso. Pode-se observar através da análise da documentação individual dos funcionários, que os tratoristas, aplicadores de agrotóxicos, operadores de motosserra etc, possuem o treinamento profissionalizante, conforme previsto pela Norma Regulamentadora – 31 do Ministério do Trabalho.



FIGURA 15: Funcionária utilizando todos EPI's necessários.
Fonte: Dados da Pesquisa, (2010).

Os novos funcionários contratados pela propriedade e os prestadores de serviço passam pelo “Treinamento de Integração” e capacitação específica acerca da Norma RAS.

O Programa de Saúde e Segurança da Fazenda é composto por planos e procedimentos documentados tais como: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, Programa de Conservação Auditiva e Proteção Respiratória. Pelas evidências existentes na fazenda, percebe-se que os programas mencionados são aplicados na prática e são monitorados constantemente. As previsões de riscos e estratégias de prevenção de acidentes são adequadas, os trabalhadores estão capacitados (e existem kits de primeiros socorros fixos no escritório e móveis nos tratores), há mecanismos eficientes de comunicação entre as frentes de trabalho e destas com o escritório (rádio e celular).

Nota-se pela Figura. 16 que foram feitos investimentos na identificação dos locais de trabalho através de placas de segurança e em equipamentos de proteção contra incêndio (FIG. 17).



FIGURA 16: Placas de Segurança

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010)



FIGURA 17: Sistema de combate a incêndio

Fonte: Dados da Pesquisa, (2010)

5.5 Análise comparativa do desempenho socioambiental da fazenda entre os anos de 2009 e 2010

O GRAF. 8 confirma o índice geral de cumprimento que a fazenda obteve em cada Princípio da Norma RAS nos anos de 2009 e 2010. Se levarmos em consideração que a certificação preza pela melhoria continuada, pode-se destacar

um princípio o qual a pontuação alcançada no ano de 2009 foi reduzida no ano de 2010, situações negativas para o histórico da Fazenda.

No ano de 2009 a pontuação atribuída ao Princípio: Manejo e conservação do solo apresentou uma redução de 10% de cumprimento dos critérios, o que sinaliza a necessidade de maior vigilância as atividades e controles que contribuem no cumprimento dos critérios previstos.

Nos demais princípios a Fazenda alcançou médias superiores as do ano de 2009. Nesta situação alguns princípios merecem destaque tais como: Conservação dos Ecossistemas (+21%), Segurança e Saúde Ocupacional (+16%), Relações com a Comunidade (+10%) e Manejo Integrado de Resíduos (+10%).

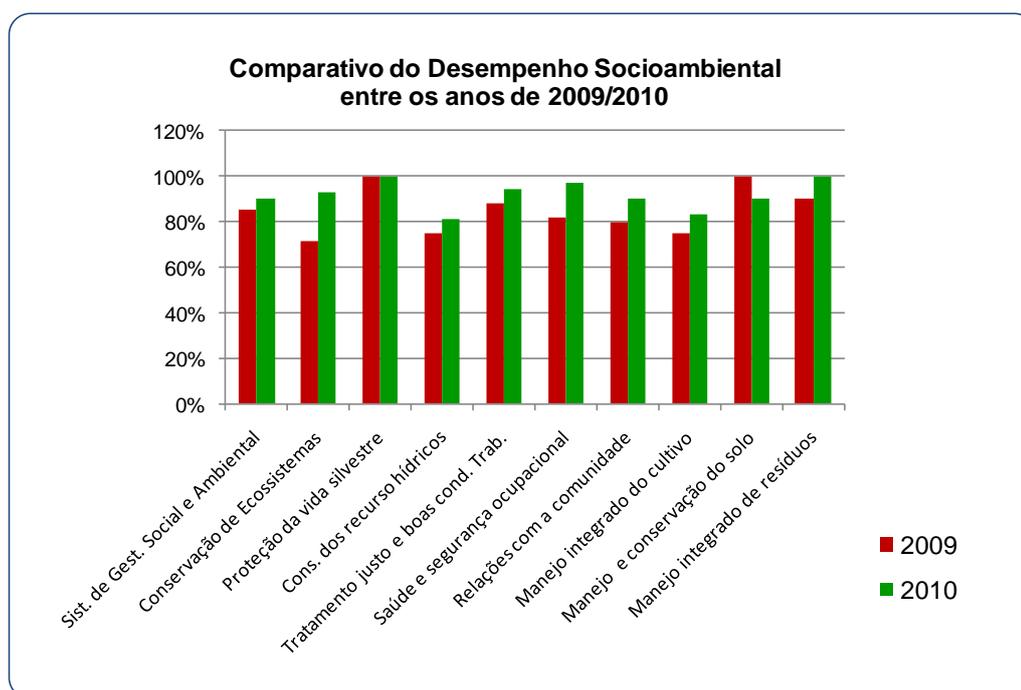


GRÁFICO 8: Comparativo do Desempenho Socioambiental entre os anos de 2009/2010.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2011).

Sendo assim conclui-se que pela análise comparativa dos relatórios emitidos pelo IMAFLORA nos anos de 2009 e 2010, a Fazenda tem obtido sucesso no cumprimento dos princípios e critérios previstos na Norma RAS. Porém uma observação criteriosa do GRAF. 8 possibilita a visualização dos principais princípios os quais o desempenho deverá ser melhorado.

5.6 Análise do perfil dos colaboradores

Os recursos humanos nas organizações têm função primordial dentro da sua estrutura. É perceptível que o capital humano das organizações é o setor mais importante e, a partir disto, percebe-se como os administradores devem focar suas atenções a este segmento interno da organização. Nas organizações agrossilvopastoris a situação não é diferente, cada vez mais os consumidores estão mais exigentes na busca por produtos de qualidade e mais saudáveis. A manutenção da qualidade no setor agrícola se torna mais complexa devido à baixa qualificação dos trabalhadores rurais, o que dificulta o uso das ferramentas de controle propostas para a manutenção da qualidade dos produtos e serviços.

O perfil da amostra foi analisado a partir dos dados coletados sobre as características dos trabalhadores que se seguem: sexo, idade, escolaridade, profissão, relação jurídica de emprego, jornada de trabalho diária, tempo de serviço no setor e na empresa e a motivação para atuar no setor.

Dos entrevistados, 56 % são do sexo masculino e 44 % do sexo feminino (GRAF. 09). É válido ressaltar que se comparado a outros setores da economia, a diferença de contratação entre os sexos é bem menor, apenas 12% a mais de contratações masculinas.

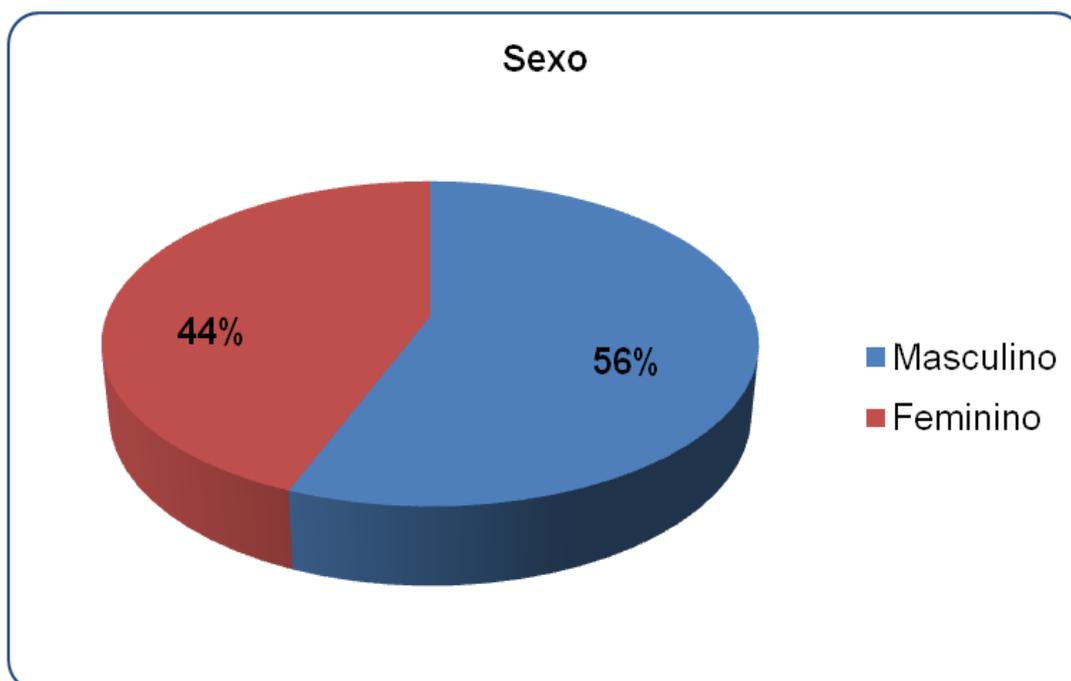


GRÁFICO 9: Sexo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

No quesito idade (GRAF.10), pode-se observar que: trabalhadores com menos de 21 anos de idade, corresponde à menor porção dos entrevistados (4%), os que se enquadram na faixa etária entre 21 e 30 anos e 51 e 60 anos ocorreu empate de representatividade, sendo (25%) cada uma. Entre 31 e 40 anos (17%) e a maioria entre 41 e 50 anos (29%).

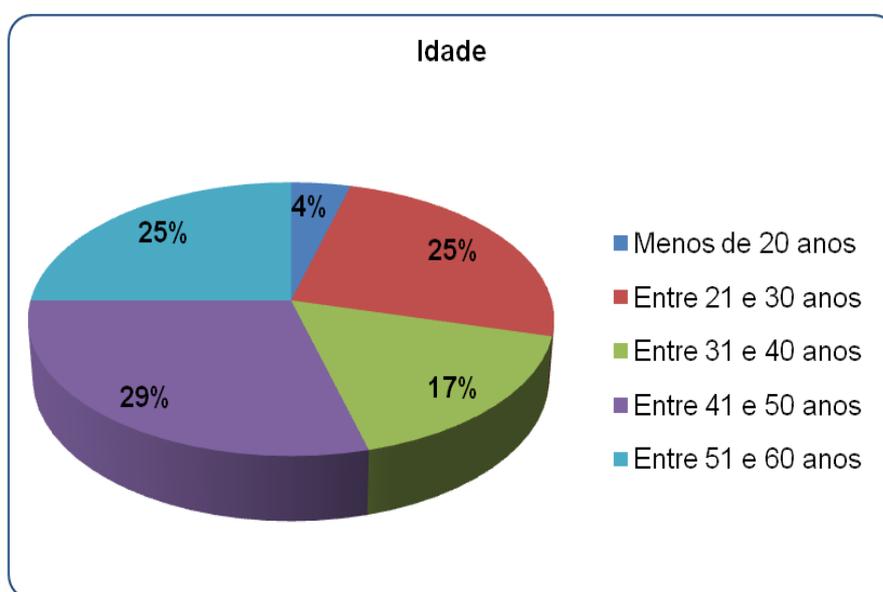


GRÁFICO 10: Idade

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Analisado o GRAF. 11, pode-se chegar à conclusão que mesmo com todos os programas de alfabetização idealizados pelo governo federal, ainda existem casos de analfabetismo no Brasil. Nesta pesquisa onde o universo amostral é de 25 cidadãos, foi detectada uma porcentagem de 4% de analfabetismo, 8% possuem ensino superior completo, 8% ensino médio incompleto, 8% ensino médio completo. Apesar de se tratar de um empreendimento agrícola, observa-se profissionais que estão em busca de especialização, sendo que 4% dos entrevistados possuem ensino superior incompleto e 4% com pós graduação. E responsável pela maioria do grupo, 56% têm apenas ensino fundamental incompleto.

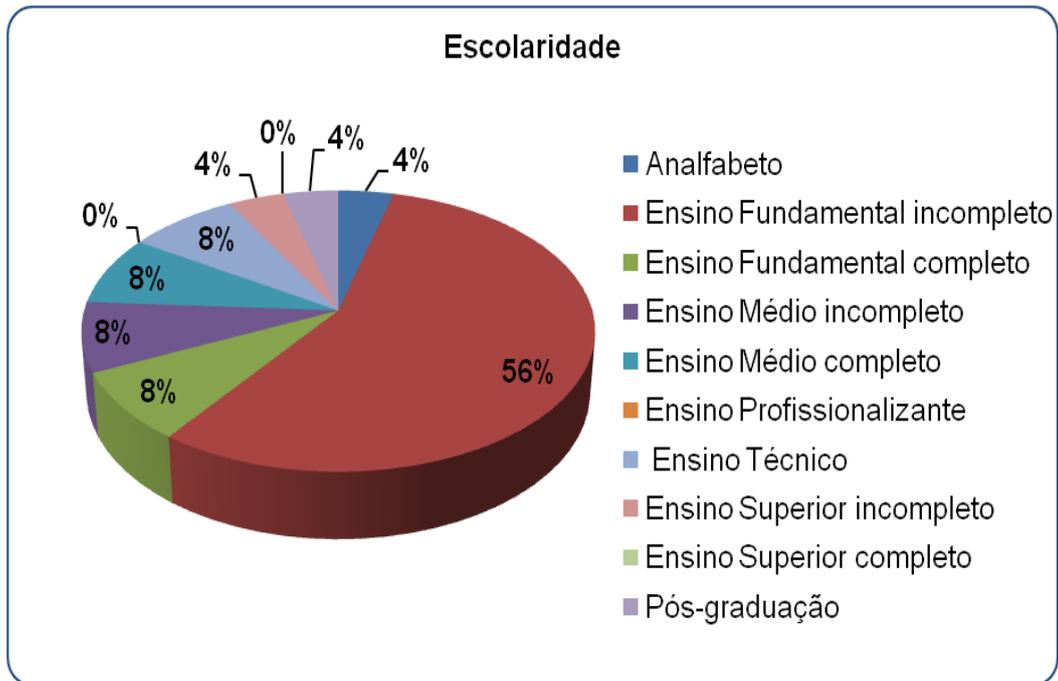


GRÁFICO 11: Escolaridade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Diante do grupo amostrado pode-se analisar que o questionário foi aplicado para funcionários que estão locados em todos os níveis da fazenda. Sendo, técnico agrícola, técnico de segurança, fonoaudióloga, cozinheira, técnica em gestão de meio ambiente, gerente agrícola e mecânico automotivo representa respectivamente 4% cada uma das profissões. Continuando a análise do GRAF. 12, nota-se que os tratoristas representam 16% dos entrevistados, os trabalhadores gerais 20% e a grande maioria composta pelos safristas 28%. É válido ressaltar que esses safristas, apesar de serem contratados somente para o período de safra, a maioria dessas pessoas são responsáveis pela coleta de aproximadamente 8 safras anteriores. Portanto já conhecem profundamente o processo produtivo e os procedimentos adotados na fazenda.

GRÁFICO 12: Profissão.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

A certificação da RAS impacta positivamente os empreendimentos cafeeiros sobre as condições de trabalho, assegurando os direitos dos empregados, garantidos pela legislação.

A contratação, legalmente formalizada, de trabalhadores permanentes e temporários da fazenda conforme demonstrado no GRAF.13 é um dos exemplos dos impactos positivos promovidos pela certificação sobre os empreendimentos certificados. A relação jurídica de emprego do empreendimento está subdividida da seguinte maneira: 12% são prestadores de serviço, 28% são safristas (temporários) e 60% fazem parte do efetivo (permanente) da fazenda.

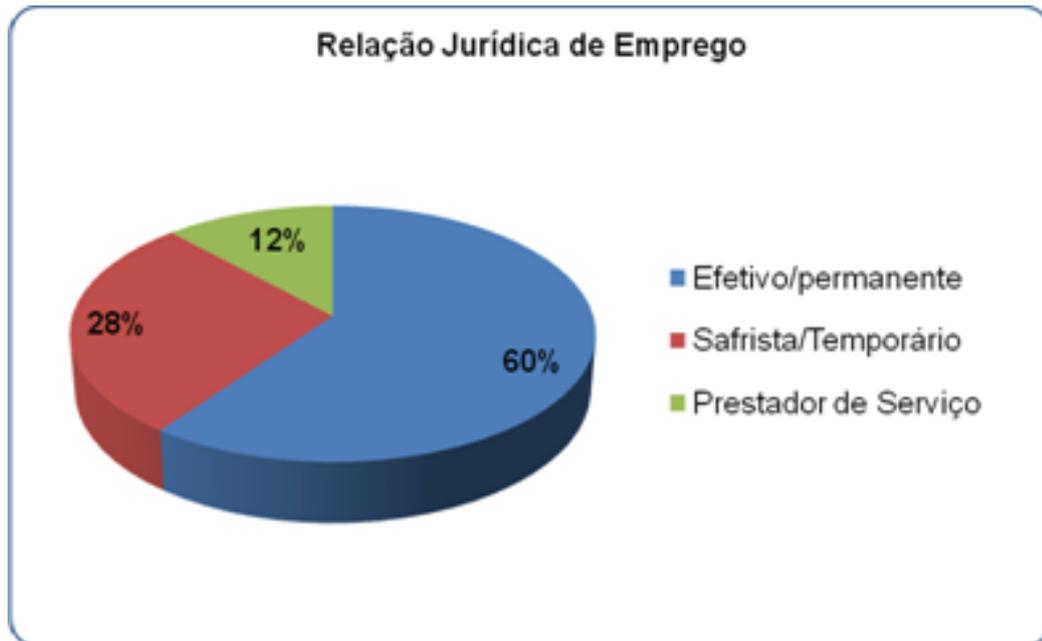


GRÁFICO 13: Relação Jurídica de Emprego.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Segundo Palmieri (2008), a legislação brasileira prevê uma carga horária máxima regular permitida ao trabalhador de 44 horas semanais, sendo permitido aumentar a jornada de trabalho em períodos específicos como o período de safra. Os critérios 5.7 e 5.6 da norma de certificação RAS permitem carga horária semanal de 48 horas e o que exige na legislação trabalhista, portanto prevalece o exigido na legislação, isto é, 44 horas semanais. Assim como a legislação, prevê período de exceção na qual a jornada de trabalho pode chegar até 60 horas semanais se a legislação permitir. O GRAF.14 comprova que a fazenda cumpre o previsto na legislação trabalhista haja visto que, 4% dos colaboradores entrevistados responderam que trabalham menos de 7 horas diárias, 8% trabalham mais de 9 horas diárias, 24% laboram entre 7 e 8 horas e a maior porção trabalha entre 8 e 9 horas diárias. Deve-se levar em consideração que os dados foram coletados no mês de maio, início do período de safra na propriedade.

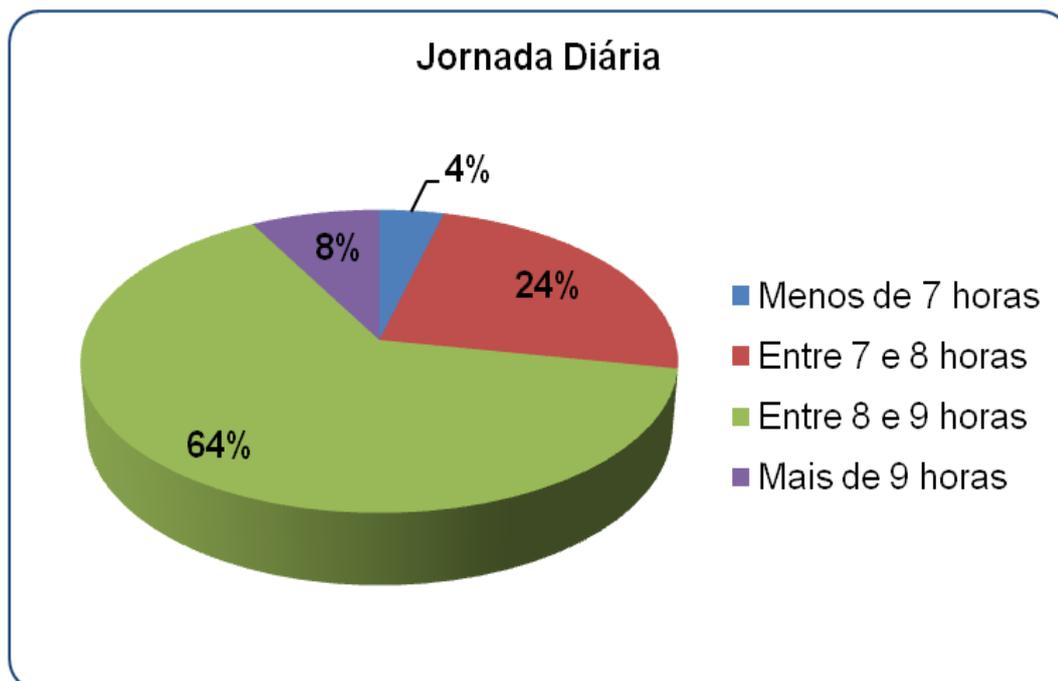


GRÁFICO 14: Jornada Diária.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

O GRAF.15 demonstra que os participantes da pesquisa trabalham por muitos anos no setor agrícola, os de menor representatividade são aqueles que atuam no setor de 10 a 14 anos, 8% do total. Intermediariamente estão os que trabalham de 5 a 9 anos com 20% e os que estão trabalhando com agricultura a menos de 5 anos, com 32%.

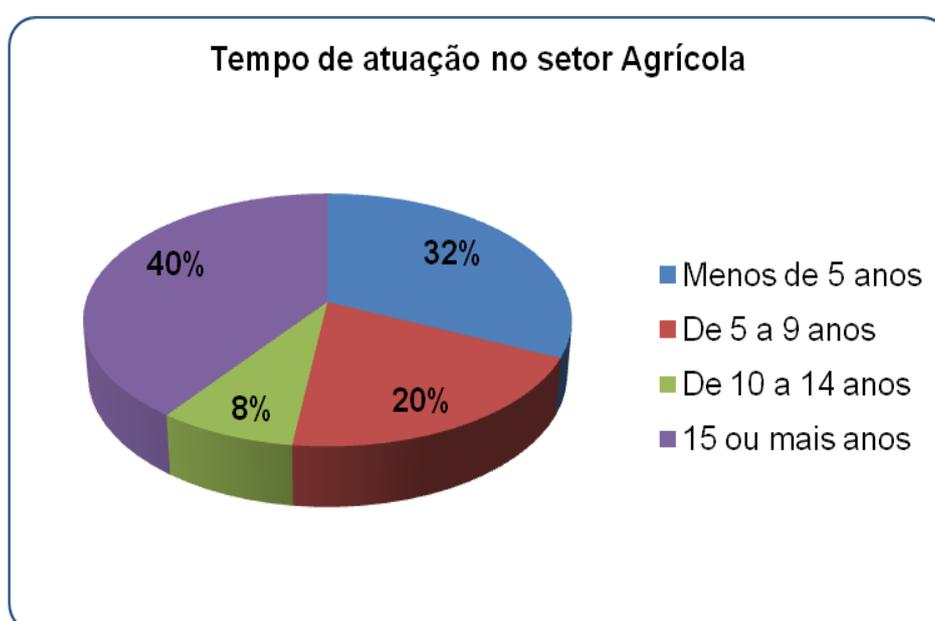


GRÁFICO 15: Tempo de atuação no setor Agrícola.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Apesar de alguns estudos apontarem o abandono do meio rural pelos jovens, Paulilo (2004, p. 235) salienta que “é a profissão de agricultor, entre todas as que apresentam o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais”. Percebe-se então, que ainda há muitos casos em que os filhos dão continuidade às atividades realizadas pelos pais nas propriedades rurais, mas, quando têm acesso ao estudo, passam a executar o trabalho de forma diferente, devido aos conhecimentos que adquiriram. Essa teoria é reafirmada pela pesquisa (GRAF.16) realizada nessa propriedade, pois 40% dos entrevistados afirmaram ter aprendido a profissão com os pais e ou/família. Outro dado interessante é que 32% dos trabalhadores responderam que trabalham no setor agrícola para complementação de renda. Durante a coleta de dados pode-se constatar que esses colaboradores são beneficiados pela aposentadoria, prevista no art.195 da Constituição Federal de 1988, que classifica o trabalhador rural como segurado especial, ele (a) terá direito a aposentadoria, desde que, exerça atividade rural em regime de economia familiar, tenha no mínimo de 60 anos, se for homem, e 55 anos, se for mulher, e comprove o efetivo exercício de atividade rural nos moldes do artigo 143 da lei 8.213/91.

Alguns trabalhadores 12%, optaram por trabalhar na área agrícola por gosto e buscou profissionalização, 4% optaram por essa área também por gosto, mas se profissionalizou nas fazendas nas quais trabalhou e 12% não se enquadraram em nenhuma das alternativas propostas.

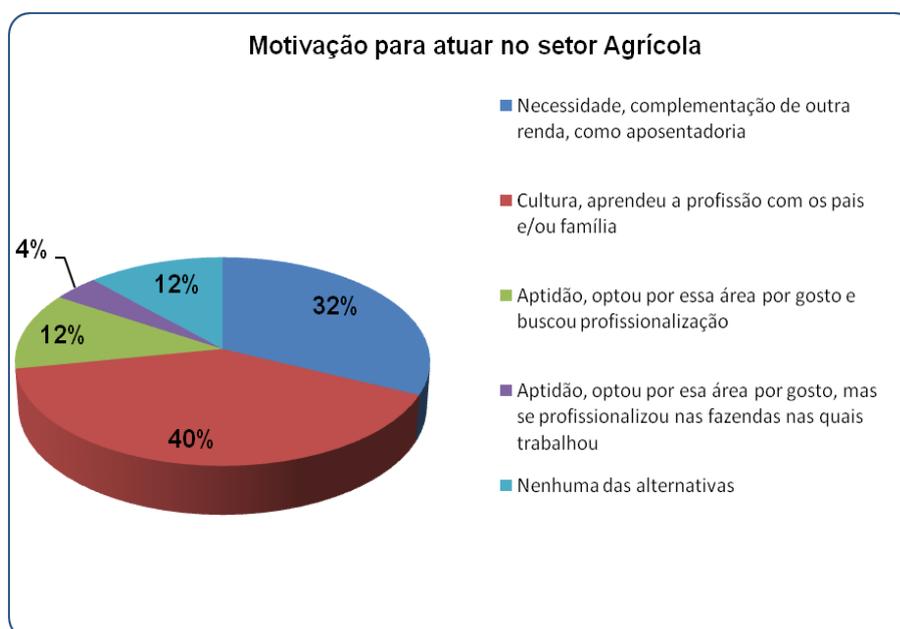


GRÁFICO 16: Motivação para atuar no setor Agrícola.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Quanto maior o tempo de permanência do trabalhador no empreendimento maior será a possibilidade de inclusão deste em um processo de treinamento continuado e de estreitar as relações de convivência entre o empregador, o empregado seja temporário ou permanente, e a comunidade. Conseqüentemente essa relação irá refletir positivamente no processo produtivo, pois, a manutenção da qualidade dos produtos produzidos depende de recursos humanos bem treinados e motivados e que conheçam profundamente o processo. Sem mencionar o ganho nas questões que envolvem segurança, saúde e meio ambiente. Funcionários bem treinados trabalham de maneira preventiva, observando e eliminando as situações com potencial de causarem infortúnios laborais, à saúde e ao meio ambiente. Sendo assim o GRAF. 17 evidencia o tempo de permanência do colaborador na fazenda, que 44% dos entrevistados laboram na fazenda a menos de 5 anos. Ressaltando que, nesta amostra, foram contabilizados trabalhadores safristas, com contrato de trabalho temporário. Conforme comentado anteriormente, são pessoas que na sua grande maioria são parceiros da fazenda, e participaram de pelos menos 8 safras, participando de treinamentos, de adaptações tecnológicas inseridas ao processo produtivo, inclusive do processo de Certificação Rainforest Alliance por qual a propriedade passou recentemente. Seguindo com a análise, 36% dos colaboradores trabalham na fazenda de 5 a 9 anos, 8% de 10 a 14 anos e 12 % estão contratados a 15 ou mais anos.

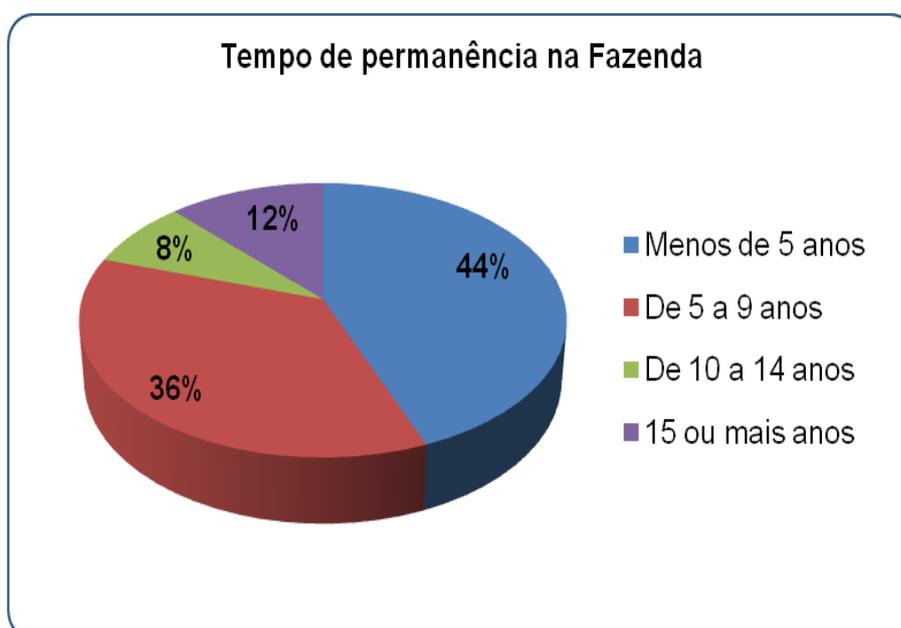


GRÁFICO 17: Tempo de permanência na Fazenda.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Após apresentado o perfil dos entrevistados, procede-se à análise dos dados.

5.7 Análise da percepção dos entrevistados com relação à interferência da Certificação Rainforest Alliance no processo produtivo da fazenda

O primeiro questionamento fez referência ao conhecimento dos trabalhadores sobre a Certificação Rainforest Alliance. Os resultados são demonstrados no GRAF.

18:

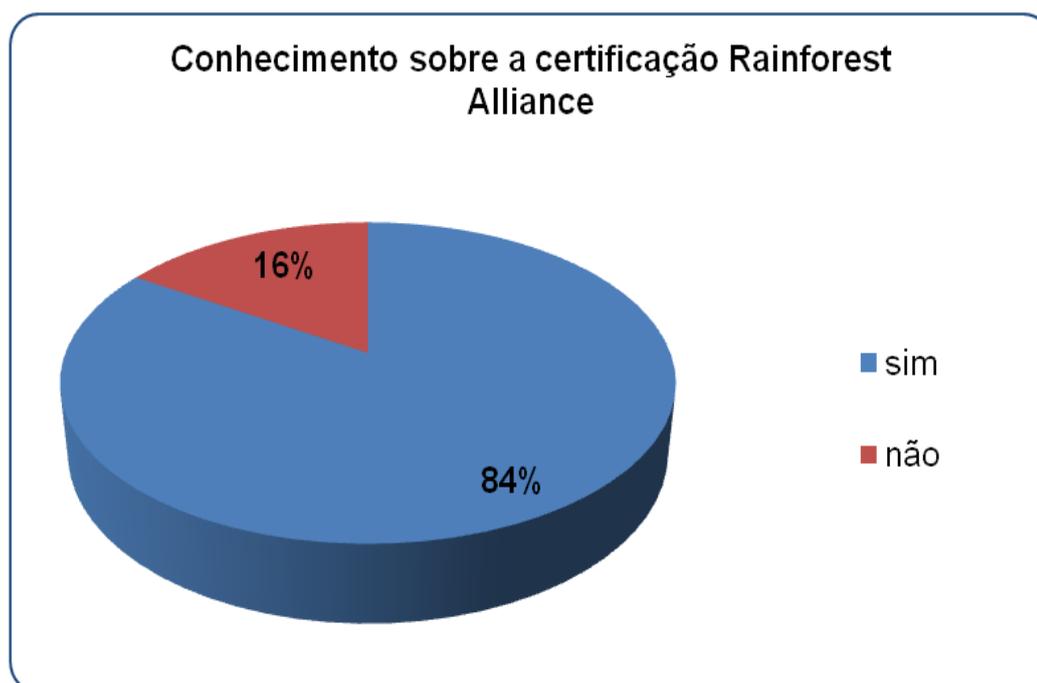


GRÁFICO 18: Conhecimento sobre a Certificação Rainforest Alliance.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

De acordo com o gráfico apresentado, nota-se que nem todos os entrevistados possuem conhecimento sobre a Certificação Rainforest Alliance, 16% desses colaboradores alegaram não possuir conhecimento sobre a Certificação e a maioria, 84% declararam conhecer a Certificação. Devido à gravidade da falta de conhecimento sobre a certificação, foi realizada uma pesquisa nos questionários respondidos, e pela verificação da classificação profissional dos entrevistados que compartilham do desconhecimento da RAS, conclui-se que os trabalhadores safristas (temporários) correspondem a 100% desses.

Analisando o resultado apresentado, destaca-se a necessidade de um estudo aprofundado pela empresa, a fim de levantar as causas dos colaboradores contratados por tempo indeterminado alegarem que desconhecem a Certificação. Ponto esse considerado de extrema importância, pois essa categoria de trabalhadores é contratada somente no período de safra, onde todos os setores da fazenda estão em pleno funcionamento, exigindo dos envolvidos a aplicação de todos os critérios de controle, o que irá refletir diretamente na rastreabilidade e qualidade do café produzido.

Na segunda questão buscou-se conhecer a percepção a opinião dos empregados sobre as melhorias no ambiente de trabalho, após a implantação da Certificação. Os resultados desta questão são demonstrados no GRAF. 19:

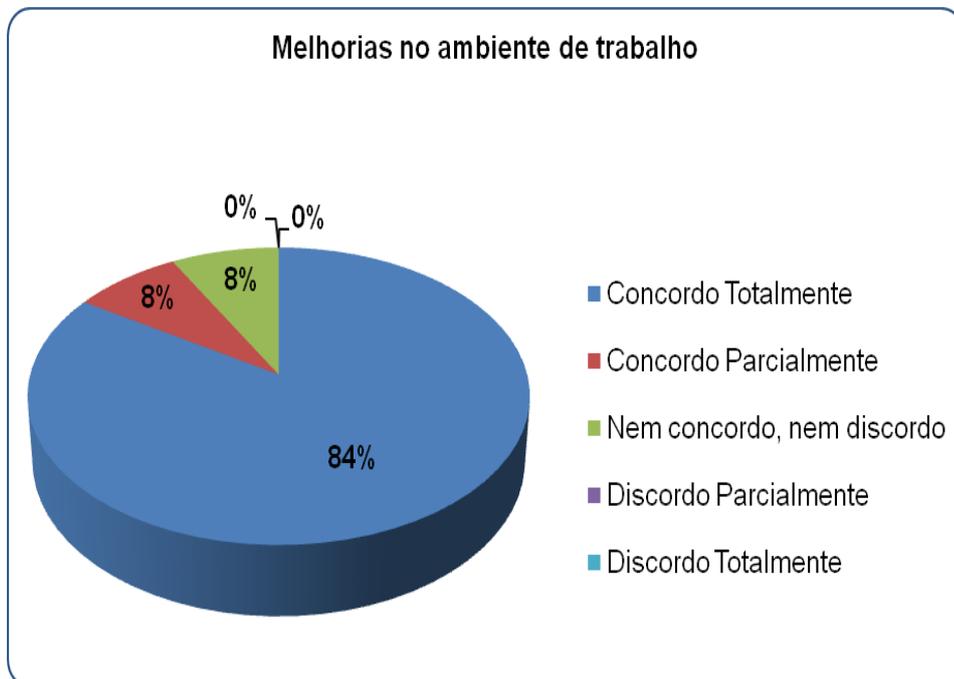


GRÁFICO 19: Melhorias no ambiente de trabalho.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os dados deste gráfico mostram que a maioria dos empregados (84%) considera que o ambiente de trabalho se tornou melhor depois da implantação da Certificação Rainforest Alliance. Do total, 8% concordam parcialmente com esta opinião e uma mesma parcela (8%) mostraram-se indecisos quanto ao questionamento feito.

Apesar das indecisões, este resultado é importante, pois demonstra que a maioria dos trabalhadores pode perceber melhorias no ambiente de trabalho conquistadas a partir da implantação da Certificação. Aliado a essa pesquisa as observações de campo atestam a veracidade desses dados. Motivado pela necessidade de atender os critérios previstos na Norma RAS, o empreendedor fez vários investimentos em prol do bem estar e conforto dos trabalhadores, dentre eles a construção de uma lavanderia exclusiva para higienização de equipamentos de proteção individual, de um vestiário equipado com duchas e armários para guarda de pertences pessoais e EPI's, de uma praça de mistura de agrotóxicos toda planejada o que evita que o transporte dessas embalagens até a lavoura e elimina a necessidade de transporte de água até o local da aplicação, além de um depósito de embalagens vazias de agrotóxicos localizada próximo da praça de mistura, o que evita o armazenamento indiscriminado de embalagens vazias e contaminadas.

O próximo gráfico mostra a opinião dos empregados quando questionados se a implantação da Certificação RAS, possibilitou a melhoria do processo produtivo, incluindo a redução de desperdícios de insumos e matérias-primas.

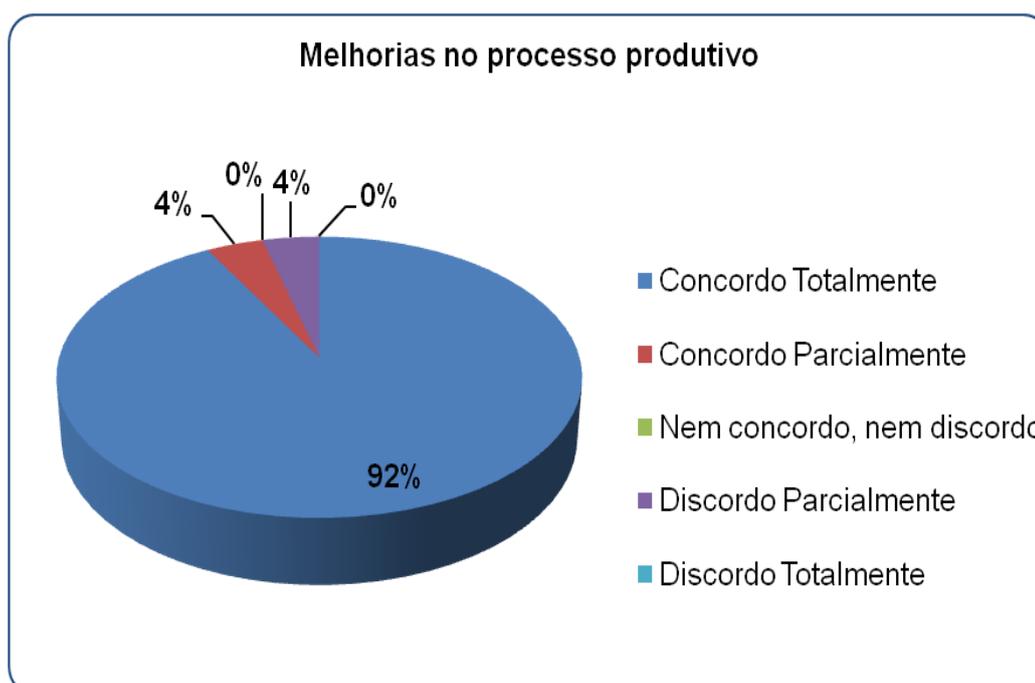


GRÁFICO 20: Melhorias no processo produtivo

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Observando o GRAF. 20, pode-se concluir que a maioria dos empregados (92%), reconhece que a implantação da Certificação proporcionou melhorias no processo produtivo. Parte dos trabalhadores (4%) compartilha da mesma opinião, concordando parcialmente com a afirmação. O restante (4%) dos entrevistados discorda parcialmente da idéia. Logo essa percepção é muito importante, pois se é observado pela maioria melhorias na produção do café pelos colaboradores, pode-se dizer que existe economia de insumos e matérias-primas. Aliada a observação de campo e ao contato com os instrumentos administrativos utilizados anteriormente a certificação, pode-se concluir que ocorreram grandes mudanças na forma de controlar o processo produtivo. O controle do estoque de agrotóxicos e fertilizantes, por exemplo, não eram controlados de forma tão rigorosa. O que conduzia a compras desnecessárias desses insumos, que chegavam a perder a data de validade sem o devido controle, por falta de ferramentas que facilitassem o acompanhamento dos estoques.

A rastreabilidade do produto é outra ferramenta que passou a ser utilizada durante o processo de adequação da fazenda as exigências da Norma RAS. Essa ferramenta permite o controle de dados, talhão a talhão, que permitem o monitoramento e rastreamento de todos os processos de produção, controlando os riscos inerentes da atividade até o produto final. Desde a relação de insumos gastos até o nome do responsável pela aplicação de defensivos, todos os dados são analisados e avaliados para assegurar que nenhuma parte da operação represente risco tanto ambiental ou humano, quanto risco de contaminação do produto final. Tal sistema permite ainda, que, no caso de um eventual problema, seja possível retroceder os processos, rastreando todas as atividades realizadas até o ponto da falha, e sejam tomadas ações corretivas. Dentre outras ferramentas.

5.8 Análise da percepção dos funcionários quanto a aplicação dos dez princípios da Certificação Rainforest Alliance na Fazenda

Esta seção dedica-se à apresentação dos resultados obtidos em cada um dos princípios da Certificação RAS, com objetivo de conhecer a opinião dos colaboradores com relação à aplicabilidade dos critérios da Norma RAS na propriedade objeto desse estudo.

5.8.1 Sistema de Gestão Social e Ambiental

No sentido de tornar a análise dos princípios mais acertada, na maioria dos princípios foram avaliados mais de um critério. No princípio: Sistema de Gestão Social Ambiental foram avaliados três critérios, sendo que 23 entrevistados concordam totalmente que a propriedade protege os ecossistema e as áreas de preservação permanente, e o restante dos 25 participantes concordam parcialmente. Quanto ao critério de Identificação da produção, 23 entrevistados concordam totalmente que a produção da fazenda é identificada, ao mesmo tempo 01 pessoa concorda parcialmente e por último existe uma pessoa indecisa quanto à afirmação. Vinte e três participantes concordam totalmente que são realizados freqüentemente treinamentos e capacitações para os colaboradores, e duas pessoas concordam parcialmente com a afirmação. Nota-se pelos resultados do GRAF.21, que a maioria dos entrevistados concorda totalmente com a aplicação dos três critérios mencionados. Contudo o percentual de indecisos e dos que concordam parcialmente é bem menor que os que concordam totalmente. Logo se pode dizer que ainda há espaço para melhorias nos critérios analisados.

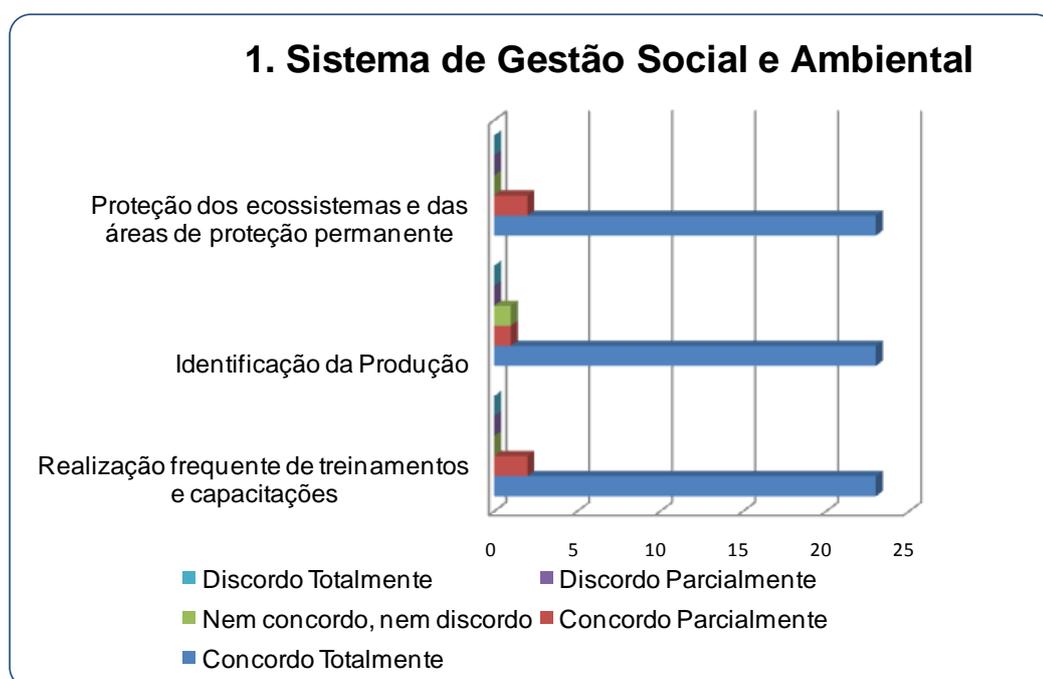


GRÁFICO 21: Princípio 1 – Sistema de Gestão Social e Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

5.8.2 Conservação dos ecossistemas

As propriedades certificadas protegem os ecossistemas naturais e realizam atividades para recuperar os ecossistemas degradados. É ressaltada a recuperação dos ecossistemas naturais em áreas não aptas para a agricultura, assim como a recuperação das matas marginais que são críticas para a proteção das nascentes.

No próximo GRAF.22, têm-se os resultados observados pelos empregados quanto a Conservação dos ecossistemas. Quando os funcionários foram questionados à proteção dos ecossistemas naturais e áreas degradadas, 24 funcionários concordaram totalmente e 01 colaborador concorda parcialmente. Quanto à manutenção das barreiras vegetais entre as áreas de cultivo e as áreas de atividade humana, 20 empregados entrevistados concordam totalmente com a afirmação, 02 funcionários concordam parcialmente e 03 empregados discordam parcialmente.

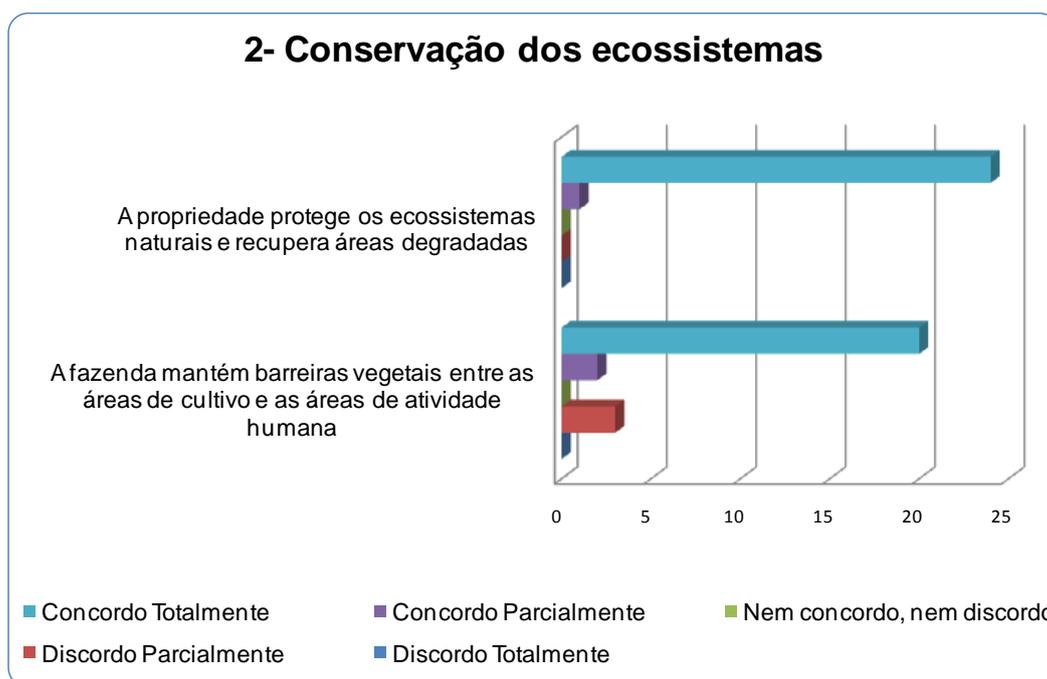


GRÁFICO 22: Princípio 2 – Conservação dos Ecossistemas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

5.8.3 Proteção da vida silvestre

É previsto pela Norma RAS, que propriedades certificadas conduzam programas e atividades especiais para regenerar ou recuperar ecossistemas importantes para a vida silvestre. Ao mesmo tempo, seus proprietários e trabalhadores devem tomar medidas para reduzir e, eventualmente, eliminar o cativeiro de animais silvestres. Daí a importância do entendimento e execução desse princípio.

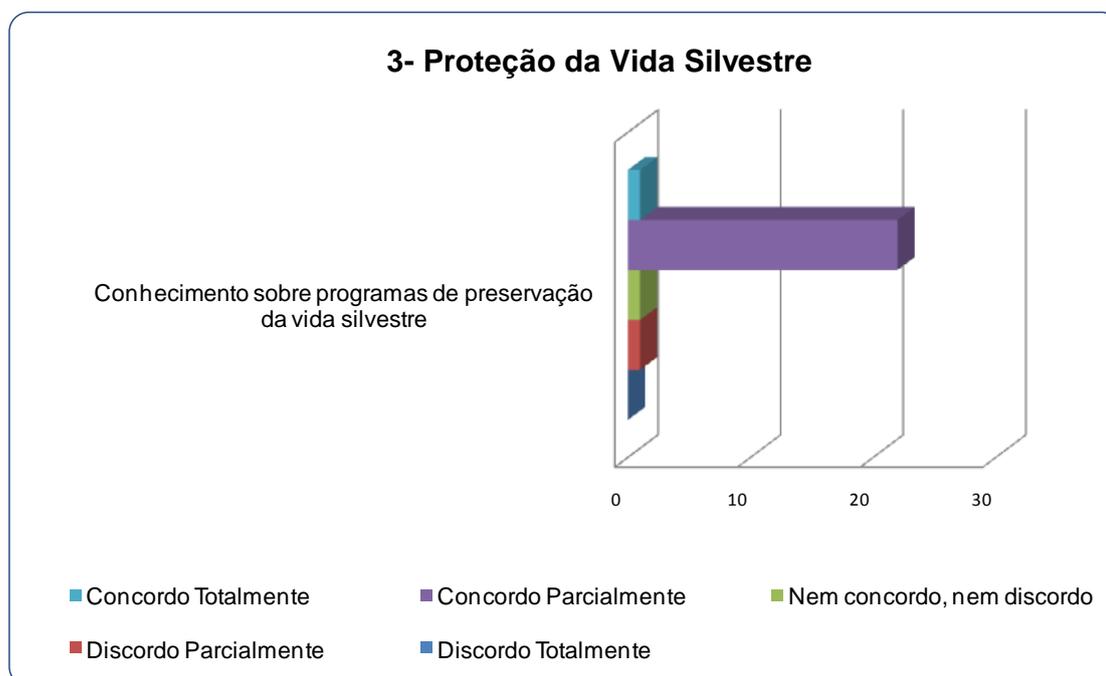


GRÁFICO 23: Princípio 3 - Proteção da Vida Silvestre.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os resultados expressos no GRAF. 23 revelam que os empregados não possuem o devido conhecimento sobre o programa de preservação da vida silvestre, pois, 21 entrevistados concordam parcialmente com a afirmação, 01 discorda parcialmente, 01 está indeciso quanto à resposta e por último a situação mais preocupante, 01 empregado entrevistado discorda totalmente da existência do programa de preservação da vida silvestre. Através da análise crítica desses resultados, pode-se sugerir ao administrador do programa uma reformulação da forma de divulgação do critério em análise. Devido ao baixo nível de escolaridade da maioria dos colaboradores desse empreendimento, conforme já constatado anteriormente, será necessária uma readequação da linguagem do material didático que ultimamente está sendo utilizado na divulgação do programa de proteção da

vida silvestre e posteriormente adotar medidas emergenciais para intensificação da divulgação.

5.8.4 Conservação dos recursos hídricos

A norma da Agricultura Sustentável exige que as propriedades agrícolas certificadas realizem ações para conservar a água e evitar seu desperdício. Previnam a contaminação das águas superficiais e subterrâneas mediante o tratamento e monitoramento das águas residuárias provenientes do processo produtivo ou de alguma atividade praticada no empreendimento. Neste contexto os entrevistados foram questionados se a fazenda realiza o tratamento de esgoto doméstico e das águas residuárias proveniente do descascamento de café e 24 funcionários concordaram totalmente com o declarado e apenas 01 entrevistado disse que concorda parcialmente. O GRAF. 24, evidencia que as respostas foram idênticas para a afirmação que a fazenda realiza manutenções no sistema de irrigação, reduzindo desperdícios. Quanto ao reaproveitamento e minimização do uso de água, 23 colaboradores concordaram totalmente com a declaração e 02 empregados entrevistados concordam parcialmente.

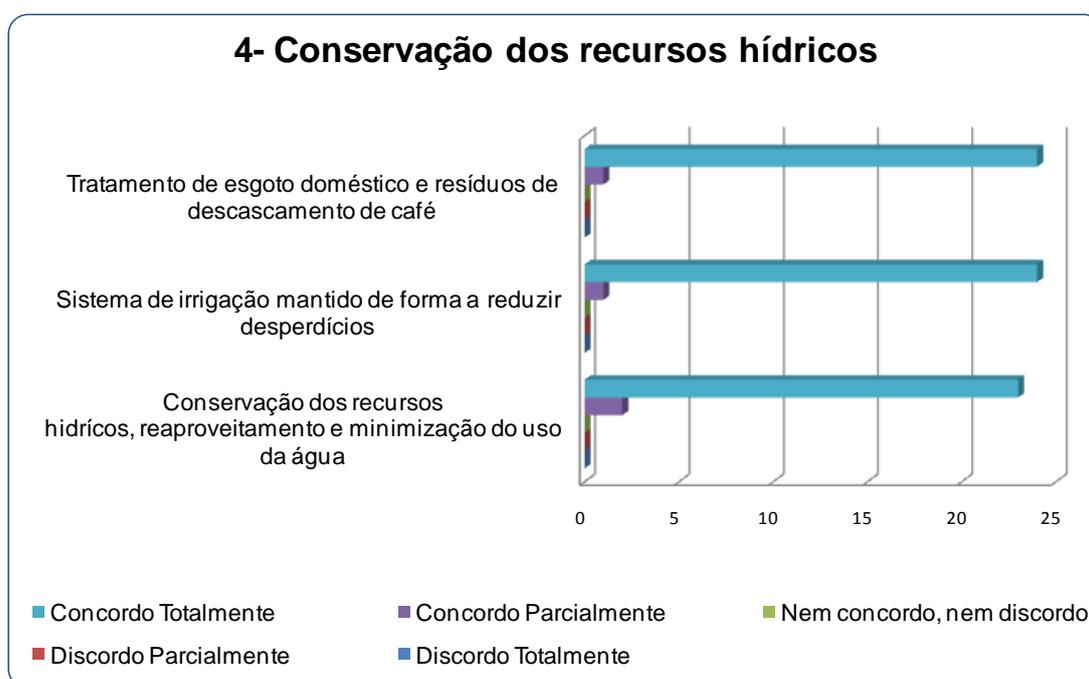


GRÁFICO 24: Princípio 4 – Conservação dos recursos Hídricos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os resultados obtidos nesta questão demonstram o entendimento e envolvimento dos empregados com o princípio de Conservação dos recursos hídricos, o que é um ponto bastante positivo para a efetiva preservação das águas e conseqüente cumprimento dos critérios da Norma RAS.

5.8.5 Tratamento justo e boas condições para os trabalhadores

Os empregados que trabalham em propriedades certificadas e as famílias que vivem dessas propriedades se beneficiam dos direitos e das condições estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Convenção dos Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas e pelas convenções e recomendações estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme previsto na Norma RAS.

As propriedades certificadas não discriminam e não empregam mão-de-obra infantil nem trabalho forçado. Essas propriedades trabalham para oferecer oportunidades de emprego e educação às pessoas residentes nas comunidades vizinhas.

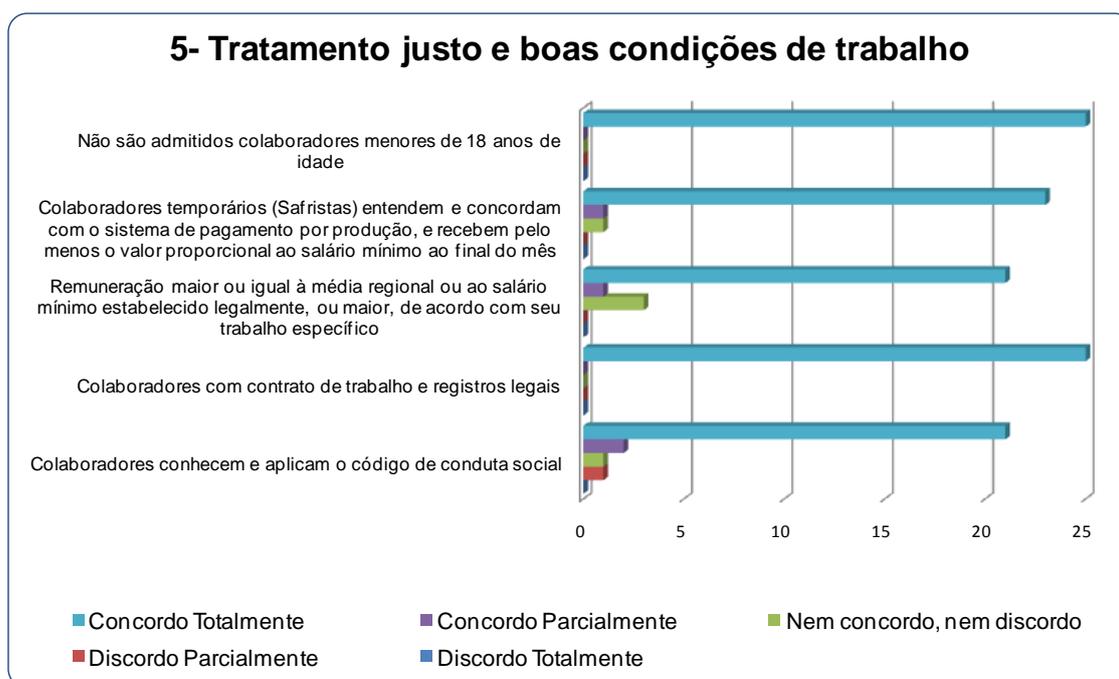


GRÁFICO 25: Princípio 5 – Tratamento justo e boas condições de Trabalho.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os trabalhadores que participaram da pesquisa foram unânimes ao se posicionarem com relação a duas situações: primeiro 100% dos entrevistados concordaram que não são admitidos colaboradores menores de 18 anos de idade na fazenda e 100% dos colaboradores entrevistados afirmam que todos os empregados da fazenda possuem contrato de trabalho e estão registrados legalmente (GRAF.25) Em se tratando do entendimento dos safristas quanto ao valor recebido por produção, e que recebem pelo menos o valor proporcional ao salário mínimo ao final do mês, 23 entrevistados concordam totalmente que safristas entendem a situação, 01 indivíduo concorda parcialmente e 01 colaborar ficou indeciso quanto a essa questão.

Na análise da afirmativa de que os colaboradores da fazenda recebem remuneração maior ou igual à média regional, 21 empregados concordaram totalmente, 01 pessoa concorda parcialmente e 03 entrevistados ficaram indecisos ou não souberam responder a essa questão. Avaliando o posicionamento dos empregados entrevistados quanto a afirmação de que, os colaboradores da propriedade conhecem e aplicam o Código de Conduta Social, ocorreram divergências nas respostas sendo que, 21 colaboradores concordam totalmente com o proposto, 02 entrevistados concordam parcialmente, 01 funcionário ficou indeciso ou não soube responder e 01 pessoa discorda parcialmente. Nota-se a disparidade de entendimento do conceito de Código de Conduta, sendo assim a situação poderá ser aprimorada através de um estudo para tornar o Código de Conduta um documento de fácil acesso e entendimento aos colaboradores.

5.8.6 Saúde e Segurança Ocupacional

Segundo a norma de agricultura sustentável Rainforest Alliance as propriedades certificadas devem ter um programa de saúde e segurança ocupacional para reduzir ou prevenir o risco de acidentes no local de trabalho. Os trabalhadores são capacitados sobre como fazer seu trabalho de maneira segura, principalmente em relação à aplicação de agroquímicos. As propriedades certificadas fornecem os equipamentos necessários para proteger os trabalhadores e garantir que as ferramentas, a infra-estrutura, as máquinas e todos os equipamentos utilizados nas propriedades estão em boas condições de uso e não representam perigo à saúde do homem e nem ao ambiente.

Na percepção de 100% dos entrevistados os colaboradores da propriedade estudada, que têm contato com agroquímicos ou outras substâncias químicas são capacitados, recebem EPI's adequados e realizam exames médicos necessários. Quanto à existência de um programa de Segurança e Saúde Ocupacional, que busca identificar, minimizar e quando possível eliminar os riscos à saúde dos colaboradores, 100% dos entrevistados concordam totalmente com essa declaração.

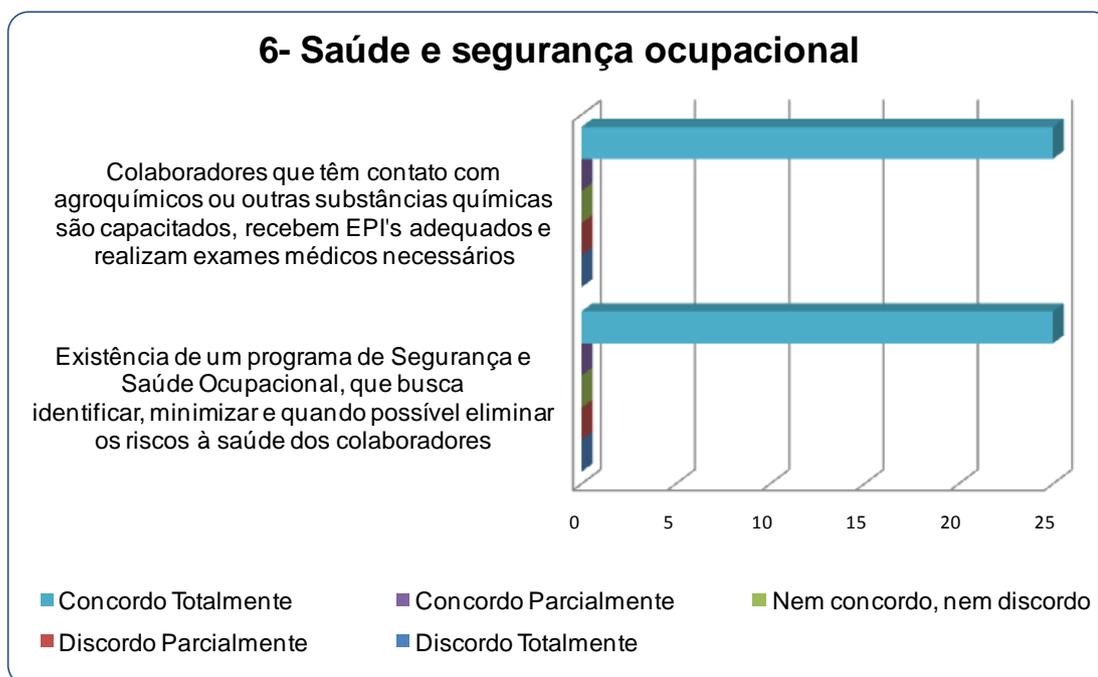


GRÁFICO 26: Princípio 6 – Saúde e segurança ocupacional.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os resultados expressos no GRAF. 26 revelam que todos os empregados entrevistados concordam totalmente que a certificação reforçou e contribui para a ações voltadas para a preservação da saúde e segurança do trabalhador rural.

5.8.7 Relações com a comunidade

As propriedades certificadas contribuem com o desenvolvimento econômico local mediante a capacitação e o emprego, evitam impactos negativos nas áreas, atividades ou serviços importantes para as populações locais.

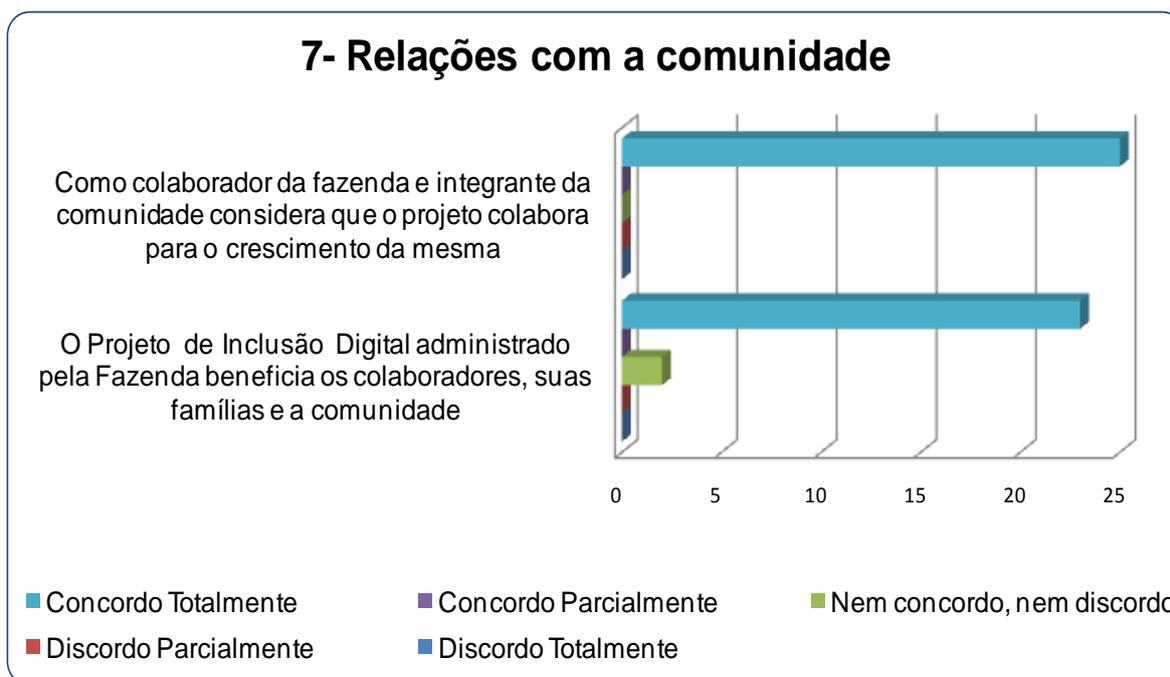


GRÁFICO 27: Princípio 7 – Relações com a comunidade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Nesta questão buscou-se verificar a percepção dos empregados quando questionados sobre a colaboração do projeto social para o crescimento da comunidade, 100% dos colaboradores concordaram totalmente com a importância do projeto. Quando questionados ainda sobre o projeto, se o mesmo beneficia os colaboradores da fazenda, as suas famílias e a comunidade, 23 entrevistados concordam totalmente e 02 empregados se mostraram indecisos ou não souberam opinar sobre os benefícios do projeto (GRAF.27).

5.8.8 Manejo Integrado do Cultivo

A Rede de Agricultura Sustentável promove a abolição do uso de produtos químicos reconhecidos nos âmbitos internacional, regional e nacional pelo seu impacto negativo na saúde do ser humano e nos recursos naturais. As fazendas certificadas colaboram para a eliminação destes produtos mediante o manejo integrado do cultivo para diminuir os riscos e efeitos das invasões de pragas. O uso de agroquímicos é registrado, com o intuito de conhecer seu consumo e, assim

cumprir com a redução e a eliminação dos mesmos, inicialmente e preferencialmente pelos produtos mais tóxicos.

Foi perguntando se os empregados conhecem o programa de manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras adotado pela empresa. Os resultados são demonstrados no gráfico seguinte:

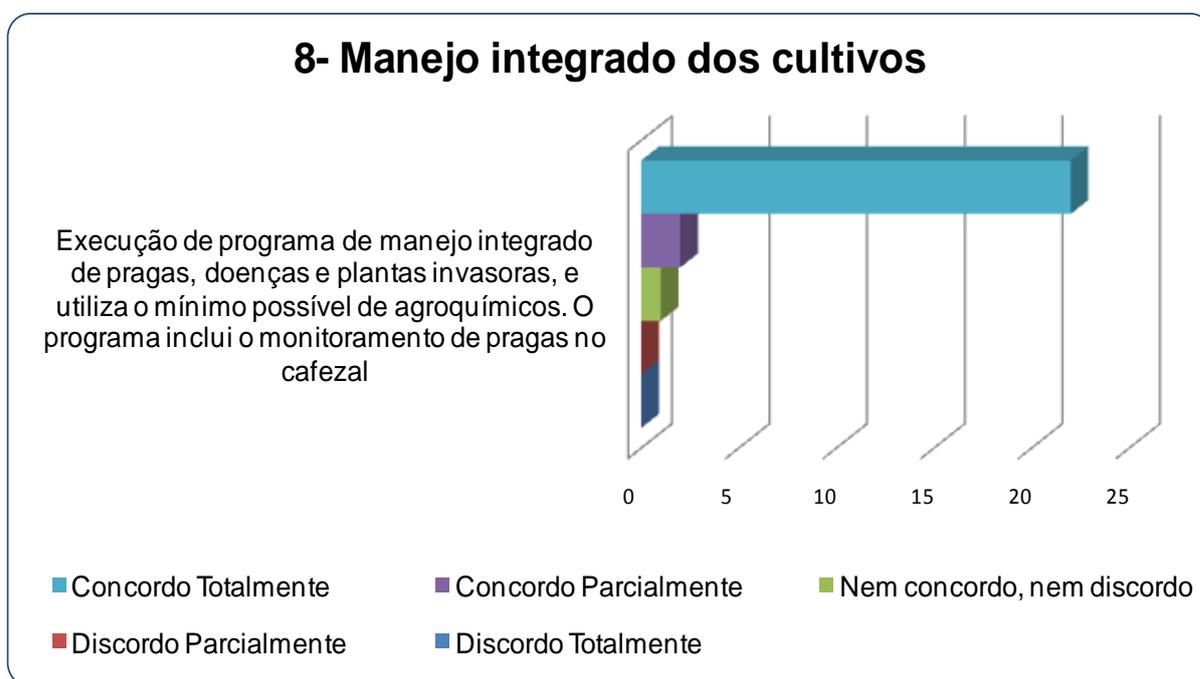


GRÁFICO 28: Princípio 8 – Manejo dos cultivos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os dados expressos pelo GRAF. 28 revelam que a maioria dos empregados, 22 conhecem a ferramenta utilizada pela empresa para realizar o manejo integrado de pragas. O restante: 02 entrevistados concordam parcialmente e 01 empregado ficou indeciso, sobre o programa utilizado.

5.8.9 Manejo e Conservação do Solo

Um dos objetivos da agricultura sustentável é melhorar os solos que comportam a produção agrícola em longo prazo. As propriedades certificadas realizam atividades para prevenir ou controlar a erosão, diminuindo assim as perdas de nutrientes e os impactos negativos nos corpos de água. As propriedades contam

com um programa de fertilização baseado nas necessidades dos cultivos e nas características do solo.

Aprofundando a análise sobre o conceito de manejo e conservação do solo, foi questionado aos empregados se a implantação da Certificação RAS, foi importante para a eliminação de problemas de erosão significantes na fazenda. Os resultados encontram-se expressos no GRAF.29 :

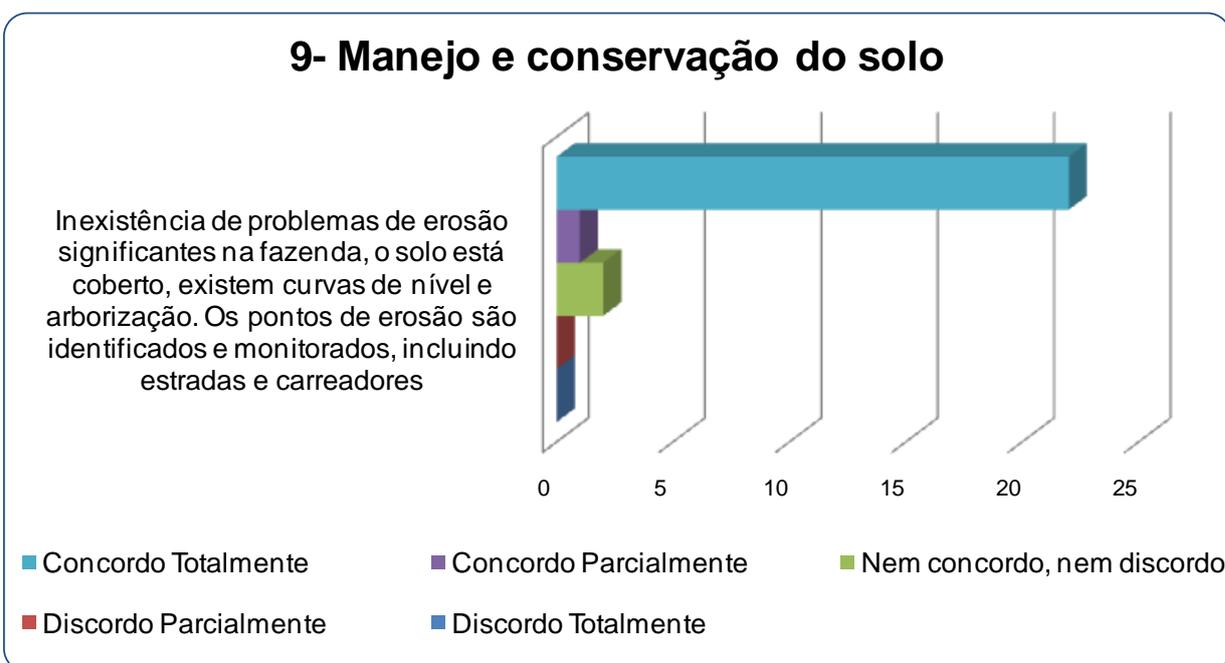


GRÁFICO 29: Princípio 9- Manejo e conservação do solo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Do total entrevistado, percebe-se que a maioria dos empregados 22 concorda totalmente que a certificação contribuiu para a conservação dos solos da fazenda, e o restante: 01 colaborador concorda parcialmente com esta opinião e 02 entrevistados mostraram-se indecisos sobre essa afirmação.

5.8.10 Manejo Integrado de Resíduos

As propriedades certificadas são limpas e ordenadas. Os trabalhadores e residentes cooperam com a manutenção da limpeza. Existem programas para manejo de resíduos de acordo com seu tipo e quantidade através de redução, re-uso e reciclagem. O destino final dos resíduos gerados na propriedade é administrado e

projetado para minimizar possíveis impactos na saúde humana e no ambiente. As propriedades têm avaliado os serviços de transporte e de tratamento fornecidos pelos empreiteiros e conhecem o destino final do resíduo gerado na própria propriedade.

Foi questionado aos empregados se todos eles possuem treinamento sobre a importância da coleta seletiva e se participam do programa de gerenciamento de resíduos.

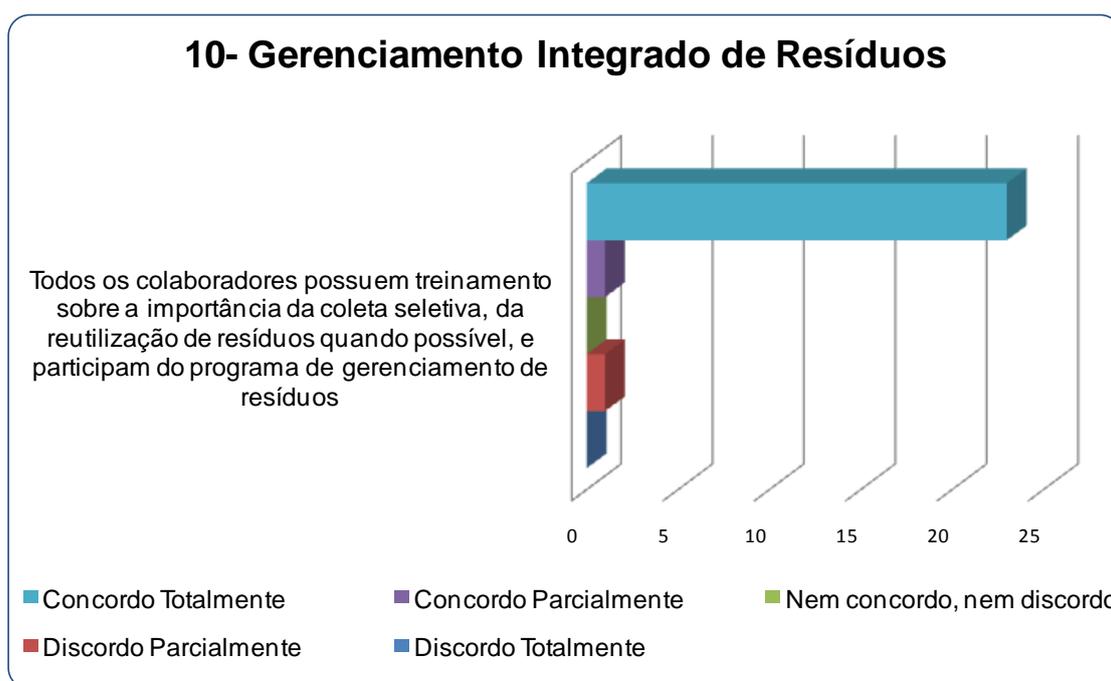


GRÁFICO 30: Princípio 10 – Gerenciamento Integrado de Resíduos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Os dados expressos no GRAF.30 mostram que a maioria dos empregados 23 deles, possuem treinamento e participam do programa de gerenciamento de resíduos. Os demais entrevistados, 01 concorda parcialmente e o último discorda parcialmente. Apesar de a maioria ter conhecimento desse programa, é importante que o maior número de pessoas conheça e utilize, a fim de promover a manutenção do programa de coleta seletiva de maneira contínua, contando com o envolvimento de todos os empregados.

5.9 Levantamento das dificuldades para a manutenção do Sistema de Gestão implantado na fazenda baseado na Certificação Rainforest Alliance

Por meio da avaliação da percepção dos trabalhadores, da observação de campo e dos relatórios de avaliação anual do empreendimento emitidos pelo IMAFLORA, puderam ser levantadas algumas deficiências que afetam o processo de melhoria contínua do Sistema de Gestão implantado na propriedade, tais como:

- As ferramentas disponibilizadas pela certificação não estão sendo exploradas integralmente, o que retira do Gerente Agrícola a oportunidade que o sistema de gestão oferece. Como por exemplo, a facilidade de se conhecer os custos reais de produção e buscar soluções para reduzir estes custos.
- Os funcionários que realizam algum tipo de controle do processo produtivo, ainda não estão totalmente conscientizados da importância da sua atividade no desenvolvimento do monitoramento interno da atividade produtiva e na eficiência do desempenho do empreendimento.
- A morosidade no cumprimento das não-conformidades principalmente as menores, estabelece uma relação de descrédito junto ao órgão certificador e retarda o processo de melhoria contínua.
- A não observância de alguns critérios da norma favorece a deficiência do uso e controle de insumos como adubos, defensivos, agroquímicos. Produtos que comprometem grande parte dos investimentos mensais direcionados à lavoura.

5.10 Possíveis ações para melhor aplicação das ferramentas Sistema de Gestão implantado na Fazenda a partir da Certificação Rainforest Alliance

- Devido a intensificação do uso de planilhas e documentos de textos, surge a necessidade de adoção de novas tecnologias no intuito de adaptar o sistema de informação da fazenda a nova realidade;

- Realizar treinamentos específicos para os colaboradores que controlam o processo produtivo, objetivando o entendimento das reais necessidades para que se faça o controle proposto;
- Planejar cronograma específico para cumprimento das não-conformidades, atribuindo a cada pendência prazo máximo para cumprimento e um responsável pelo acompanhamento;
- Implantar sistema informatizado que facilite as entradas e saídas de insumos e demais controles necessários.

Através da análise dos questionários respondidos pelos os colaboradores observa-se grande envolvimento e conhecimento por parte dos mesmos com relação à aplicação da Norma RAS. Embora alguns gráficos tenham demonstrado que nem todos os envolvidos possuem conhecimento sobre alguns temas abordados, são situações que não desabonam o desempenho positivo da propriedade. Porém, no intuito de manter o nível de desenvolvimento do processo produtivo e humano proporcionado pela aplicação da norma, são válidas algumas observações:

- Deve-se aprimorar a forma de abordagem dos temas direcionados aos trabalhadores safristas, pois esses recebem muitas informações em um período de tempo muito curto. Essa observação procede pelo fato que, 16% dos entrevistados, exercendo a função de safrista, foram unânimes quando alegaram não conhecer a Certificação Rainforest Alliance.
- Quanto aos princípios Conservação dos Ecossistemas e Proteção da vida silvestre, sugere-se que sejam adotadas técnicas de treinamento adaptadas ao nível de entendimento dos colaboradores, fazendo o uso de ferramentas de divulgação contendo ilustrações coloridas, objetivando enfatizar o tema abordado.
- Criar dispositivos que facilitem o acesso e o entendimento dos trabalhadores ao Código de Conduta adotado na Fazenda.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo objetivou fornecer dados que contribuíssem com os produtores rurais no processo de tomada de decisão sobre a viabilidade de implantação da Certificação Socioambiental Rainforest Alliance em seu empreendimento. Dados obtidos através do entendimento dos trabalhadores entrevistados e da análise dos relatórios emitidos pelo órgão certificador possibilitaram a identificação de alguns dos impactos advindos com a Implantação da Certificação Rainforest Alliance em uma Fazenda que produz e beneficia café.

A certificação revolucionou a gestão da Fazenda proporcionando várias melhorias, sobretudo nos controles de estoques, manutenção de equipamentos e treinamento dos funcionários. Ocorreram melhorias na forma de identificação da lavoura e na realização da colheita no que diz respeito ao controle da origem do café coletado. Novas informações foram geradas para a administração, como por exemplo, a quantidade de água consumida por saca de café e informações sobre a umidade do solo, caracterizando a necessidade de irrigação da lavoura ou não, estas informações resultaram em políticas de economia de energia e água na fazenda, mesmo que essas questões ainda demandem algumas correções no processo de monitoramento. A certificação aumentou os custos indiretos, mas reduziu os custos diretos principalmente os custos causados por desperdícios.

Apesar de a qualidade ser uma preocupação da Fazenda mesmo antes da Certificação, ocorreram melhorias consideráveis após a adoção dos controles inseridos ao processo produtivo. A principal delas é a rastreabilidade, o produto final passou a ter acompanhamento desde o uso dos insumos, produção, manejo, sendo estes acompanhamentos e registrados manualmente, armazenados em um sistema de informação computadorizado.

No entanto, de acordo com os resultados obtidos através da análise dos relatórios das Auditorias realizadas pelo IMAFLORA, observa-se a necessidade de um acompanhamento mais rígido do plano de ação originado para a eliminação das não-conformidades descritas. Outro ponto a ser levantado é com relação ao princípio: Manejo e Conservação do solo que no ano de 2010 teve um decréscimo de 10% no cumprimento dos critérios contidos no princípio. O que significa um retrocesso da propriedade quanto ao cumprimento desse princípio. É recomendável que as causas geradoras dessa anomalia sejam identificadas e que as atividades e

os controles que antecedem o cumprimento dos critérios desse princípio sejam revistos. De maneira geral a análise comparativa dos dois anos pelos quais a Fazenda se submeteu as auditorias, o desempenho socioambiental da propriedade melhorou consideravelmente. Percebe-se que devido a seqüência de auditorias, o empreendimento se manteve focado no processo de adequação da Fazenda aos princípios e critérios da Norma RAS e também quanto à eliminação das não-conformidades. Devido a continuidade do processo de adequação da Fazenda, várias ações voltadas à preservação dos recursos hídricos, de conservação dos ecossistemas, de preservação da saúde e bem estar dos trabalhadores e da comunidade onde o empreendimento está inserido começaram a ser definidas e praticadas pelo empreendedor.

O estudo realizado acerca da Certificação Socioambiental Rainforest Alliance apresenta uma sistemática que serve de referencial, proporcionado por um modelo de gestão incorporado aos princípios e critérios da Norma de Agricultura Sustentável (RAS). Um modelo de gestão organizacional onde se discute e avalia quais aspectos podem interferir positiva ou negativamente no processo produtivo como um todo, podendo servir de estudo de caso para futuras aplicações em outras propriedades produtoras de café e demais tipos de cultivos certificáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco; FERRAZ, J. M. G; PINTO, L. F. G; SZMRECSÁNYI, T. **Certificação Socioambiental para a agricultura: Desafios para o setor Sucroalcooleiro**,2008. Piracicaba, SP: Imaflora; São Carlos: EduaFScar, 2008.300 p.

CARVALHO, Alcides. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Campinas: Instituto Agrônômico, 2007, 8p.

CASTRO JÚNIOR, L.G. **Mudança tecnológica na cafeicultura mineira: um estudo no período de 1978 a 1993**. 1995. 74 p. Dissertação (Mestrado em Administração da Empresa Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1995.

CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ DO CERRADO: NORMA DA PROPRIEDADE PRODUTORA – CÓDIGO DE CONDUTA. Disponível em: http://www.cafedocerrado.com.br/intranet/docs/Norma_Certificacao_Cafe_do_Cerrado_Protocolo_v13.0.pdf. Acesso em : 05 maio 2011.

CONSUMERS INTERNATIONAL. From bean to cup: how consumer choice impacts on coffee producers and the environment. London: Consumers International; IIED, 2005. 62 p.

ELLIOT, J.A. (1994). **An Introduction to Sustainable Development**. London, Routledge. 121p.

ERVIN, J.; ELLIOT, C. (1996). **The development of standards**. In: VIANA, V.; ERVIN, J.; DONOVAN,R.; ELLIOT, C.; GHOLZ, H. (1996). Certification of forest products: issues and perspectives. IslandPress, Washington D.C., 33-41.

EUREPGAP. Disponível em: www.eurepgap.org. Acesso em: 10 mar. 2010.

FAIRTRADE LABELLING ORGANIZATIONS. Disponível em: <http://www.fairtradebrasil.net/oquee.asp>. Acesso em: 23 jan. 2010.

FAIRTRADE FEDERATION. Disponível em:

http://www.fairtrade.org.uk/about_fairtrade.htm. Acesso em: 23 jan. 2010 .

FAIRTRADE LABELLING ORGANIZATIONS INTERNATIONAL. **Delivering Opportunities** – annual report 2004/2005. Bonn. 2006. Disponível em:

www.fairtrade.net. Acesso em: 23 jan. 2010 .

FERRAZ, J.M.G.; PRADA, L. de S.; PAIXÃO, M.. **Certificação socioambiental do setor sucroalcooleiro**. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 196 p.

FONTES, R.L. **Estudo econômico da cafeicultura no Sul de Minas Gerais**. 2001.94 p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

GEBLER, L.; PALHARES, J. C. P. **Gestão Ambiental na Agropecuária: Informação Tecnológica**, 2007. na.Brasília,DF:Embrapa.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa:tipos fundamentais**. In Revista de administração de Empresas. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v.35, nº3 mai./jun. 1995, p. 20-29.

GONÇALVES, E. T. **A Evolução da certificação da rede de agricultura sustentável no Brasil**. nov. 2007. <http://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/certificacao-e-qualidade/a-evolucao-da-certificacao-da-rede-de-agricultura-sustentavel-no-brasil-40470n.asp>. Acesso em: 05 fev 2010.

HAUSELMAN, P. (1996). **ISO Inside out**. WWF International. 23p.

HANDFIELD, R.B. & PAGELL M.D. (1995) - **An analysis of the diffusion of flexible manufacturing systems**. International Journal of Production Economics 39, p. 243-253.

Impacto da certificação da Rede de Agricultura Sustentável (RAS) em fazendas de café. Estudo de caso no Cerrado e no Sul de Minas Gerais - Brasil. Imaflora - Piracicaba, SP:Imaflora, 2008.

KAPLAN. R. S. (1986) - **Must CIM be justified by faith alone?** *Harvard Business Review*, p. 87-95, Mar-Apr,1986.

KARSAK, E.E. & TOLGA E. (2001) - **Fuzzy multi-criteria decision-making procedure for evaluating advanced manufacturing system investments.** *International Journal of Production Economics* 69, p. 49-64.

KRUSEMAN, G.; RUBEN, R; KUYVENHOVEN, A; HENGSDIJK, H.; ,VAN KEULEN, H. (1996). Analytical framework for disentangling the concept of sustainable land use. *Agricultural Systems*, UK,50, p.191-207.

LEVI, M.; LINTON, A. Fair Trade: A Cup at a Time?. *Politics & Society*, Vol.31 No. 3, September 2003.

L. de S.; PAIXÃO, M... **Certificação socioambiental do setor sucroalcooleiro.** São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 192 p.

MURPHY K.E. & SIMON, S.J. (2002) - Intangible benefits valuation in ERP projects. *Information Systems Journal* 12, p. 301-320.

Norma da Agricultura Sustentável - Rede de Agricultura Sustentável / Eduardo Trevisan Gonçalves -Piracicaba, SP: Imaflora, 2006.

Norma de Agricultura Sustentável- Rede de Agricultura Sustentável (RAS), Rainforest Alliance, San José, Costa Rica: Imaflora, 2009.

Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org>> Acesso em: 01 out. 2009.

Norma de Agricultura Sustentável- Rede de Agricultura Sustentável (RAS), Rainforest Alliance, San José, Costa Rica: Imaflora, 2010.Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org>> Acesso em: 10 set. 2010.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Newsbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p.23.

PALMIERI, H.R. **Impactos socioambientais da certificação Rainforest Alliance em fazendas produtoras de café no Brasil**. 2008.197 p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, 12(1), 229-252.

PESSOA, M.C.P.Y.; SILVA, A. de S.; CAMARGO, C.. **Qualidade e certificação de produtos agropecuários**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002 (texto para discussão). 188 p.

PITELLI, Robson A. **Certificação agrícola: sustentabilidade de todo o sistema**. Portal do agronegócio, set. 2006. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23297>> Acesso em: 10 out. 2010.

PRABHU, R. COLFER, C.J.P.; VENKATESWARLU, P; TAN, L.C.; SOEKMADI, R.; WOLLENBERG, E. (1996). **Testing criteria and indicators for the sustainable management of forests: phase 1 final report**. Cifor. 217 p RAINFOREST ALLIANCE. Certified Area Summary and Farm List. San Jose: Rainforest Alliance, 2008.

Pinto, L. F. G. & Prada, L.S. **Certificação agrícola sócio ambiental: Iniciativa piloto para a cana-de-açúcar**. *Informações econômicas*, v. 29, n. 5, 1999.

RUFINO, J.L.S.; VILELA, P.S. **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**: Belo Horizonte: INAES, 2010, 300 p.: il.

SPERS, E.E.; CHADDAD F.R. (1996). **O papel da qualidade na Europa**. In Filho et al.. *O agribusiness europeu*. São Paulo, Pioneira. 132p.

SEBRAE–MG. **Diagnóstico sobre o sistema agroindustrial de cafés especiais e qualidade superior do Estado de Minas Gerais**. São Paulo: SEBRAE–MG, 2001. 174p. (Relatório Final PENSA/FIA/FEA/USP).

SOUZA, Renato Souza de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: Editora. EDUNISC, 2000.

UPTON, C.; BASS, S. **The forest certification handbook**. Florida: St. Lucie Press, 1996. 218p.

UDO G.J. & EHIE I.C. (1996) - **Advanced Manufacturing Technologies: determinants of implementation success**. International Journal of Operations & Production Management, vol. 16, n. 12, p. 6-26.

UTZ CERTIFIED. Disponível em <http://www.utzcertified.org/>. Acesso em: 05 mar. 2009.

VANDERHOFF BOERSMA, F. **The Urgency and Necessity of a Different Type of Market: The Perspective of Producers Organized Within the Fair Trade Market**. Journal of Business Ethics, Springer, 2008.

WILKES, F.M. & SAMUELS, J.M. (1991) - **Financial Appraisal to Support Technological Investment. Long Range Planning**, vol. 24, n. 6, p. 60-66.

XIMENES, F. T. **Análise da Coordenação da Cadeia Agroindustrial orientada pela qualidade – o Caso Illy Café**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2007.

ZAMBOLIM, L. **Certificação de café. Viçosa**: Universidade Federal de Viçosa, 2006. 246 p.

ZAMBOLIM, Laércio. **Certificação de café**. Viçosa -MG, pg. 101, UFV, DFP, 2006

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

O presente questionário visa registrar as opiniões dos trabalhadores em uma Fazenda, que produz e beneficia café na região Centro- Oeste do Estado de Minas Gerais, com o propósito de levantar dados reais às condições estabelecidas por meio da implantação da Certificação Rainforest Alliance. Trata-se de um trabalho acadêmico de conclusão de curso em Engenharia de Produção, de caráter científico, o que garante total sigilo e anonimato das informações prestadas.

Dados do trabalhador:

1) Sexo:

- Feminino Masculino

2) Idade:

- Menos de 20 anos Entre 21 e 30 anos Entre 31 e 40 anos
 Entre 41 e 50 anos Entre 51 e 60 anos Mais de 60 anos

3) Escolaridades:

- Analfabeto
 Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo
 Ensino Profissionalizante Ensino Técnico
 Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo
 Pós-graduação

4) Qual a sua profissão?

- Analista de Recursos Humanos Tratorista
 Trabalhador Geral Técnico Agrícola
 Téc. Em Segurança do Trabalho Téc em gestão de meio ambiente
 Motorista Gerente Agrícola
 Médico do trabalho Safrista
 outra_____

5) Qual a classificação abaixo caracteriza a sua relação de emprego com a Fazenda:

- Efetivo/permanente
 Safrista (temporário)
 Prestação de serviço
 Sem relação jurídica de emprego
 Outra situação. Qual?_____

6) Quantas horas trabalha por dia?

- Menos de 7 horas Entre 7 e 8 horas
 Entre 8 e 9 horas Mais de 9 horas

14) A propriedade possui um sistema de identificação produção, evitando a mistura de cafés certificados e não certificados durante todo o processo.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo, nem discordo | |

15) O empreendimento protege os ecossistemas naturais existentes, tanto aquáticos como terrestres, e não utiliza agrotóxicos nas áreas de preservação permanente.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo, nem discordo | |

Conservação dos ecossistemas

16) A propriedade protege os ecossistemas naturais e recupera áreas degradadas.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo, nem discordo | |

17) A fazenda mantém barreiras vegetais entre as áreas de cultivo e as áreas de atividade humana.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo, nem discordo | |

Proteção da vida silvestre

18) Na fazenda existem treinamentos e programas voltados para a preservação da vida silvestre predominante na região.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/> Nem concordo, nem discordo | |

Conservação dos recursos hídricos

19) A propriedade se preocupa com a conservação dos recursos hídricos, e transmite aos colaboradores essa preocupação através de treinamentos e adoção de mecanismo de reaproveitamento e minimização do uso da água.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente |

) Nem concordo, nem discordo

20) O sistema de irrigação da fazenda é acompanhado e passa por manutenções constantes para evitar desperdícios.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

21) Existem sistemas de tratamento de esgotos domésticos e resíduos do descascamento de café.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

Tratamento justo e boas condições de trabalho

22) As pessoas que trabalham na propriedade conhecem e aplicam o código de conduta social.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

23) Todos os trabalhadores possuem contratos de trabalho e estão registrados legalmente.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

24) Os trabalhadores recebem remuneração maior ou igual à média regional ou ao salário mínimo estabelecido legalmente, ou maior, de acordo com seu trabalho específico.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

25) Os trabalhadores temporários (SAFRISTAS) entendem e estão de acordo com sistema de pagamento por produção, e recebem pelo menos o valor proporcional ao salário mínimo ao final do mês.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

26) Não são admitidos empregados menores de 18 anos de idade.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/>) Concordo totalmente | <input type="checkbox"/>) Discordo parcialmente |
| <input type="checkbox"/>) Concordo parcialmente | <input type="checkbox"/>) Discordo totalmente |
| <input type="checkbox"/>) Nem concordo, nem discordo | |

- Concordo parcialmente Discordo totalmente
 Nem concordo, nem discordo

Gerenciamento Integrado dos Resíduos

33) Todos os colaboradores possuem treinamento sobre a importância da coleta seletiva, da reutilização de resíduos quando possível, e participam do programa de gerenciamento de resíduos.

- Concordo totalmente Discordo parcialmente
 Concordo parcialmente Discordo totalmente
 Nem concordo, nem discordo